

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**1964: AS EFEMÉRIDES DO GOLPE E A PRODUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA ACADÊMICA PÓS-1964**

(1994-2014)

Carine Silva Muguet

2016

1964: AS EFEMÉRIDES DO GOLPE E A PRODUÇÃO

HISTORIOGRÁFICA ACADÊMICA PÓS-1964

(1994-2014)

Carine Silva Muguet

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História Social.

Linha de pesquisa: Sociedade e Política

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fico

Rio de Janeiro

2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História Social.

Aprovada por:

Prof. Dr. Carlos Fico - Presidente (Orientador)

Prof^a. Dr^a Samantha Viz Quadrat – Titular

Prof^a. Dr^a Maria Paula Araújo – Titular

CIP - Catalogação na Publicação

M1 Muguet, Carine Silva
 1964: As efemérides do golpe e a produção
 historiográfica acadêmica pós-1964 (1994-2014) /
 Carine Silva Muguet. -- Rio de Janeiro, 2016.
 119 f.

 Orientador: Carlos Fico.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
 do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa
 de Pós-Graduação em História Social, 2016.

 1. historiografia. 2. pós-graduação. 3.
 ditadura. 4. efeméride. I. Fico, Carlos, orient.
 II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados
fornecidos pela autora.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Visões sobre o golpe e a pós-graduação no Brasil	16
1.1 A pesquisa histórica no Brasil: um breve retrospecto	19
1.2 Visões sobre a pós-graduação brasileira nas últimas duas décadas. A área de história: Avanços e desafios	33
1.3 A historiografia brasileira pós-1964: visões sobre a ditadura brasileira	44
Capítulo 2 - Escrevendo o Brasil: a produção historiográfica acadêmica	
2.1 As efemérides do golpe de 1964: A pesquisa acadêmica nas últimas décadas (1994 – 2004 -2014)	54
2.2 A produção historiográfica sobre a ditadura militar: temas de pesquisas, publicações e eventos	69
1994.....	74
2004.....	75
2014.....	78
Relação de eventos sobre os 50 anos do golpe no estado do Rio de Janeiro	82
Capítulo 3 - Os debates na atualidade: entre os embates de memória e os cinquenta anos do golpe de 1964	87
3.1 – As publicações no cinquentenário do golpe de 1964	98
3.2 Os embates de memória e as questões sensíveis em debate.....	103
Conclusão	109
Bibliografia	114
Anexo	119

RESUMO

O presente estudo aborda a produção historiográfica acadêmica brasileira sobre História do Brasil pós-1964. Por meio do levantamento quantitativo de teses de doutorado, dissertações de mestrado e publicações acadêmicas produzidas entre 1994-2014, buscamos comprovar a hipótese de que, em momentos de efeméride, haveria aumento na produção científica de temas relacionados ao golpe de 1964 e à ditadura brasileira, ensejando maiores debates e repercussão social. Com base em uma grande quantidade de fontes, esta dissertação busca identificar, nas três últimas efemérides do golpe de 1964, diferentes fases da produção historiográfica do Brasil no pós-1964. A pesquisa realizada verificou que a academia tem estado cada vez mais atenta às questões relativas ao tempo presente e que a produção de trabalhos sobre o processo ditatorial é ocorre em todas as regiões do país.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; pós-graduação; ditadura; efeméride

ABSTRACT

This study addresses the Brazilian academic historiography production on Brazilian History after 1964. By the means of a quantitative survey of theses, dissertations and publications produced between the years of 1994-2014, we intend to prove our hypothesis that at ephemeris moments there would be an increase in academic production of themes related to the 1964 coup and the Brazilian dictatorship, giving rise to further debate and social impact about the subject matter. Based on a lot of sources, we sought to identify in the last three coup anniversaries, different stages of historiography production in post-1964 Brazil. The survey found that the academia has been increasingly aware of subjects related to present time. Besides that, the production of essays on the dictatorial procedure is verifiable in all the regions of the country.

KEY WORDS: historiography; graduate school; dictatorship; ephemeris

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho é sempre uma alegria. É o momento de relembrar todo um processo acadêmico cujo início não está na graduação, mas em toda vida escolar que me fez professora. Ao ver esta dissertação finalizada, recordo de todos os eventos em que participei com pouca interlocução, daqueles que disseram que meu trabalho não era histórico, que seria loucura o estudo de todos os programas de pós-graduação do país em uma dissertação de dois anos, além de todas as dificuldades em está longe de casa e sem bolsa no primeiro ano de curso. O resultado deste trabalho está aqui apresentado. Todo processo de desenvolvimento foi possível com o incentivo e ajuda de muitas pessoas.

A elaboração desta dissertação foi tarefa audaciosa e cheia de percalços, possibilitada graças à confiança do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, mesmo diante do projeto incipiente, acolheu a proposta e forneceu subsídios a ela. Agradeço ao prof. Dr. Carlos Fico que orientou este trabalho e ajudou a torná-lo palatável com dicas valiosas e paciência inesgotável. Gostaria também de estender os agradecimentos ao prof. Dr. Renato do Couto Lemos que sempre esteve atento às minhas questões e também ao prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira (UFF), pelos debates em suas disciplinas e conversas sobre minha pesquisa. E, de modo especial, agradeço ao prof. Dr. Marcos Luiz Bretas que foi mais que um professor, foi amigo e incentivador ao doar parte de sua agenda para estudos da língua inglesa e pelas conversas sobre a pesquisa; à você, meu respeito e gratidão. Agradeço, com carinho, ao prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado (UFJF) que, ao ler meu incipiente projeto ainda na graduação, deu o incentivo necessário para que eu pudesse sair da zona de conforto e buscar novos caminhos para o desenvolvimento do trabalho.

Gostaria de agradecer ainda aos colegas do PPGHIS, em especial aos queridos companheiros na ARS Histórica, revista discente em que integrei a comissão editorial por três semestres. E ainda à querida amiga Renata Peixinho Dias Veloso, com quem dividi experiências, sonhos, expectativas e amizade sincera. Agradeço também a meus amigos de vida e familiares cujos nomes não citarei, pois não caberia nesta página, mas, em especial, a minha querida avó Marina Cardoso Silva por ser inspiração, a Nathália Cândido Neves, pela amizade de década, a meu pai, Moyses Muguet, sem o qual não teria sido possível minha manutenção nos dois primeiros semestres sem bolsa e por seu amor incondicional, à mãe

Claudia Silva pela torcida e carinho, e a minha irmã Aline, minha maior incentivadora e revisora de artigos. A todos vocês, muito obrigada!

E por fim, agradeço à prestigiosa banca de avaliação e aos preciosos comentários e sugestões das professoras Dra. Samantha Viz Quadrat (UFF), Dra. Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) e do Prof. Dr. Carlos Fico durante a qualificação, sugestões essas fundamentais para a elaboração da dissertação. Agradeço ainda à professora Dra. Maria Paula Araújo (UFRJ) que gentilmente aceitou compor a banca de avaliação e teceu comentários valiosos e sugestões para a versão final deste trabalho. À CAPES que financiou o projeto e se tornou o principal suporte de dados para a pesquisa e, novamente, ao Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ por tornar este trabalho possível. E a todos que entram e saem de nossas vidas, agradeço pelas críticas, comentários e contribuições.

Para Aline, sem dúvida, minha maior incentivadora.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação versa sobre a historiografia acadêmica brasileira pós-1964, tendo como base as efemérides sobre o golpe de Estado de 1964 ocorridas em contexto democrático. Para que esse exame fosse realizado, utilizamos como fonte catálogos de teses organizados por Maria Helena Rolim Capelato em 1995, relatórios Coleta Capes, trabalhos de conclusão na Plataforma Sucupira, dados da pós-graduação como distribuição docente, discente e de bolsas no país e exterior da Plataforma Geocapes e teses e dissertações na central de dados de cada um dos 63 programas de pós-graduação em História no Brasil.¹ O objetivo do levantamento de 921 teses e dissertações produzidas entre 1994-2012² foi reunir trabalhos sobre o golpe e a ditadura, que pudessem indicar os diversos temas de reflexão da comunidade acadêmica sobre o período dos governos militares.

Assim, é necessário frisar que o limite desta exposição está na divulgação e análise do montante da produção histórica acadêmica que tenha como marco cronológico o processo golpista de 1964 e, sobretudo, a ditadura (1964-1985) e a redemocratização. Acreditamos que a historiografia relacionada às questões do tempo presente na História do Brasil tenha como marco político 1964, concepção que parte da construção de uma identidade temporal interligada à prática contemporânea do historiador.³ Por isso, nosso questionamento inicial é distinguir em que momento as temáticas relacionadas ao Brasil pós-1964 passaram a ser analisadas na academia. Além disso, buscamos, através do levantamento mencionado, avaliar em que medida as efemérides podem ter contribuído para a ampliação do interesse acadêmico por temas relacionado a esse contexto político.

Durante o processo de levantamento das teses e dissertações, percebemos que havia um montante menor do que esperávamos. Em primeiro momento, pensávamos em listar os

¹ Estamos considerando os programas reconhecidos pela Capes no triênio 2010-2012, avaliados em 2013, para a realização da coleta de dados.

² O marco cronológico do trabalho são as três últimas efemérides, a saber, 1994, 2004 e 2014. Contudo, ainda não estavam disponíveis dados de 2013 e 2014 nos relatórios Capes. Por isso, para avaliar 2014, usamos publicações e eventos sobre os cinquenta anos do golpe.

³ Adotamos a concepção de ofício do historiador do tempo presente contida em MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: Algumas reflexões. IN: PÓRTO JR, Gilson (Org.) História do tempo presente. Bauru, SP: EDUSC, 2007, P. 17-29.

trabalhos sobre o governo João Goulart, o golpe de 1964 e temas específicos do processo político ditatorial. Contudo, percebemos que essa delimitação não seria interessante por ignorar temáticas indiretamente relacionadas ao contexto. Por isso, ampliamos nossa análise a todos os trabalhos de História que tivessem o período ditatorial como foco, a fim de obter um volume variado de temáticas sobre um mesmo período cronológico. O estudo de parte da produção da área de História não é comum. Pouco se escreve sobre as avaliações e o processo de escrita acadêmica em nosso meio. Assim, nossa proposta é uma tentativa de diálogo apontando, através dos dados de pós-graduação, que a possibilidade de ampliação de pesquisas em todas as regiões do país está em relação direta com o investimento estatal nos programas de pós-graduação.

Apesar de verificarmos durante a coleta que muitas pesquisas abordavam períodos históricos mais longos, assim como as que inseriam determinado objeto na longa duração ao trazer à luz acontecimentos anterior ao golpe ou posteriores à promulgação da Constituição de 1988 aos dias atuais, não temos a pretensão de indicar que a característica da escrita desses historiadores, cujo tema é ditadura militar, reflita ou se sobreponha às demais áreas da História. Ao contrário, nosso objetivo com a exposição dos dados é sinalizar um momento na História do Brasil, em que temas da história do tempo presente ganham força e representatividade no meio acadêmico.⁴

Avaliamos 1994, 2004 e 2014 na tentativa de perseguir as três efemérides sobre o golpe de 1964, uma vez que nesses momentos há elevação de publicações, eventos e defesas de temas relacionados ao golpe e à ditadura. Efeméride é o termo utilizado pela intelectualidade para representar eventos emblemáticos na história, cuja definição conceitual denota feito importante ocorrido em um mesmo dia, mas em anos diferentes, conforme uma comemoração ou aniversário.⁵ Dessa maneira, rememorar uma data traumática tem o

⁴ Como expusemos anteriormente, o cerne deste trabalho está nas últimas três efemérides do golpe de 1964 (1994, 2004, 2014). E seria inviável mapear toda a produção acadêmica das demais áreas da História. Durante a ANPUH Nacional realizada em Florianópolis – SC em 2015, fui inquirida quanto a certa pretensão de demonstrar que a historiografia relacionada ao período republicano, teria no período ditatorial o processo mais pesquisado. De fato, comprovamos que os trabalhos dos 63 programas que tiveram objetos inseridos no contexto 1964-1985 tratavam em maioria, de questões relacionadas à ditadura e que o volume é considerável.

⁵ *Éphéméride* (grec- *ephēmeris, idos*): 1.Ouvrage qui énumère les événements sujets à prévision dans l'année. 2. Livre indiquant les événements arrivés le même jour de l'année, à différentes époques. 3. Calendrier à effeuiller. 4. Table donnant de jour en jour, ou pour d'autres intervalles de temps, les valeurs calculées de diverses grandeurs astronomiques variables. <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/%C3%A9ph%C3%A9m%C3%A9ride/30313#C19HYt0fhJ0QcmQ1.99>> Acesso agosto de 2016.

significado simbólico de lembrar para não esquecer. Durante o processo de coleta de dados - entre 2012 e 2014 - o banco de teses Capes passou por reformulações, impossibilitando o acesso a períodos anteriores a 1998 e até mesmo a trabalhos de algumas instituições. Atualmente, o novo sistema de pesquisa do Banco de Teses Capes não cumpre com sua função, na medida em que tornou a busca menos objetiva, além de não conter todos os títulos por causa da alimentação gradativa do sistema.

Para que não houvesse omissão de dados, já que o Coleta Capes disponibiliza dados a partir de 1998, as informações anteriores a essa data foram obtidas nos catálogos organizados na USP pela Prof. Dra. Maria Helena Rolim Capelato em 1995 e nos bancos de teses das instituições. Os demais, levantados nos relatórios Capes, Plataforma Sucupira, banco de teses e dissertações Capes e os recentes (2013-2014), por consulta institucional, com enfoque na relação de eventos ocorridos em 2014, ano do cinquentenário do golpe. Para as informações sobre a pós-graduação no Brasil, utilizamos documentos como o Plano Nacional de Pós-Graduação, textos de especialistas e colaboradores do MEC, dados do INEP e a Plataforma GEOCAPES.

Embora grande parte das instituições de ensino tenham servidores específicos para o depósito das produções, outras sequer possuem um sistema que permita acesso ao trabalho final ou ao resumo. Algumas disponibilizam dados desde o início das atividades do programa, como a Universidade Federal Fluminense e outras mantêm grande parte das produções em domínio público – normalmente as de formação mais recente – e ainda existem programas que disponibilizam seus dados a partir de 1998 no site do programa, um meio ruim, pois inviabilizam o levantamento de períodos anteriores e a consulta pública.

O caso do Programa de Pós-graduação História Social da UFRJ é exemplo desse problema. Embora a universidade tenha um servidor com os dados dos trabalhos produzidos, no site do programa, só é possível acessar os títulos a partir de 1998, impossibilitando a apreciação de defesas anteriores e nos levando à Plataforma Sucupira. Por todo o exposto, faz-se necessário frisar que o processo de levantamento dos dados foi o que demandou mais tempo e, certamente, algumas lacunas existem. De todo modo, o montante final apresentado, expressa adequadamente os objetivos centrais deste trabalho e não oferecem nenhum prejuízo à análise qualitativa. Conforme destacamos, não esteve em nossa proposta a análise integral dos trabalhos, tendo em vista o pouco tempo de apreciação que teríamos, mas a delimitação de temas de pesquisa sobre o período considerado.

Nossa hipótese é que as efemérides contribuem para a divulgação de trabalhos acadêmicos em eventos, periódicos com dossiês temáticos, anais de eventos, publicações em geral, ampliando os debates acerca daquele período. De acordo com José Roberto do Amaral Lapa (1985), o historiador brasileiro demorou a se desprender do passado, visto como suposta marca de neutralidade. “Agora, justamente, era necessário assumir posições no exame e na crítica dos fatos e personagens, ao enfrentar os desafios da compreensão do presente e de sua interpretação através de um conhecimento elaborado”.⁶ Ao demonstrar a necessidade da historiografia se debruçar em questões do tempo presente, Lapa apresenta a hipótese de que nas próximas décadas, os estudos sobre o período republicano se sobreporiam aos demais. De fato, o crescimento de trabalhos sobre o período republicano foi um processo natural devido o distanciamento temporal. Assim como argumenta Carlos Fico, a história do tempo presente, em sua imbricação com a política, “decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, não terminou”.⁷

Consideramos a primeira década do novo século de grande importância para a compreensão do formato atual do sistema nacional de pós-graduação. Ao analisar as pesquisas de História que estão sendo desenvolvidas no país, acreditamos ser possível demonstrar a importância do processo de interiorização dos programas como vetor de novas possibilidades aos pesquisadores.

Notamos contribuições interessantes de estudos com caráter regional ou local, importantes para o conhecimento de questões que eram pouco abordadas pelos historiadores brasileiros, como a formação de cidades à oeste e nas fronteiras brasileiras; conflitos regionais pela terra e sua relação com comunidades indígenas; processos políticos, culturais, entre outros. Não temos a pretensão de fazer um estudo acurado de toda a produção acadêmica da área na última década, o que, certamente, seria inviável neste trabalho. Nossa intenção é perseguir os trabalhos sobre o Brasil pós-1964 (1964-1985) sem ficarmos restritos à cronologia entendida como elemento norteador para análises que tenham como foco o período ditatorial, ainda que algumas se estendam para o período democrático.

⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. *História e Historiografia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 73.

⁷ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan-jul, p. 45.

Através da compreensão das políticas públicas para a pós-graduação, talvez possamos sinalizar em que medida os investimentos do Estado contribuem para a produção científica nos programas mais jovens e como a historiografia sobre o período tem diversificado os temas de análise em torno de um mesmo período cronológico. No primeiro capítulo, apresentamos um retrospecto da educação superior no Brasil, através do desenvolvimento de programas de pós-graduação em História e da institucionalização das agências federais de fomento. Apresentamos dados importantes do panorama geral da pós-graduação e graduação nos últimos anos, para, deste modo, conseguir compreender a evolução das pesquisas acadêmicas na área de História e a evolução do investimento estatal em pesquisa e extensão.

No decorrer dos capítulos, buscamos demonstrar a relação entre o sistema de pós-graduação brasileira e a pesquisa na área de História. Essa opção analítica ocorreu porque, ainda na elaboração do projeto, quando da análise de apenas doze instituições de todas as regiões do país a fim de perceber a extensão do processo ditatorial por meio de instituições afastadas do “eixo produtivo”, obtivemos algumas conclusões que se traduziram na continuidade desta pesquisa no mestrado. Notamos que em programas consagrados, ou seja, com maior número de recursos e diferentes linhas de pesquisa, quando havia núcleos ou laboratórios de pesquisa sobre o Brasil republicano ou de História do Tempo Presente, estes apresentavam um volume maior de trabalhos sobre Brasil pós-1964.

Desse modo, acreditávamos que a diferença regional entre os programas poderia criar barreiras na difusão e interlocução das pesquisas, na medida em que os mais bem avaliados e de formação mais antiga fossem possíveis concentradores da produção. De antemão, esclarecemos que esta premissa não se confirmou. A qualidade e diversidade de produção de um programa de pós-graduação não estão relacionadas ao tempo de existência ou ao conceito da Capes. De fato, nos interessa a constatação de que, quanto maior a diversidade de docentes interessados em orientar trabalhos, mesmo em programas sem tradição de pesquisas relacionadas ao período mais recente de nossa história, maior o número de contribuições interessantes e sobre diferentes aspectos da atuação do regime.

Pensando nessa relação entre o desenvolvimento do sistema de pós-graduação no Brasil e as pesquisas acadêmicas na atualidade, trazemos, no primeiro capítulo, o processo de desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil. Enquanto, no segundo capítulo, apresentaremos quadros gerais da produção historiográfica acadêmica brasileira, dados da pós-graduação entre 1994-2014 e, sobretudo, os principais temas pesquisados nas efemérides,

com especial destaque aos eventos e publicações acerca dos 50 anos do golpe de 1964. No terceiro capítulo, buscaremos indicar os principais debates no cenário historiográfico atual, buscando responder, ainda, aos questionamentos que conduziram este trabalho.

CAPÍTULO 1

VISÕES SOBRE A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

O interesse pelo ensino superior enquanto objeto para a análise histórica tem crescido na comunidade acadêmica brasileira nos últimos anos. A expansão universitária vivenciada na primeira década dos anos 2000 nos leva a pensar o ensino de História e o formato dos cursos de pós-graduação no país. Atentos aos métodos e reflexões teóricas – parte do ofício do historiador – o momento é oportuno para planejar e discutir nossa formação, processo que tem suscitado grande esforço entre os pesquisadores no campo do ensino de História.

Apesar do empenho desses grupos, como o reunido pela ANPUH, poucos historiadores têm como objeto a pós-graduação de História. Destacamos o trabalho consistente de Maria de Lourdes Albuquerque Fávero⁸ acerca da criação das primeiras universidades no Brasil, assim como pesquisas na área de História que abordam o ensino no país, entre as quais se destacamos as de Maria Helena R. Capelato, Raquel Glezer e Vera Lúcia Ferlini⁹ sobre a USP, de Francisco Falcon¹⁰ sobre o Programa de História Social da UFRJ, além de diversos trabalhos da pesquisadora Marieta de Moraes Ferreira, com destaque aos que se referem à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). No que diz respeito à produção acadêmica relacionada à educação no Brasil, existem trabalhos de mestrado e doutorado em número considerável, embora as abordagens se dirijam, em grande parte, à formação do historiador, análise de cursos e instituições específicas.¹¹

As pesquisas sobre a pós-graduação em História são escassas. Por isso, a importância de balanços como este não se dá apenas na demarcação da situação da área de História, mas enquanto exercício historiográfico de identificação de objetos de análise e possibilidades de pesquisa variadas nas diversas regiões do país. Desse modo, vamos traçar um panorama

⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

⁹ CAPELATO, M. H. R. ; GLAZER, R; FERLINI, V. L. A. A escola uspiana de História. *Revista de Estudos Avançados* – USP: São Paulo, v. 9, n. 22, 1994.

¹⁰ FALCON, Francisco. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – Trinta Anos. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 13, n, 25, 2012, pp.6-24.

¹¹ Ver ainda a obra de referência utilizada FERREIRA, Marieta de M; MOREIRA, Regina Luz (Org.). *Capas, 50 anos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

sobre a pós-graduação no Brasil desde sua formação entre as décadas de 1950 e 1960, tendo como elemento norteador a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior), cuja história é de total relevância para compreendermos o formato atual do ensino e pesquisa em nível superior no Brasil.¹²

Assim, queremos perceber como a pós-graduação em História tem trabalhado os temas relacionados a Brasil Pós-1964 nas duas últimas décadas (1994-2014).¹³ O marco cronológico está relacionado à hipótese já mencionada de que, em efemérides, existiria uma atenção acadêmica mais efetiva aos temas relacionados ao regime militar instaurado em 1964 por meio de um golpe militar com apoio de parcelas da sociedade civil. Para comprová-la hipótese, levantamos 921 teses e dissertações nos 63 programas de pós-graduação (PPG) reconhecidos pela Capes. Durante a coleta, armazenamos os dados em um banco que continha informações gerais do trabalho, ano de defesa e professor orientador, se o discente teve bolsa, o resumo, as palavras-chave de identificação do trabalho para cruzamento de temas mais comuns, o período cronológico e informações em geral.

Conforme afirmamos anteriormente, não estabelecemos cronologias rígidas, apenas uma data norteadora, pois acreditamos que isso geraria perdas na capacidade analítica da amostra final. Desse modo, o meio eletrônico de sítios oficiais do Estado foi utilizado nesta pesquisa para a coleta de informações e transformação em um banco de dados próprio, que, além dos elementos mencionados anteriormente, foram organizados por PPG e avaliados um a um para que pudéssemos fazer a identificação e classificação.

Durante a coleta e arranjo dos dados, avaliamos a necessidade de incluir todos os trabalhos com cronologia entre 1964-1985. A proposta anterior era de trabalhar com todas as pesquisas cujo tema fosse, especificamente, o golpe de 64, ditadura e abertura política. Os três eixos fundamentais comportariam em si uma infinidade de objetos interessantes à nossa abordagem, porém, nos deparamos com outros trabalhos que, apesar de utilizarem o mesmo marco cronológico, não estariam diretamente relacionados ao momento político que buscávamos avaliar. Assim, consideramos e incorporamos outros, por tratarem de objetos de interesse historiográfico recente ou de âmbito regional, como processos migratórios para as

¹² Ver mais informações sobre a formação do sistema de pós-graduação em: GOUVÊA, Fernando César F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). Brasília: *RBPG*, v. 9, n. 17, p. 373 – 397; julho de 2012.

¹³ Sobre o marco temporal, vide nota 2.

regiões Norte e Centro-Oeste; economia, política e arranjos sociais em âmbito local; formação de cidades e vilas; sindicatos rurais/urbanos; estudos de caso; conflitos pela terra em regiões de fronteiras no Brasil pós-1964; cultura e identidade local/regional. As pesquisas com abordagem de longa duração, assim como questões relacionadas ao contexto de crises dos anos 1960, que teriam contribuído para o golpe, bem como as que trabalham com questões posteriores à redemocratização, mas que tinham como ponto fundamental acontecimentos do contexto ditatorial também foram consideradas.

Desse modo, vamos abordar nesse capítulo, o processo de desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil e, nos capítulos posteriores, apresentaremos quadros gerais da produção historiográfica acadêmica brasileira sobre o tema exposto. Acreditamos que em instituições onde não há tradições de pesquisa sobre determinados períodos ou temáticas históricas específicas, a abertura para temas relacionados ao tempo presente é maior, sobretudo, em caso de oferta de docentes interessados em orientar trabalhos com essa característica.

No decorrer de nossa análise, percebemos que o ensino superior é pouco abordado pela área da História, campo de pesquisa imerso por estudiosos preocupados, sobretudo, com a história da educação básica no Brasil. A publicação da historiadora Marieta de Moraes Ferreira com respeito às trajetórias de pessoas importantes para a compreensão do desenvolvimento da escrita da história no Rio de Janeiro demonstra a construção de um verdadeiro formato de educação superior em História.¹⁴ A Faculdade Nacional de Filosofia teve papel decisivo nesse processo, dada a constituição de docentes de prestígio. A atuação deles foi manifesta em depoimentos orais que nos levam para além da formação da universidade no Brasil, nos transportando para todo um contexto político nacional. Os depoimentos expressam as percepções desses historiadores enquanto testemunhas da evolução do ensino superior e da pesquisa dentro da universidade. Eles ajudaram a dar forma ao modelo de ensino que se modificou a longo dos anos, até o formato mais atual inaugurado com a reforma de 1968 que instituiu o fim das cátedras. O modelo novo de universidade requerido pela comunidade acadêmica entre os anos 1950 e 1960, rogava pela perda desse estigma do ensino superior como campo de elites e sua configuração mais popular, organizada por departamentos de discussão conjunta. A proposta era oposta ao sistema catedrático que

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 53-82.

tinha no professor titular da cadeira a responsabilidade pelo conhecimento e pela organização administrativa, na medida em que escolhia seus auxiliares e os demitia por meio de seu poder vitalício.¹⁵

No decorrer deste trabalho, o papel das agências de fomento Capes e CNPq serão explorados, numa tentativa de compreender como o desenvolvimento científico tornou-se meta em todas as áreas do conhecimento. O processo de formação universitária está inserido em um contexto de grandes transformações. Entender os personagens envolvidos, os projetos divergentes e as mutações na sociedade brasileira são procedimentos indispensáveis para pensar a história da educação superior no Brasil.

1.1 A pesquisa histórica no Brasil: um breve retrospecto

A criação das universidades brasileiras remonta às décadas de 1920 e 1930. Com o objetivo de suprir um projeto de desenvolvimento durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945), as antigas escolas de formação foram integradas e transformadas gradativamente no sistema que conhecemos. As primeiras universidades foram criadas no Rio de Janeiro - capital da República - e São Paulo, com expansão posterior a outras capitais e regiões geográficas no regime militar.¹⁶ A criação dessas instituições não foi um processo homogêneo, mas marcado por embates em torno do projeto mais adequado ao anseio das elites em disputa. A discórdia tinha contornos ideológicos claros, relacionados “ao papel do governo federal como normatizador do ensino superior e à atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira”.¹⁷

A Igreja e os setores mais conservadores temiam que o desenvolvimento do ensino superior trouxesse ao país valores do liberalismo e materialismo norte-americano presentes na

¹⁵ SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)*. Documento de área. São Paulo: NUPES/USP, 1991.

¹⁶ A historiografia reconhece a década de 1930 como a de criação das primeiras universidades: a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade do Brasil (UB), fundadas no Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo (USP).

¹⁷ OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana A. (Org.) *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002, Cap. 1, p. 34.

cultura protestante e tão adversos aos ideais humanistas. Para barrar esse crescimento, as lideranças católicas se articularam em prol de um projeto de ensino universitário subordinado à hierarquia eclesiástica, sendo aprovada, em 1946, a primeira instituição com título de Pontifícia Universidade Católica (PUC) em São Paulo e, anos mais tarde, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (1952), num claro exemplo de disputa no campo ideológico religioso. Assim, os primeiros esforços no sentido de pensar o ofício historiográfico foram na década de 1940, a partir de um processo reflexivo e de análise crítica às diferentes formas de escrita, muitas vezes permeadas por memórias e esquecimentos, expressão das vivências particulares do historiador. De acordo com Rebeca Gontijo, esse período “provavelmente, fez surgir a necessidade de estabelecer uma história da disciplina capaz de situar a produção universitária de estudos históricos em relação à anterior”.¹⁸

O modelo universitário foi, portanto, um arranjo entre as antigas escolas de formação, mantendo a orientação elitista de profissionais para o trabalho especializado, haja vista a concentração das instituições nas regiões mais desenvolvidas do país. Embora houvesse esforços de intelectuais para estabelecer critérios para o desenvolvimento científico, o modelo anterior de ensino verticalizado, com pouco ou nenhum método de análise das fontes, permanecia arraigado ao pensamento acadêmico.

As novas universidades, desta forma, não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais, e educadores, nem sempre ligados ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal. Este processo é extremamente complexo, pois se dá em um momento de mudança de regime político de tal forma que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele.¹⁹

Entre 1945 e 1964, ampliou-se a institucionalização do ensino superior no Brasil, surgiram novas universidades vinculadas às faculdades já existentes em outras capitais, assim como o CNPq e CAPES, que tiveram papel preponderante no fortalecimento do fazer acadêmico.²⁰ É necessário ressaltar que muitas universidades são criadas no período ditatorial,

¹⁸ GONTIJO, Rebeca. Tal História, qual Memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. Dossiê História, Historiografia e Historiadores. *Revista Projeto História*, n. 41, dez. 2010. Pp. 491-526

¹⁹ SAMPAIO, Helena. *Evolução do Ensino Superior Brasileiro – 1808-1990*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Ensino Superior (NUPES) – USP, s/d, p. 12. Acesso setembro de 2015. <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>>

²⁰ Utilizamos o termo “fazer acadêmico”, pois o sistema de pós-graduação com organização e critérios minimamente estabelecidos para fomento à pesquisa, reconhecimento e atuação acadêmica, só ganha amplitude

reconhecidos os problemas e lutas da comunidade acadêmica para que demandas anteriores a este contexto fossem incorporadas na reforma do ensino. Apenas nos anos 1980 e, sobretudo, na redemocratização que o ensino superior e a pós-graduação se expandiram às demais regiões do país, de maneira mais intensa nos anos 2000, como apresentaremos em números adiante.

Assim, o ensino superior enquanto estratégico para a política e modernização, passou por diferentes conformações a longo das décadas. Na Universidade do Brasil, o processo de especialização fez com que a separação entre os cursos de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) ocorresse em meados da década de 1950. A dissociação gerou renovação curricular com o acréscimo de disciplinas de caráter metodológico e introdução aos estudos históricos. De acordo com a historiadora Marieta de Moraes Ferreira, as mudanças de maior relevância só foram vislumbradas na década de 1960, tanto pela renovação no quadro de docentes, quanto pelas motivações decorrentes do processo de politização do país.²¹

A política de incentivo a pesquisa em nível superior tomou formato com a fundação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoas em Nível Superior (CAPES), criada enquanto comissão independente e autônoma em 1951, através do decreto lei 29.741, com Anísio Teixeira no cargo de secretário-geral. A missão da CAPES era “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento do país”.²²

Ainda em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) foi criado como parte do projeto de redefinição da educação superior, com a função de reconhecimento de instituições e pesquisadores brasileiros. O governo estava atento ao contexto mundial do pós-guerra e almejava fortalecer-se internamente para construir meios para ampliar a competitividade no mercado internacional. Contudo, mais do que uma questão política e econômica, era fundamental desenvolver tecnologias para a defesa, um projeto audacioso que colocou militares de altas patentes na direção da entidade por décadas.

na década de 1970, durante o processo de reforma universitária e estabelecimento de critérios de gestão e atuação das entidades.

²¹ FERREIRA, Marieta de M. Op. cit.

²² <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>> Acesso 30-12-2014

De acordo com Manuel Domingos o CNPq teve papel de destaque no desenvolvimento científico do país e, entre as décadas de 1950 e o fim da ditadura militar, reconheceu de maneira mais contundente a tecnologia nuclear como chave para a defesa nacional e projeto científico no país.²³ A bomba atômica lançada no final da Segunda Guerra Mundial teria causado impactos como nunca visto em nenhuma guerra. As incertezas causadas pela tecnologia atômica aumentaram o prestígio dos físicos, que criaram a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1949 e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) no ano seguinte.

Essas instituições e os cientistas que as compunham foram fundamentais para os debates sobre o ensino superior e desenvolvimento científico brasileiro, auxiliando ainda na criação do CNPq e definição de sua missão. Embora o objetivo da entidade fosse fomentar a pesquisa em todas as áreas e garantir o reconhecimento entre os pesquisadores, sua importância estratégica esteve no desenvolvimento de tecnologias brasileiras, que era o principal foco da instituição. Tal fator é confirmado pela composição administrativa científica de reconhecimento nacional, mas que estava subordinada à Presidência da República e ao Exército, uma vez que este era incumbido de gerenciar as pesquisas nucleares.

No contexto desenvolvimentista do segundo governo Vargas, a intenção que se tinha com a criação da CAPES e do CNPq era incentivar a modernização do país por via científica, auxiliando a formação de profissionais, trazendo pesquisadores estrangeiros para lecionar no Brasil e concedendo bolsa a estudantes no país e em intercâmbios no exterior. Assim, o presidente Getúlio Vargas cria a Petrobrás, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) e o Banco Nacional do Nordeste (BNB), além das referidas agências de fomento, parte do projeto político de aspiração de um país moderno e autônomo.²⁴

Para as historiadoras Maria Helena Capelato, Raquel Glezer e Vera Lúcia Ferlini, o diferencial do curso de História da USP se encontrava na didática de incentivo à produção de alto nível intelectual, rigor metodológico, tradição interdisciplinar, empirismo e reflexão teórica. Neste sentido, o contato com docentes franceses e a parceria com os brasileiros fez com que a tradição francesa se propagasse por várias gerações de professores *uspianos* até o fim do regime de cátedras e a institucionalização da pós-graduação.

²³ DOMINGOS, Manuel. A trajetória do CNPq. Rio de Janeiro: *ACERVO*. V.17, n.9, pp 19-40, jul. 2004.

²⁴ OLIVEN, Arabela. Op. cit, p. 27-34

O CNPq foi diretamente afetado por crises políticas externas e internas, já que a orientação para o desenvolvimento e gestão da instituição tinha nas pesquisas atômicas seu ponto de maior confluência. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 levou ao reordenamento da gestão da instituição, sinal da importância estratégica nacional que ela assumira em poucos anos de existência. Durante o governo Juscelino Kubistchek (1956-1961), João Christóvão Cardoso - cientista conservador e avesso à participação acadêmica em questões políticas e a cientistas sociais - assumiu a direção em 1956 e o CNPq amargou reduções drásticas no orçamento. A situação foi agravada quando JK criou novas comissões para atender os interesses imediatos de seus projetos, demonstrando a falta de percepção de que a pesquisa era um investimento alto, mas de consequências positivas no futuro.²⁵

Além disso, aquele período não foi apenas de grandes transformações no contexto internacional, mas de intensa polarização ideológica interna marcada por grandes mobilizações sociais. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961, após anos de debates entre a sociedade e membros do estado, trouxe à tona projetos divergentes e disputas de poder durante sua elaboração. Parte de um projeto reformista do Estado, a lei configurou um passo importante para a reforma do ensino na medida em que auxiliou na centralização do sistema de educação superior, embora a expansão do ensino voltado à pesquisa só ganhasse destaque nos anos seguintes. Segundo Manuel Domingos, foi a primeira vez em que se realizou um plano estratégico de longo prazo para o ensino superior com recursos da Petrobrás. Tendo o prestígio em recuperação, o plano quinquenal teve como meta investimentos e estímulo ao desenvolvimento científico nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. A crise política agravou a consolidação do CNPq mesmo após uma década de funcionamento, além disso, a escassez de recursos e concentração deles em determinadas áreas e em regiões específicas, foram barreiras para a integração e desenvolvimento da comunidade acadêmica.²⁶

Ainda em 1961, a CAPES ficou subordinada à Presidência da República já com patamar de reconhecimento de sua importância para as universidades. Nesse mesmo ano, realizou-se em Marília (SP) o primeiro Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior, representados por professores de várias regiões do país, com empenho especial dos professores da Universidade do Brasil. O evento que deu origem à ANPUH (Associação

²⁵ DOMINGOS, Manuel. Op. cit, p. 24-26

²⁶ Idem, p. 25.

Nacional dos Professores Universitários de História) teve como objetivo a discussão e equacionamento de problemas no ensino superior de História. O êxito do simpósio fez com que a proposta de manutenção do evento acadêmico da área se mantivesse enquanto espaço para divulgação de pesquisas e novos estudos, possibilitando, ainda, o conhecimento sobre diferentes tipos de estudos realizados no país e exterior.

Segundo Maria Yedda Linhares, a década de 1960 representou a mudança no ensino de História. As divergências entre os alunos se dava tanto pelo formato do curso, já que as posturas ideológicas estavam mais afloradas naquele contexto de luta por reformas no governo de João Goulart (1961-1964), quanto pelas concepções de história que estavam longe de abarcar as questões sociais postas naquele momento.²⁷ A modificação na estrutura do currículo e a reforma universitária eram demandas urgentes dos professores.

Com o golpe, a CAPES volta a ser subordinada ao Ministério de Educação e Cultura, tendo Susana Gonçalves como secretária-geral no lugar de Anísio Teixeira. Sob a ingerência do governo autoritário, um grande número de docentes foi afastado. Além disso, os aparatos de controle dentro das instituições geraram ambiente instável por conta da criação pelo Estado de órgãos de segurança e controle universitário nos anos seguintes. A manutenção da política de incentivo e investimentos em pesquisa elevou, ainda em 1965, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* ao total de trinta e oito (38), sendo vinte e sete (27) de mestrado e onze (11) de doutorado.²⁸

As mudanças também atingiram a Universidade do Brasil, que, em 1965, por meio de lei federal, passou a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro, com suas escolas e faculdades integradas e transformadas em institutos. Desse modo, o curso de História passava a integrar o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, palco de grandes mobilizações contra o regime ditatorial, o que causou perseguições e expurgos na comunidade acadêmica.

Durante o governo militar de Castelo Branco, a pós-graduação foi regulamentada por meio do Parecer nº 977/1965, que definiu a necessidade de reformas na educação superior e no ensino fundamental. Para isso, uma comissão de intelectuais foi nomeada em 1966 com a função de elaborar planos de desenvolvimento, inseridos posteriormente no Programa

²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 53-82.

²⁸ Esses dados estão presentes no site da CAPES <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>.

Estratégico de Governo e no Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). O projeto da reforma universitária era demanda das esquerdas antes do golpe de 1964. A ditadura se apropriou e efetivou a reforma em 1968, sem considerar o que a comunidade acadêmica pleiteava inicialmente, que era a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de uma carreira docente que possibilitasse a dedicação exclusiva.²⁹

Sendo o meio universitário um espaço de efervescência de ideias, órgãos de informações, criados a partir de 1967, passaram a controlar a sociedade civil. Para isso, divisões de segurança e informações (DSIs), assessorias de segurança e informação (ASIs) ou assessorias especiais de segurança e informação (AESIs) foram implantadas no interior de empresas estatais e autarquias, inclusive das universidades, com o objetivo de ampliar a rede de informação do regime militar. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, essas assessorias ficaram vinculadas às reitorias a partir de 1972 e a elas “importava menos o assessoramento aos reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão”.³⁰ Assim, a reforma universitária ocorreu enquanto resposta do comando militar às manifestações estudantis que irrompiam em várias cidades brasileiras, tendo como objetivo principal desmobilizar as organizações estudantis e frear o radicalismo.

Para Motta, a reforma universitária seria explicada por um processo paradoxal e heterogêneo que o autor caracteriza como “modernização autoritário-conservadora”. O procedimento modernizante esteve na racionalização dos recursos e alterações na graduação como formato do ingresso (através de provas para medir conhecimento), reorganização do quadro docente com a substituição das cátedras, ampliação de vagas discente, ampliação do fomento à pós-graduação, expansão do sistema universitário e aumento da iniciativa privada no ensino superior.³¹

Para se ter uma ideia dessas mudanças em números, em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto em 1974 eles passaram a quatrocentos; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil em 1964 para 1 milhão e 300 mil em

²⁹ MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. IN: *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. MOTTA, R. P. S; RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (Orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 48-65.

³⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: Os arquivos da ASI universitária. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2008, p. 43-66.

³¹ MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. IN: *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. MOTTA, R. P. S; RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (Orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 56.

1979; as bolsas de pós-graduação financiadas pelas agências federais (Capes e CNPq) passaram de aproximadamente mil em 1964 para cerca de 10 mil em 1976.³²

Os números descritos por Rodrigo Patto Sá Motta, embora não devidamente informado sua fonte e destoante dos dados Capes que adotamos, ou seja, 38 cursos de pós-graduação e não 23 como apresentou, comprovam a constatação de Manuel Domingos de que foi na ditadura que o CNPq e a Capes se firmaram enquanto instituições de apoio ao desenvolvimento científico. A ciência, como já dito, era parte do projeto de defesa e, por isso, fazia todo o sentido que se investisse em pesquisas visando produção de tecnologia nacional.³³

O CNPq permaneceu atrelado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República de forma estratégica e Antônio Moreira Couceiro, ex-assessor do almirante Octacílio Cunha no governo Jânio Quadros, foi nomeado por Castelo Branco presidente da entidade. Couceiro teve papel fundamental na reforma da educação superior, estando no cargo entre 1964-1970. Apesar do regime militar, a nomeação dele como presidente do conselho é vista por Domingos como importante do ponto de vista da continuidade no pensamento administrativo da instituição.

Ainda que o estado autoritário criasse políticas para o avanço da pós-graduação, muitos pesquisadores se afastaram da academia tanto por expurgos como perseguições e controle do ambiente universitário. O arbítrio e a violência praticados por agentes das ASIs universitárias não eram velados. A Sociedade Brasileira para o Progresso Científico (SBPC) é exemplo de entidade que chegou a denunciar em eventos científicos a existência de critérios ideológicos para a contratação de profissionais.³⁴ A ambiguidade do processo de modernização autoritário-conservadora estava nessa relação do Estado com a comunidade acadêmica.

Segundo Motta, “poderiam ter sido maiores os expurgos nas universidades não fosse a influência de alguns círculos do poder, e graças às estratégias de acomodação que adotaram

³² Idem, p. 57

³³ DOMINGOS, Manuel. Op. Cit

³⁴ MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 17.

em certas circunstâncias”.³⁵ Tais estratégias de acomodação teriam sido utilizadas pelos dirigentes das universidades e Estado, que aceitavam manter no quadro acadêmico profissionais de talento para evitar conflitos e evitar a perda de prestígio naquela comunidade. Além das universidades, outros órgãos públicos vislumbraram situações semelhantes, o que evitou que toda a esquerda fosse expurgada dos quadros do Estado. Contudo, para manter seus cargos, esses profissionais também fizeram concessões e negociações.

Durante o governo Geisel (1974-1979) o Conselho Deliberativo do CNPq foi extinto, causando grande prejuízo à comunidade científica, uma vez que era importante frente de negociações do pleito acadêmico. E, assim como a Capes, teve a sede transferida para Brasília. Na área de História, o modelo científico de molde norte-americano que visava produção e desenvolvimento científico foi visto inicialmente com cautela. De acordo com Francisco Falcon, apesar da normatização da pós-graduação, constam dos Anais da ANPUH, entre 1960 e 1970, inúmeros debates contra a criação das disciplinas de “Estudos Sociais” e licenciaturas curtas.³⁶

Embora o Estado ditatorial ampliasse seus mecanismos de controle, o projeto de desenvolvimento da nação estava diretamente relacionado à educação, ciência e tecnologia. Com a reformulação da política de ensino superior, a CAPES ganhou novas atribuições e investimentos, os quais permitiram diversificar e ampliar suas ações, bem como a intervenção na qualificação do corpo docente universitário. Com a transferência da sede das agências de fomento federais para Brasília na década de 1970, os Centros Regionais de Pós-graduação foram criados com o objetivo de ampliar os canais de comunicação e permitir a integração entre as instituições.

A estrutura da CAPES foi alterada, em 1974, com o Decreto nº 74.299, que modificou seu estatuto para "órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira". Esse processo repercutiu positivamente, apesar da autonomia conquistada ser relativa, haja vista que os órgãos de segurança e informação estavam presentes em todas as instâncias da União, controlando inclusive a circulação internacional de docentes.³⁷

³⁵ MOTTA, R. P. S. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. IN: *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. MOTTA, R. P. S.; RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (Orgs). Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 60.

³⁶ FALCON, Francisco. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – Trinta Anos. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 13, n. 25, 2012.

³⁷ Idem, p. 46.

O novo Regimento Interno incentiva a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação.³⁸

Para Falcon, o modelo único de pós-graduação imposto foi do tipo iluminista e representou a ocultação “das condições que levaram à supressão de todos os demais caminhos historicamente possíveis”, no que diz respeito ao processo histórico de institucionalização da pós-graduação.

Das possibilidades ignoradas ou apagadas surgiu o mito das origens da pós-graduação como algo uniforme, consensual e historicamente necessário. O controle político-ideológico sobre professores e alunos das universidades foi talvez a face mais ostensiva e violenta da imposição do poder autoritário sobre as atividades acadêmicas e intelectuais.³⁹

Na prática, o fim do regime de cátedras e os termos da reforma inauguravam um novo processo na educação superior brasileira, ao estabelecer metas e reordenar as atribuições dos órgãos do sistema nacional de pós-graduação. O Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) vislumbrava a pós-graduação como fundamental ao projeto transicional. Cabe frisar que, nesse contexto, as universidades continuavam a ser palco para o ativismo social, na medida em que questionavam a distensão anunciada pelo Estado autoritário. Como ressalta Motta, as lideranças estudantis se colocavam à frente das discussões políticas na comunidade acadêmica, com o apoio de alguns professores e funcionários. Os protestos ocorriam de diversas formas e mesmo diante da censura havia eventos culturais não autorizados, panfletagem e eleições para as entidades estudantis de modo a manter-se organizados. Entre 1975-1977, os estudantes voltaram a realizar manifestações nas ruas, desafiando o rigor da repressão.⁴⁰

Manuel Domingos, vice-presidente do CNPq em 2004, no trabalho sobre o cinquentenário da entidade, afirma que, em 1975, ano de lançamento do I Plano Nacional de Pós-Graduação, eram 551 cursos de mestrado e 200 de doutorado no Brasil. Nos diversos dados que apresenta, aponta que os investimentos e a visão dos militares sobre a importância

³⁸ <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>> Acesso 30-12-2014

³⁹ FALCON, F. Op. cit, p. 10.

⁴⁰ MOTTA, R. P. S, Op. cit, p. 61-65.

da ciência para o país elevou as bolsas CNPq de 400 em 1964 para mais de 13 mil até 1985.⁴¹ Ainda assim, a expansão dos programas de pós-graduação foi vista com cautela em face do temor pela perda na qualidade do ensino. Deste modo, a CAPES e também o CNPq passaram a desenvolver sistemas de avaliação a fim de melhor gerir os meios de distribuição de bolsas e estabelecer parâmetros de qualidade dos cursos.⁴²

O trabalho do sistema de gestão e avaliação das agências de fomento é verificável nos números, já que, só em 1985, 5 mil bolsas foram destinadas a pós-graduação. É interessante ressaltar a visão do CNPq, que considerava a Capes de menor importância para a comunidade científica por não representar os interesses da academia e agir com critérios duvidosos, uma vez que seu conselho sempre foi composto por agentes do Estado, diferente do CNPq que ao manter um Conselho Deliberativo, contribuiu ainda para a comunidade acadêmica ao concentrar os debates e levar as demandas dos pesquisadores ao Estado quando possível.

Segundo o autor, é a avaliação por pares que estabelece um sistema de pós-graduação de fato. Respalhada no mérito de seus profissionais, sua importância está ainda no reconhecimento formal dos campos do conhecimento científico, necessário para distribuição dos recursos. Argumenta ainda que, “apenas em 1977, a entidade institucionaliza a avaliação dos programas de pós-graduação por comissões formadas por membros da comunidade acadêmica”.⁴³

Na década de 1980, as atribuições da CAPES eram avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. A tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortaleceu seu papel, sobretudo após o Programa de Acompanhamento e Avaliação, implantado num momento de certa estabilidade administrativa, embora o contexto de abertura política trouxesse horizontes de incerteza. Além de contribuir para a criação dos mecanismos de controle da qualidade da produção, a agência aprofundou sua relação com a comunidade científica e acadêmica. Nesse processo de desenvolvimento da pós-graduação, diversos cursos foram criados, a qualidade da pesquisa e dinamismo no processo de ingresso aos programas de pós-graduação foi um fator positivo, mas também permitiu que

⁴¹ DOMINGOS, Manuel. Op. cit, p. 28. Novamente reafirmamos que adotamos os dados gerais do CNPq de bolsistas regulamente matriculados, assim como os Capes para número de programas, instituições de nível superior, docentes, discentes, entre outros.

⁴² FERREIRA, Marieta de M (Org.). *Capes, 50 anos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005, p. 22.

⁴³ *Ibidem*, p. 30.

O enquadramento institucional dos programas de pós-graduação pela Capes/MEC trouxe, por um lado, facilidades de financiamento e critérios gerais de ingresso, créditos, disciplinas, orientação e titulação, mas, de outro, implicou, no caso do Departamento de História, em tensão entre a tradição de orientação eclética e individualizada e a exigência de implantação de linhas de pesquisas coletivas.⁴⁴

Findada a ditadura, a universidade permanecia distante das demandas sociais. Embora os militares tenham buscado ocupar todas as regiões do país com instituições de ensino superior, a infraestrutura acadêmica nem sempre satisfazia as necessidades de todos os cursos de pós-graduação, sobretudo nas regiões Norte e Centro-Oeste. Além das discrepâncias regionais na comunidade acadêmica, outro problema a ser enfrentado na redemocratização era estimular os pesquisadores exilados ou perseguidos pela ditadura a retomar suas pesquisas no Brasil.

A concentração institucional e geográfica da produção de conhecimento, diagnosticada pelo almirante Octacílio Cunha antes do golpe de 1964, não fora atenuada pelas iniciativas compensatórias do regime militar. O problema se torna até mais visível por conta da demanda induzida: a ditadura instalara universidades federais em todas as unidades da Federação que, agora, querem qualificar quadros e pesquisar. A concentração de investimentos em poucas universidades do Sudeste torna-se particularmente incômoda.⁴⁵

Ainda que a CAPES considere mérito a manutenção da mesma direção após o fim do regime ditatorial e veja como positivo os resultados do Programa de Acompanhamento e Avaliação, muitos estudiosos da educação criticam o modo com que o programa foi executado, sem critérios bem definidos ou propostas atentas a qualidade dos cursos através da especialização docente e meios para o desenvolvimento científico nas diversas áreas do conhecimento. Sobre o quadro atual e as projeções futuras, o sociólogo Simon Schwartzman fez a seguinte afirmação

A pós-graduação brasileira, ao dar prioridade ao desenvolvimento acadêmico, através de um conjunto de instrumentos de regulação legal, incentivos e mecanismos de avaliação, ao lado de muitos resultados positivos, acabou criando um sistema altamente subsidiado cuja principal função, na prática, é se auto alimentar, e que, com as exceções de sempre, nem consegue produzir uma ciência de padrão internacional, nem consegue gerar tecnologia para o setor produtivo, nem consegue dar prioridade devida aos que buscam formação avançada para o mercado de trabalho não acadêmico.⁴⁶

⁴⁴ CAPELATO, GLEZER, FERLINI Op. cit. p. 356.

⁴⁵ DOMINGOS, Manuel. Op. cit, p. 32.

⁴⁶ SCHWARTZMAN, S. A Pós-Graduação brasileira no ano de 2020 - Notas sobre a transição necessária da Pós-Graduação. IN: *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNG 2011-2020*. Brasília: CAPES/MEC, 2010, v. II. P. 34-52

A provocação de Schwartzman em um documento oficial é crítica aberta ao papel centralizador e de normatização que a CAPES tem assumido, que para ele é o único sistema com esse formato do mundo, embora não utilize exemplos de outros modelos para esclarecer aquilo que considera o ideal. O desafio que se coloca à atualidade, enquanto abertura do documento publicado em 2010 é como estimular a autonomia e a diversificação dos programas. Segundo o autor, suas propostas auxiliariam na ampliação e descentralização dos recursos destinados à pós-graduação, afinado aos diferentes objetivos dos programas.

a) estimular o setor privado a investir na pesquisa, incluir recursos para o custeio de pessoal e overhead administrativo nestes fundos. Hoje as instituições privadas estão praticamente excluídas dos programas de financiamento existentes, porque têm que arcar com os gastos de pessoal de tempo completo e com os cursos administrativos e de infraestrutura correspondentes. Como as universidades públicas já tem gastos fixos pagos pelo governo, elas não tem a mesma necessidade. (...) b) Instituir o princípio de cobrança de anuidades nos cursos de pós-graduação públicos e privados, especialmente para os cursos orientados para a formação profissional para o mercado de trabalho. (...) c) Abolir os rankings oficiais de cursos mantidos pela CAPES e a sua utilização como critério universal para a distribuição dos recursos. Em seu lugar, os programas de pós-graduação receberiam ou não apoio pela participação em um ou mais programas existentes, ou funcionariam somente com os recursos das respectivas universidades, dos pagamentos dos alunos e outras receitas.⁴⁷

Embora a proposta de renovação por ele apresentada seja inovadora, as estratégias listadas no documento, se consideradas de fato, deverão passar por rigorosa consulta da comunidade acadêmica e sociedade em geral. Afinal, alterar uma estrutura educacional consolidada não é tarefa simples e demandaria critérios bem fundamentados. Em que pese toda crítica à CAPES e ao sistema de pós-graduação, este, ao menos, tem garantido que programas recentes se desenvolvam, ainda que os recursos sejam menores que os de nota 7.

Mesmo que o sistema não tenha perdido o caráter de investimento voltado à especialização para o mercado, as áreas relacionadas às Ciências Humanas e Aplicadas estão entre as mais contempladas com bolsas discentes no Brasil. A tabela 1.1 demonstra que, em 1995, a grande área Ciências Humanas contava com o maior número de alunos com bolsa, seguida pelas Engenharias com 3.096 e Ciências da Saúde com 2.969, representando pouco mais da metade do fomento entre todas as grandes áreas.

⁴⁷ Idem, p. 34.

Tabela 1.1 - Concessão de Bolsas de pós-graduação da Capes no Brasil

<i>Stricto Sensu</i>	Alunos contemplados			
	1995*	2005	2013	2014
Mestrado	284	345	1.003	1.061
Mestrado Profissional	-	265	0	0
Doutorado	245	-	604	781
Pós-Doutorado	-	10	80	73
Outros**	-	-	0	0
Total – História	529	620	1.687	1.915
Total - Ciências Humanas	3.576	4.553	11.886	13.385
Total geral	19.425	27.896	87.678	105.791

* 1995 - Primeiro ano de contabilização **Pós-Doc; Mestrado Profissional; Prof. IsF; Iniciação Científica; Prof. Visitante Nac. Sênior; Supervisão; Coordenador Geral IsF; Coordenador Pedagógico; Coordenador Centro IsF
Fonte: GEOCAPES. Acesso em fevereiro de 2016

Das 19.425 bolsas concedidas em 1995, 61,96% eram de mestrado e 38,03% de doutorado. O índice de distribuição entre discentes por instituições de ensino superior foi de 49,7% alunos de federais, 38,9% das estaduais e 11,4% das privadas, sendo a região Sudeste de maior concentração destes recursos, destacando São Paulo com 9.562 bolsas do total geral. Na década seguinte, a grande área de Humanas permaneceu entre as que mais contemplam alunos, num montante de 4.553 das 27.896. Se tomarmos a área de História como amostra, percebemos que a criação de novos cursos no país tem contribuído positivamente para a especialização dos graduados. Na amostra geral, os cursos relacionados à formação de professores também mantêm bons índices de alunos com bolsas, indicando grande produção intelectual, uma vez que um dos critérios para a concessão e manutenção do fomento é produção e difusão do conhecimento.

Isso significa a manutenção de mais alunos na pós-graduação, no caso de estudantes de fora da cidade do programa, possibilita maior dedicação à pesquisa, incentiva a difusão através de congressos e eventos acadêmicos nas diversas regiões e possibilita acesso a instituições de guarda de documentos. Certamente, a área de História tem sido contemplada não apenas com bolsas discentes, mas investimentos a projetos de grande importância para o cenário nacional e internacional, a exemplo do edital lançado recentemente pela Capes, intitulado “Memórias Brasileiras: conflitos sociais” com destino a diversas áreas relacionadas à educação e humanidades.

Durante o levantamento das teses e dissertações, percebemos um processo de diversificação expressivo das pesquisas na área de História. Esse caráter não pode ser medido

apenas pela injeção de recursos e avaliação do *qualis*, mas o fato é que nunca se investiu tanto em pós-graduação como nos últimos dez anos. A geração de pesquisadores formada na década de 1990 compõe boa parte do quadro docente atual e teve papel fundamental para que a área de História obtivesse os resultados positivos que vem apresentando.

1.2 Visões sobre a pós-graduação brasileira nas últimas duas décadas. A área de história: Avanços e desafios

A expansão da pós-graduação na década de 1980 conferiu ao ensino superior um formato inteiramente diferente do adotado nas décadas anteriores, com o ensino sistemático voltado para a capacitação profissional e desenvolvimento científico. A promulgação da Constituição Federal em 1988 reacendeu os debates em favor da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no meio político e acadêmico. Afinal, no art. 2º da lei 9.394/1996 fica estabelecido que a educação é dever da família e do Estado, visando o desenvolvimento do educando e a qualificação para o trabalho. Embora a educação estivesse longe de ser prioridade no projeto de governo, o cenário para o desenvolvimento científico parecia mais favorável do que nas décadas anteriores.

A CAPES passou por reestruturação em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), momento em que se tornou responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ultrapassando, ainda, a marca de 1mil cursos de mestrado e dos 600 de doutorado com envolvimento de mais de 60 mil alunos. As tabelas 1.2, 1.3 e 1.4 trazem dados da distribuição de programas de pós-graduação no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Tabela 1.2 – Sinopse da Educação Superior, ano base 1998

UF	Ano	Região	Doutorado	Mestrado	Mestrado/ Doutorado	Mestrado/ Doutorado/ Mestrado Profissional	Mestrado/ Mestrado Profissional	Total Linha
AL	1998	NORDESTE	0	1	3	0	0	4
AM	1998	NORTE	0	3	4	0	0	7
BA	1998	NORDESTE	0	14	14	1	0	29
CE	1998	NORDESTE	0	20	10	0	0	30
DF	1998	Centro-Oeste	1	19	18	3	1	42
ES	1998	SUDESTE	0	7	3	0	0	10
GO	1998	Centro-Oeste	0	13	1	0	0	14
MA	1998	NORDESTE	0	4	0	0	0	4
MG	1998	SUDESTE	3	56	59	0	0	118
MS	1998	Centro-Oeste	0	7	0	0	0	7
MT	1998	Centro-Oeste	0	3	0	0	0	3
PA	1998	NORTE	1	10	6	0	0	17
PB	1998	NORDESTE	0	28	8	0	0	36
PE	1998	NORDESTE	2	26	27	0	1	56
PR	1998	SUL	1	29	23	1	0	54
RJ	1998	SUDESTE	1	68	123	2	1	195
RN	1998	NORDESTE	0	11	7	0	0	18
RS	1998	SUL	2	47	70	3	0	122
SC	1998	SUL	1	20	18	2	0	41
SE	1998	NORDESTE	0	2	0	0	0	2
SP	1998	SUDESTE	12	76	355	7	0	450

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP. Acesso 2015

Tabela 1.3 - Distribuição de programas de pós-graduação em História, grande área Ciências Humanas. Ano Base 2002 – GEOCAPES

Ano	UF	Município	Região	Sigla	Status Jurídico	Nome Programa	Descrição Área	Programa Descrição	Conceito
2002	BA	Salvador	Nordeste	UFBA	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	CE	Fortaleza	Nordeste	UFC	Federal	História	História	Mestrado	3
2002	DF	Brasília	Centro-Oeste	UNB	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	GO	Goiânia	Centro-Oeste	UFG	Federal	História	História	Mestrado	3
2002	MG	Belo Horizonte	Sudeste	UFMG	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	5
2002	MG	Uberlândia	Sudeste	UFU	Federal	História	História	Mestrado	3
2002	MS	Campo Grande	Centro-Oeste	UFMS	Federal	História	História	Mestrado	3
2002	MT	Cuiabá	Centro-Oeste	UFMT	Federal	História	História	Mestrado	3
2002	PE	Recife	Nordeste	UFPE	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	PR	Curitiba	Sul	UFPR	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	PR	Maringá	Sul	UEM	Estadual	História	História	Mestrado	3
2002	RJ	Niterói	Sudeste	UFF	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	7
2002	RJ	Rio De Janeiro	Sudeste	FIOCRUZ	Federal	História das Ciências	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	RJ	Rio De Janeiro	Sudeste	PUC-RIO	Privada	História Social da Cultura	História	Mestrado/Doutorado	5
2002	RJ	Rio De Janeiro	Sudeste	UERJ	Estadual	História	História	Mestrado	4
2002	RJ	Rio De Janeiro	Sudeste	UFRJ	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	5
2002	RJ	Vassouras	Sudeste	USS	Privada	História	História	Mestrado	3
2002	RS	Passo Fundo	Sul	FUPF	Privada	História	História	Mestrado	3
2002	RS	Porto Alegre	Sul	PUC/RS	Privada	História	História	Mestrado/Doutorado	4

2002	RS	Porto Alegre	Sul	UFRGS	Federal	História	História	Mestrado/Doutorado	5
2002	RS	São Leopoldo	Sul	UNISINOS	Privada	História	História Latino-Americana	Mestrado/Doutorado	4
2002	SC	Florianópolis	Sul	UFSC	Federal	História	História Do Brasil	Mestrado/Doutorado	4
2002	SP	Campinas	Sudeste	UNICAMP	Estadual	História	História	Mestrado/Doutorado	6
2002	SP	São Paulo	Sudeste	PUC/SP	Privada	História	História	Mestrado/Doutorado	5
2002	SP	São Paulo	Sudeste	UNESP	Estadual	História	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	SP	São Paulo	Sudeste	UNESP	Estadual	História	História	Mestrado/Doutorado	4
2002	SP	São Paulo	Sudeste	USP	Estadual	História Social	História	Mestrado/Doutorado	6
2002	SP	São Paulo	Sudeste	USP	Estadual	História Econômica	História	Mestrado	NC
Total									28

Fonte: GEOCAPES, 2015

Tabela 1.4 - Distribuição de Programas de Pós-Graduação em História, grande área Ciências Humanas. Ano Base 2013 - GEOCAPES

UF	Ano	Região	Doutorado	Mestrado	Mestrado Profissional	Mestrado/Doutorado	Total Linha
AC	2013	NORTE	0	5	0	0	5
AL	2013	NORDESTE	1	18	3	6	28
AM	2013	NORTE	1	24	4	18	47
AP	2013	NORTE	0	3	0	1	4
BA	2013	NORDESTE	4	69	25	58	156
CE	2013	NORDESTE	1	35	10	45	91
DF	2013	CENTRO-OESTE	1	19	14	67	101
ES	2013	SUDESTE	0	30	11	21	62
GO	2013	CENTRO-OESTE	3	43	9	26	81
MA	2013	NORDESTE	0	22	4	8	34
MG	2013	SUDESTE	1	130	42	175	348
MS	2013	CENTRO-OESTE	2	34	7	15	58
MT	2013	CENTRO-OESTE	1	34	2	8	45
PA	2013	NORTE	3	37	11	27	78
PB	2013	NORDESTE	3	45	8	32	88
PE	2013	NORDESTE	2	52	18	64	136
PI	2013	NORDESTE	0	23	1	3	27
PR	2013	SUL	2	121	21	107	251
RJ	2013	SUDESTE	5	85	88	239	417
RN	2013	NORDESTE	3	38	12	31	84
RO	2013	NORTE	0	8	2	2	12
RR	2013	NORTE	0	8	2	0	10
RS	2013	SUL	3	105	49	174	331
SC	2013	SUL	1	40	23	71	135
SE	2013	NORDESTE	0	33	1	9	43
SP	2013	SUDESTE	17	143	97	540	797
TO	2013	NORTE	0	9	5	3	17

Fonte: GEOCAPES – Indicadores CAPES, 2015.

Ao analisar a cobertura demográfica da educação superior, Maria Susana Arrosa Soares avaliou que entre as décadas de 1990 e 2000, houve aumento considerável de matriculados em cursos de graduação, cerca de 75%, embora apenas 33% do alunado correspondesse às universidades públicas nos anos 2000. Em caminho oposto, a pós-graduação concentra, desde 1996, o maior número de matriculados nas instituições federais e estaduais.

Em 2001, 46% e 44% dos doutorandos estavam matriculados, respectivamente, em instituições estaduais ou federais. A participação dos programas de pós-graduação das instituições privadas é pequena. Pouco significativa é sua oferta de cursos de mestrado (18% em 2001) e de doutorado (9% no mesmo ano).⁴⁸

É necessário destacar que embora a pós-graduação estivesse se expandindo, esse processo nem sempre considerou as diferenças regionais. A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), fundadas em 1982 e 1989, respectivamente, nos levam a inferir que a região Norte, fora do eixo amazônico estratégico do país tem sido vista com desinteresse por diversos governantes no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisa nas diversas áreas. Na UFRR havia em 2012, apenas 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nas áreas de Ciências Agrárias, Humanas, da Saúde, Biodiversidade, Biotecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, sendo apenas um curso de doutorado na área de Biodiversidade. Já a UNIR oferta 14 cursos *stricto sensu*, sendo dois de doutorado na área de Ciências Biológicas e um de mestrado em História (História e Estudos Culturais).

Embora sejam instituições localizadas em capitais é baixo o número de cursos se comparado a outras universidades localizadas no interior do Sudeste. Além disso, a distribuição dos recursos também não é igualitária, já que boa parte deles provém das agências de fomento, as quais determinam critérios baseados no mérito, como oferta de cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado, pesquisadores em nível de produtividade, projetos de extensão e desenvolvimento científico, bem como a produção e divulgação do conhecimento científico discente e docente.

⁴⁸ SOARES, Maria Susana A. O acesso à educação superior e sua cobertura demográfica. In: SOARES, Maria Susana A. (Org.) *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002. Cap. 3, p. 123.

Tabela 1.5

Número de instituições de ensino superior por organização acadêmica e localização (capital/interior), segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES – 2014 (universidades, centros universitários, faculdades, IF/Cefet)

Categoria Administrativa	Instituições					
	Total Geral			Universidades		
Brasil	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
	2.368	845	1.523	195	86	109
Pública	298	97	201	111	48	63
Federal	107	64	43	63	31	32
Estadual	118	33	85	38	17	21
Municipal	73	-	73	10	-	10
Privada	2.070	748	1.322	84	38	46

Fonte: INEP/MEC – Sinopse do Ensino Superior – 1.1 Dados Gerais, 2014. Quadro parcial, 2016.

Os dados do INEP atualizados recentemente e aqui apresentados na tabela 1.5 de maneira parcial demonstram uma discrepância entre o número total de instituições públicas e privadas que ofertam cursos de ensino superior. Porém, outros índices nesse mesmo indicador comprovam que o número de alunos concluintes em cursos de graduação é maior do que há duas décadas. Na pós-graduação, a situação é um pouco diferente. Apesar do incremento de investimentos em busca da ampliação do sistema de pós-graduação, Simon Schwartzman apresenta números no relatório para o Plano Nacional de Pós-Graduação que indicam um processo de encolhimento do acesso aos programas, que teve picos de crescimento de discentes inscritos entre 1995-1997 e taxas de crescimento de 15% ano até 2002, reduzindo para valores abaixo de 5% até 2008.⁴⁹ Assim, o sistema de bases no modelo de mestrado acadêmico manteve positivas as taxas de mestres titulados. E, apesar de ser alto o número de mestres inscritos em seleções de doutorado, o de matriculados e de doutores titulados vem caindo, o que pode ser explicado pelo abandono do curso.

A avaliação por escala alfabética de A-E esteve em vigor entre 1976-1997 e considerava de excelência os cursos avaliados com A. A partir de 1997, a Capes passou a adotar a escala numérica de 1-7, em que os cursos nota 7 seriam de excelência ratificada por consultores internacionais a pedido da entidade, medida que não se seguiu nas avaliações seguintes. O processo avaliativo atual é orientado por três eixos fundamentais a) Avaliação por pares com reputação internacional e oriundo de diferentes áreas do conhecimento; b) Mérito de acordo com a classificação do campo disciplinar; c) Reconhecimento e fomento,

⁴⁹SCHWARTZMAN, S. Op cit, p. 37-39.

que ocorre com base em políticas e critérios que definem o financiamento aos programas. Por isso, não é difícil a percepção de que, quanto menor o PPG e sua a produção intelectual, menor será o montante financeiro final.⁵⁰

Acompanhando o aumento na oferta de PPGs, os dados do INEP sobre a situação do ensino superior em 1999 demonstram que 16% dos docentes lotados em unidades de ensino federal, naquele momento, não possuíam especialização, 29% eram mestres e 20% doutores.⁵¹ Contudo, para ampliar e tornar de excelência o sistema de pós-graduação, eram necessários investimentos em pesquisa e incentivos à especialização de docentes, política esta adotada e tomada como prioridade nas duas primeiras décadas deste século.

De acordo com o referencial Geocapes havia 1.538 docentes em 2013, entre permanentes, colaboradores e visitantes na área de História na rede pública e privada da educação superior, estando as Ciências Humanas em segundo lugar entre as grandes áreas no que diz respeito ao número de docentes doutores, cerca de 10 mil no total.

Tabela 1.6 – Docentes em exercício – Grande área Ciências Humanas

	UF	Município	IES	Status Jurídico	Nome do programa	Área de Conhecimento	Permanente	Colaborador	Visitante	Total
2013	AL	Maceió	UFAL	Federal	História	História	17	2	1	20
2013	AM	Manaus	UFAM	Federal	História	História	14	3	0	17
2013	BA	Feira De Santana	UEFS	Estadual	História	História	17	1	1	19
2013	BA	Salvador	UFBA	Federal	História	História	27	7	2	36
2013	BA	Salvador	UNEB	Estadual	História Regional e Local	História Do Brasil	16	4	0	20
2013	CE	Fortaleza	UECE	Estadual	História E Culturas	História	13	1	1	15
2013	CE	Fortaleza	UFC	Federal	História	História	18	1	0	19
2013	DF	Brasília	UNB	Federal	História	História	26	9	1	36
2013	ES	Vitória	UFES	Federal	História	História	21	3	1	25
2013	GO	Goiânia	PUC-GOIAS	Privada	História	História	12	2	0	14
2013	GO	Goiânia	UFG	Federal	História	História	27	5	1	33
2013	MA	São Luís	UFMA	Federal	História	História	15	2	0	17
2013	MG	Belo Horizonte	UFMG	Federal	História	História	26	8	0	34
2013	MG	Juiz De Fora	UFJF	Federal	História	História	16	4	0	20
2013	MG	Montes Claros	UNIMONTES	Estadual	História	História	12	3	2	17
2013	MG	Ouro Preto	UFOP	Federal	História	História	17	5	0	22
2013	MG	São João Del Rei	UFSJ	Federal	História	História	16	2	0	18
2013	MG	Uberlândia	UFU	Federal	História	História	30	8	0	38
2013	MS	Dourados	UFGD	Federal	História	História	19	4	2	25
2013	MT	Cuiabá	UFMT	Federal	História	História	22	4	0	26
2013	PA	Belém	UFPA	Federal	História	História	20	2	1	23
2013	PB	Campina Grande	UFCCG	Federal	História	História	19	3	0	22
2013	PB	João Pessoa	UFPB/J.P.	Federal	História	História	18	2	0	20
2013	PE	Recife	UFPE	Federal	História	História	18	7	2	27
2013	PE	Recife	UFRPE	Federal	História Social da Cultura Regional	História Regional Do Brasil	14	3	0	17

⁵⁰ Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020: Relatório Final. Brasília: Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020. Elaboração da Agenda Nacional de Pesquisa, 2013, 104pp.

⁵¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse estatística do ensino superior: graduação 1999. Brasília: O Instituto, 2000.

2013	PI	Teresina	FUFPI	Federal	História	História	11	3	0	14
2013	PR	Cascavel	UNIOESTE	Estadual	História, Poder e Práticas Sociais	História	13	1	0	14
2013	PR	Curitiba	UFPR	Federal	História	História	27	4	0	31
2013	PR	Guarapuava	UNICENTRO	Estadual	História	História	13	0	0	13
2013	PR	Londrina	UEL	Estadual	História Social	História	22	3	5	30
2013	PR	Ponta Grossa	UEPG	Estadual	História	História	17	4	8	29
2013	RJ	Niterói	UFF	Federal	História	História	58	12	2	72
2013	RJ	Niterói	UNIVERSO	Privada	História	História Do Brasil	11	1	1	13
2013	RJ	Rio De Janeiro	FGV/RJ	Privada	História, Política E Bens Culturais	História	21	5	0	26
2013	RJ	Rio De Janeiro	FGV/RJ	Privada	História, Política E Bens Culturais	História	22	6	0	28
2013	RJ	Rio De Janeiro	FIOCRUZ	Federal	História Das Ciências	História	20	3	0	23
2013	RJ	Rio De Janeiro	PUC-RIO	Privada	História Social Da Cultura	História	17	4	0	21
2013	RJ	Rio De Janeiro	UERJ	Estadual	História	História	23	5	0	28
2013	RJ	Rio De Janeiro	UERJ	Estadual	História Social	História	14	1	2	17
2013	RJ	Rio De Janeiro	UFRJ	Federal	História Social	História	35	0	1	36
2013	RJ	Rio De Janeiro	UFRJ	Federal	História Comparada	História	23	6	0	29
2013	RJ	Rio De Janeiro	UNIRIO	Federal	História	História	34	0	0	34
2013	RJ	Seropédica	UFRRJ	Federal	História	História	24	5	0	29
2013	RN	Natal	UFRN	Federal	História	História	17	0	0	17
2013	RS	Caxias Do Sul	UCS	Privada	Ensino de História: Fontes e Linguagens	História	9	2	0	11
2013	RS	Passo Fundo	FUPF	Privada	História	História	14	0	1	15
2013	RS	Pelotas	UFPEL	Federal	História	História	16	1	0	17
2013	RS	Porto Alegre	PUC/RS	Privada	História	História	15	3	0	18
2013	RS	Porto Alegre	UFRGS	Federal	História	História	25	4	0	29
2013	RS	Rio Grande	FURG	Federal	História	História	13	0	1	14
2013	RS	Santa Maria	UFSM	Federal	História	História	15	1	3	19
2013	RS	São Leopoldo	UNISINOS	Privada	História	História Latino-Americana	12	0	0	12
2013	SC	Florianópolis	UDESC	Estadual	História	História	16	0	0	16
2013	SC	Florianópolis	UFSC	Federal	História	História Do Brasil	23	1	1	25
2013	SE	São Cristóvão	FUFSE	Federal	História	História	14	5	0	19
2013	SP	Assis	UNESP/ASS	Estadual	História	História	24	0	0	24
2013	SP	Campinas	UNICAMP	Estadual	História	História	28	6	0	34
2013	SP	Franca	UNESP/FR	Estadual	História	História	24	2	0	26
2013	SP	São Paulo	PUC/SP	Privada	História	História	18	1	0	19
2013	SP	São Paulo	UNIFESP	Federal	História	História	24	1	0	25
2013	SP	São Paulo	USP	Estadual	História Social	História	74	11	15	100
2013	SP	São Paulo	USP	Estadual	História Econômica	História	27	4	0	31
Total					63 Programas		1.283	200	55	1.538

Fonte: GEOCAPES, 2015.

O processo de expansão universitária tem sido a marca do MEC nos últimos quinze anos. O aumento considerável da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu na área de História tem auxiliado a diversificação da produção, uma vez que temas e objetos de caráter local/regional e, conseqüentemente, pouco conhecidos pela historiografia no geral, ganham forma e passam a ser cada vez mais comuns. Assim, consideramos que, no que diz respeito a temas ligados ao tempo presente, foco desta pesquisa, quanto maior a diversificação do corpo docente nos PPGs, maiores as possibilidades de empreender pesquisas nessa linha.

Tabela 1.7 - Temas sobre História do Brasil Pós-1964 – contexto social

Produção histórica acadêmica pós-1964
Migrações/Formação de cidades ou comunidades
Questão agrária/luta pela terra
Mundos do Trabalho urbano/rurais
Igrejas
Gênero/Papel das mulheres na sociedade
Cotidiano social
Estudos de caso/personalidades locais/biografia
Cultura e expressões artísticas
Outros

Dados da produção acadêmica – 921 teses e dissertações (1994-2012). Elaboração própria

De acordo com os relatórios CAPES, em 1998, dezenove (19) instituições públicas tinham programas de pós-graduação em História no Brasil.⁵² Atualmente, esse número triplicou, chegando ao patamar de sessenta e três (63) programas de mestrado e doutorado acadêmico, além de dois (2) de mestrado profissional entre instituições públicas e privadas reconhecidas no país.⁵³ Certamente, os recursos em estrutura e concessão de bolsas têm ampliado e possibilitado a disseminação de novos cursos na área de História.

O compromisso com o avanço nos indicadores internacionais de desenvolvimento, certamente impulsionaram os projetos de investimento em educação. De acordo com dados da Capes, percebemos aumento de recursos em todas as áreas da educação. Entre 2003-2013, os valores que foram executados pelas instituições somaram R\$ 4,77 bilhões do total fornecido pela Capes.⁵⁴ Apesar de o montante final ser oito vezes maior que os investimentos iniciais se comparados ao valor apresentado em 2003 (R\$ 0,58 bi), em 2013, praticamente o mesmo valor que fora investido há dez anos deixou de ser executado e retornou à agência (R\$ 0,53 bi).⁵⁵

⁵² Ver Gráfico 1.2, p. 42.

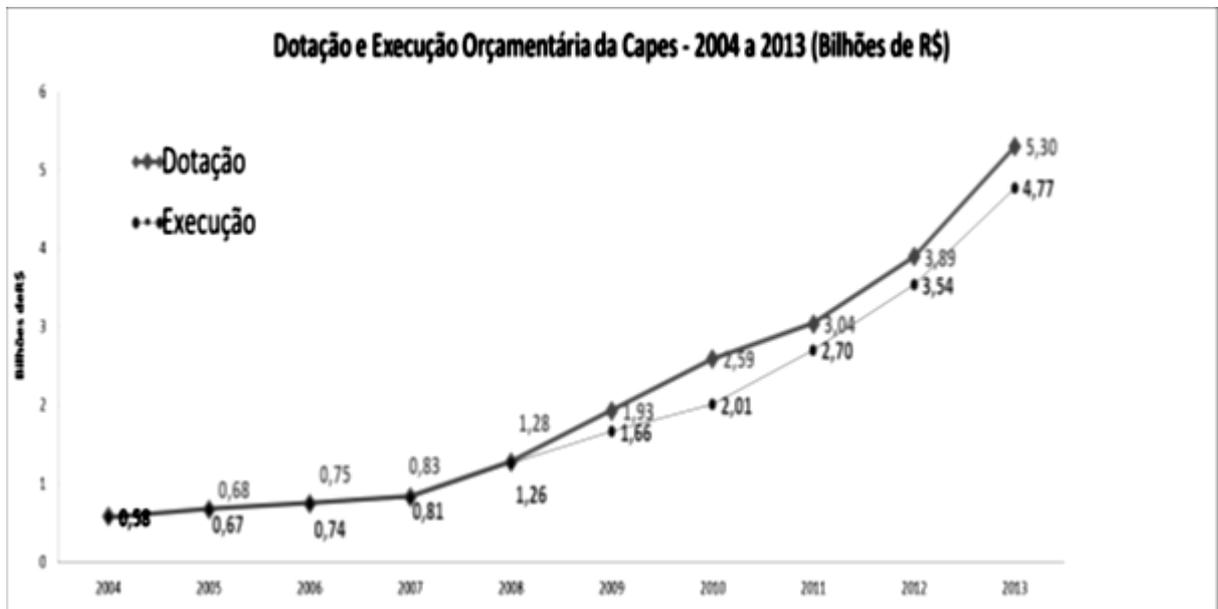
⁵³ Esses números têm como base os relatórios da CAPES, no qual utilizamos na pesquisa o triênio 2010-2012.

⁵⁴ Esses dados são referente a evolução orçamentária divulgada pela CAPES. Gráfico 1.1

⁵⁵ Os dados da CAPES estão disponíveis a consulta em sua plataforma eletrônica. <<http://www.capes.gov.br/orcamento-evolucao-em-reais>> Acesso 30-12-2014

A continuidade na gestão de Jorge Almeida Guimarães, presidente da Capes, conferiu uma gestão dinâmica e atenta ao desenvolvimento científico com qualidade no ensino e ampliação na oferta de bolsas. A reformulação dos meios de avaliação, divulgação de pesquisas e concentração de todo histórico da produção do aluno na Plataforma Lattes, gerenciada pelo CNPq e outros canais de divulgação como os Periódicos Capes, Banco de Teses e Dissertações, entre outros, têm proporcionado integração maior entre os pesquisadores.

Gráfico 1.1



Fonte: CAPES - Investimentos da Pós-Graduação brasileira na última década, 2004-2013. Acesso 2014

A área de Ciências Humanas tem se beneficiado desse processo de ampliação das políticas para a pós-graduação, como demonstram dados do referencial Geocapes. A oportunidade de acompanhar professores em seus projetos de pesquisa ainda na graduação modifica o sentido original do curso de História, cuja finalidade é, inicialmente, a formação de professores. A “cultura” da especialização ganhou fôlego nos anos 2000, com o aumento de recursos para área de História, reflexo de esforços individuais e institucionais, da ampliação dos Programas, a criação de novos laboratórios e de grupos de pesquisa, acompanhando as transformações teóricas e diferentes formas de se conceber a história.

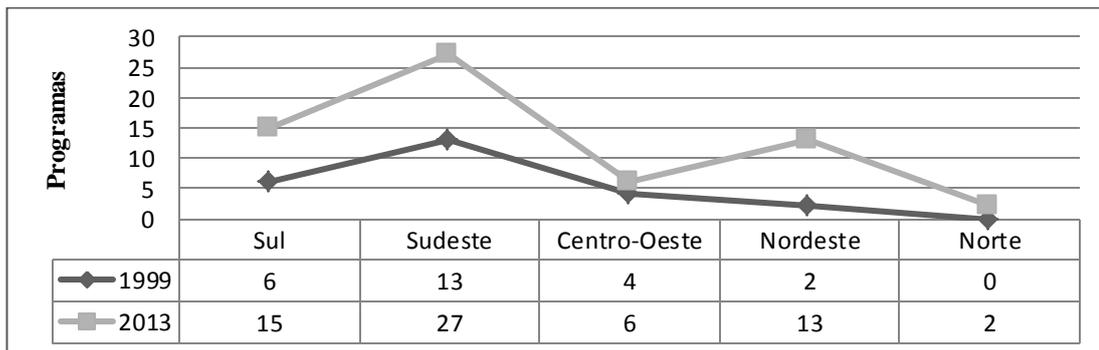
O número de bolsas-ano, que, em 2002, era de 47.464, sobe para 49.803, em 2004. As oportunidades para os pesquisadores são ampliadas com o lançamento contínuo de numerosos editais, com recursos provenientes de fontes diversificadas. Entre os editais, alguns se destacam pela originalidade, apesar de recursos relativamente modestos, como os que beneficiam as ciências humanas e a preservação de acervos históricos da produção do conhecimento científico. [...] O enfrentamento do incômodo problema da concentração regional de investimentos é conduzido de forma inovadora, pela indução de associações entre programas de pós-graduação bem avaliados pela Capes com cursos emergentes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas, no enfrentamento da desigualdade regional, nenhuma iniciativa supera a do fortalecimento das agências estaduais de fomento.⁵⁶

Desse modo, o desenvolvimento de pesquisas com graduandos eleva seu nível profissional, possibilitando ainda a realização de intercâmbios, iniciação na pesquisa empírica e produção intelectual. Ao entrar em contato com a pesquisa na graduação, os alunos formados entre os anos 2000 tiveram mais oportunidades de dar continuidade a sua formação, seja pela maior oferta de cursos e de bolsas em todas as regiões do país, como pela oferta de vagas, que certamente acompanhou essas reformulações. Neste sentido, os investimentos na graduação são essenciais para a qualidade dos alunos ingressantes na pós-graduação. Além disso, quando o professor se especializa, mesmo que ele não dê continuidade à carreira acadêmica, certamente irá lecionar na educação básica e contribuir positivamente para a formação de qualidade de seus alunos.

Em 2007 a CAPES ganhou nova missão. Através da Lei 11.502/2007, além de coordenar o Sistema Nacional de Pós-Graduação, a instituição deveria induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Para seguir tais objetivos, o governo incentiva o processo de interiorização do ensino superior nas modalidades presencial e à distância. A interiorização dos programas busca seguir as demandas da graduação, uma vez que as cidades de interior concentram mais cursos. A área de História tem apresentado resultados positivos, pois, até 1999, existiam 25 programas de pós-graduação, concentrados especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Em quinze anos, esses números saltaram para 63 em todas as regiões do país.⁵⁷

⁵⁶ DOMINGOS, Manuel, Op cit, p. 39-40. Grifos meus.

⁵⁷ Em 1998, além dos 19 programas stricto sensu, havia um mestrado profissional na FGV.

Gráfico 1.2 - Evolução dos Programas de Pós-Graduação em História por região 1999-2013

Fonte: Elaboração própria. Dados CAPES/MEC

Se compararmos os dados recentes, percebemos que a região Nordeste foi a que mais incorporou novos programas de pós-graduação, passando de dois (2) para treze (13) em menos de duas décadas. As demais regiões também apresentam crescimento, com destaque para as regiões Sul e Sudeste que duplicaram a oferta de PPGs. A criação de programas em universidades fora dos eixos tradicionais de produção intelectual propiciou estudos não apenas de cunho regional, mas reflexões sobre diversas questões que não seriam possíveis sem a existência de importantes núcleos de pesquisa espalhados por todo país, com subsídios também das agências de fomento estaduais. Em torno do crescimento na oferta de cursos de pós-graduação, o desafio é ampliar os cursos existentes, mantendo a qualidade de ensino e pesquisa.

Em relação aos trabalhos de História do Brasil pós-1964, o historiador Carlos Fico notou, em publicação de 2004, um processo de ampliação das pesquisas sobre o período mais recente da história do Brasil. Em relação aos estudos relacionados a ditadura, observou que a historiografia estaria envolta em novos objetos, processo positivo e motivado, segundo ele, por uma visão mais desprendida politicamente, reflexo de uma geração de historiadores não partícipes do processo autoritário. Assim, a característica deles seria a análise histórica afastada de mitos e estereótipos, de rompimento com a história factual e de ênfase em temas considerados tabu como partidos de direita, relação dos civis com o golpe, o processo de denúncia civil do sistema repressivo, militares de esquerda, interpretações do golpe de natureza revolucionária à direita e à esquerda, terrorismo de estado etc.

No levantamento de teses e dissertações citadas por Fico, os principais temas de interesse foram “movimentos sociais urbanos, relacionados à arte e cultura, economia, esquerdas, imprensa, censura, crônicas dos diversos governos, movimento estudantil e estudo

do golpe”.⁵⁸ Assim, corroboramos a análise do historiador que está nas efemérides ao golpe de 1964 a motivação para o aumento do interesse desse tipo de pesquisa e para a variedade de temas estudados. Entretanto, defendemos que para além das motivações em torno das efemérides, as pesquisas com temas relacionados a esse período estariam relacionadas ao processo de expansão dos PPGs para diversas regiões do país.

Assim, a compreensão do processo de desenvolvimento da pós-graduação em História, dos investimentos, maior oferta de docentes especializados nas diversas linhas e períodos da História, bem como o modelo de alguns programas de formação recente, sem tradições específicas de pesquisa, têm feito com que os pesquisadores permaneçam em suas regiões, produzindo e levantando questões relevantes à história nacional, mas sem perder de vista os interesses e questões de ordem local e regional. Todos estes elementos nos levam à percepção de um processo de mudança historiográfica, não necessariamente em direção ao método de pesquisa e escrita, mas no modo de pensar as possibilidades de elaboração da mesma. De tal modo, acreditamos ser necessário retomar a historiografia brasileira, sobretudo no que diz respeito a questões relacionadas ao tempo presente, para compreendermos o processo de escrita da história nas duas últimas décadas.

1.3 A historiografia brasileira pós-1964: visões sobre a ditadura brasileira

A produção sobre o regime militar e seus desdobramentos é vigorosa no Brasil, apesar do crescimento das pesquisas com essa temática terem ganhado amplitude a partir da década de 1990. De tal modo, cabe ressaltar que o período ditatorial, cujo marco 1964-1985 ficou caracterizado pela literatura tradicional, será utilizado neste trabalho como opção didática. A caracterização cronológica da ditadura é uma discussão que ganhou força nos últimos anos e se destacou ainda mais no cinquentenário do golpe. Além dos debates com historiadores consagrados em eventos sobre a efeméride, pesquisadores da pós-graduação em alguns simpósios temáticos, assim como publicações de diferentes ordens, as polêmicas obras de

⁵⁸ FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: RBH, v. 24, n.47, 2004, p. 41. A visão mais completa está na obra do mesmo autor: _____. *Além do golpe: Versões e controvérsias do golpe e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

Daniel Aarão Reis Filho e Marco Antônio Villa lançadas em 2014 são exemplos da repercussão dessa proposta de revisão cronológica.

Apesar de apresentarem outras diferentes e questionáveis propostas de entendimento da ditadura, tal debate não será desenvolvido neste trabalho, porque esse aspecto não é oportuno devido a sua complexidade que está mais no entendimento dos embates de memória do que no parâmetro conceitual propriamente dito. Além disso, a discussão em torno da reformulação cronológica abarca, entre outras coisas, questões relativas ao ensino de história e ao entendimento conceitual da ditadura brasileira. Por isso, seria necessário um estudo acurado, levando em consideração as propostas conceituais de interpretação do golpe como militar, civil-militar e empresarial-militar, se é que elas podem ser tomadas enquanto categorias conceituais. Ou seja, questões que estão no centro de uma polêmica e que merecem ser cuidadosamente analisadas em outra oportunidade.

Embora a análise da produção historiográfica acadêmica sobre a história do Brasil pós-1964 seja o objeto central desta dissertação, cabe retomar a historiografia nas décadas de 1970 e 1980. As obras de José Roberto Amaral Lapa escritas na década de 1970 são fundamentais para nossa discussão, na medida em que estabelecem o processo de constituição dos programas de pós-graduação em História no Brasil.⁵⁹ Atento ao processo de desenvolvimento do ensino superior em História, suas obras contribuem para a demarcação da ditadura como evento, cujas restrições modificaram as relações no interior das instituições e definiram práticas ideológicas. A partir desta configuração, a historiografia tem reconhecido o evento golpista de 1964 enquanto marco para os estudos da história do tempo presente sobre o país.

Para Lapa, a historiografia é a análise crítica do conhecimento histórico e do seu processo de produção, sendo, portanto, um conhecimento científico baseado em métodos, técnicas e leis da ciência histórica em que se configuram a prática social do historiador. Assim, o distanciamento do fato como defesa para a escrita da história por alguns historiadores fez com que “a história do movimento de 64 fosse escrita, sobretudo, pelos sociólogos e cientistas políticos”.⁶⁰ A censura aos textos políticos, livros e a interdição de professores também contribuiu para a estagnação de alguns temas políticos e sociais devido à

⁵⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 1981. Ver também: _____. *História e Historiografia no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁶⁰ LAPA, José R. do A., 1985, p. 16.

dificuldade de tratamento e acesso às fontes. Contudo, algumas obras continuaram a ser editadas ou circulavam clandestinamente.

O formato dos cursos de pós-graduação em História delineado ainda na década de 1960 levou em conta referenciais temáticos, metodológicos e teóricos estrangeiros, sobretudo o modelo francês de ensino e pesquisa. Para Francisco Falcon, durante décadas a historiografia brasileira foi metódica e o historiador permeado pelo “empirismo positivista”. Em meados da década de 1960 e principalmente na década de 1970 – embora a pesquisa ainda fosse um campo restrito – a influência da Escola dos *Annales* e da teoria marxista ajudou a aflorar os embates entre inovação e tradição, no que diz respeito à teorização e empirismo.⁶¹ Além disso, a presença de pesquisadores norte-americanos, chamados *brazilianistas*, gerou diversos conflitos na comunidade acadêmica nacional, já que não era tradição a pesquisa sobre o período mais recente da história do Brasil.

O predomínio da perspectiva teórica marxista, a busca de opções temáticas e metodológicas francesas e a forte presença de norte-americanos buscando compreender a contemporaneidade brasileira – características do momento de implantação dos cursos de pós-graduação – talvez tenham sido inspiradores da busca de maior rigor teórico, de renovação metodológica e melhor tratamento do material empírico que se verificou desde então.⁶²

Ainda neste contexto de mudança na prática da escrita da história, a criação da ANPUH, em 1961, foi um marco para o desenvolvimento da pós-graduação de História no Brasil, pois passou a funcionar como espaço para os pesquisadores apresentarem e debaterem resultados de suas pesquisas.⁶³ Na década de 1980, quando a pós-graduação já havia se institucionalizado e programas reconhecidos, o intercâmbio entre novas ideias e métodos de escrita da história, além do aumento do interesse da comunidade acadêmica pela política, diversificou a produção. A transição política fez aflorar o interesse pela história contemporânea e, nesse sentido, alguns professores tiveram papel fundamental na reformulação do currículo e no tratamento empírico.

⁶¹ Ver FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. In: *Ciência & história*. SOARES, L. C.(Org). Niterói: Arrabalde/UFF, 1996, p. 9

⁶² POLITO, Ronald; FICO, Carlos. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos. - Tentativa de avaliação crítica. In: *A Velha História: Teoria, método e historiografia*. MALERBA, Jurandir (Org.) Campinas: Papirus, 1996, pp. 189-208.

⁶³ Tal crescimento pode ser evidenciado nos dados apresentados por Lapa com base no Mensário do Arquivo Nacional, onde entre 1970-1979 levantou-se 4.579 pesquisas sobre temas históricos. Para mais informações ver Lapa, 1985, p. 61-62.

Atentos à escola francesa, os historiadores brasileiros perceberam que a principal crítica dos *Annales* estava na história política de bases tradicionais e nas abordagens de curta duração baseadas em eventos e atores específicos. Na medida em que as relações de poder são enfocadas e que novos questionamentos são proferidos, a história política se renova— e a antropologia e a interdisciplinaridade são fundamentais nesse processo. Nessa fase de modificação dos modelos explicativos e de negação da história tradicional, a política passa a ser repensada e incorpora contribuições de importantes autores que pensavam história sob ótica diferente.

Os debates geraram um novo olhar para a política, cuja escrita negava a análise de objetos enquanto categoria isolada, estabelecendo relação direta com a sociedade. Segundo René Remond, as gerações mais novas foram levadas a se posicionar de modo crítico e contrárias em relação à anterior que teria superestimado o político. Os modelos históricos puramente estruturais e de ordem positivista não deram conta de responder aos anseios e questionamentos pós-modernos entre 1950-1970, o que levou à revisão de muitas convicções e princípios.⁶⁴ Além disso, sua posição sobre “o político” é fundamental para pensarmos as bases teóricas e metodológicas que vêm sendo utilizadas pela geração mais recente de historiadores brasileiros.

Remond observa uma questão fundamental para a compreensão da Nova História Política, ou seja, a política não deve ser compreendida enquanto categoria isolada, mas em relação direta com a sociedade e seus alicerces. Jacques Julliard não acredita na existência de uma grande história, mas de histórias múltiplas, em que o global é pensado como espaço de diversas unidades. Assim, defendia que na contemporaneidade a política deveria assumir um papel mais amplo, sendo o resultado de todas as políticas setoriais. E essa renovação só seria possível através dos questionamentos feitos às suas bases anteriores, e, sobretudo, pelo intercâmbio com outros campos disciplinares.⁶⁵

Já para Jacques Le Goff, o “retorno” da história política estaria em grande parte na tomada de consciência não só pelos historiadores, mas também por especialistas das Ciências

⁶⁴ REMOND, René. *Por que a História Política?* Conferência - CPDOC. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 7-19.

⁶⁵ JULLIARD, Jacques. A política. In: *História: Novas Abordagens*. LE GOFF, J & Nora, P. (Orgs). 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 186.

Sociais, observadores do presente e da política como domínio irredutível.⁶⁶ De acordo com Maria de Fátima Gouvêa, a novidade da Nova História, movimento que tomou corpo na década de 1970, encontra-se em relação às fontes e ao padrão da narrativa, abordagens de longa duração centradas nas massas ou na ação de indivíduos comuns de grande repercussão local integrada ao contexto nacional. Além disso, as preocupações e críticas à política pela escola francesa dos *Annales* contribuíram para uma história voltada para formações políticas e ideológicas, na qual o estudo da cultura política ocupou lugar importante na reflexão dos fenômenos políticos.⁶⁷

Ao se debruçarem sobre a historiografia dos anos 1980, os historiadores Ronald Polito e Carlos Fico realizaram um trabalho grandioso e atento às pesquisas em História no Brasil, percebendo o alcance desses projetos através da circulação em eventos, periódicos e publicações editoriais. Outro aspecto levantado por Fico e Polito está relacionado à avaliação da historiografia brasileira feita por José Roberto Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota e Francisco Iglésias para as décadas de 1970 e meados de 1980 como negativas, tendo em vista a sensação de fragilidade da produção daquela época.⁶⁸

Contudo, é necessário frisar que a consolidação da pós-graduação em história no que se refere à pesquisa e desenvolvimento científico ocorre entre as décadas de 1980 e 1990. De acordo com os autores, naquele momento, houve crescimento das pesquisas devido ao amadurecimento acadêmico e à estabilidade da pós-graduação, que produziu “(...) entre 1973 e 1979, o total de 275 dissertações de mestrado. Entre 1980 e 1989 este número elevou-se para 665. E entre 1990 e 1993 foram defendidas cerca de 350 dissertações”, demonstrando claramente a elevação em número de pesquisas.⁶⁹

Através desse estudo, Fico e Polito avaliam que entre os artigos levantados para a pesquisa sobre a escrita da história no Brasil entre 1980-1989, poucos representavam resultados originais ou não conseguiam superar o problema do predomínio de certas regiões muito analisadas em detrimento de outras. Além disso, sinalizam que um dos problemas na

⁶⁶ LE GOFF, Jacques. *Los retornos em la historiografia da França atual*. PROHISTORIA: [s/l]. Ano I, n. 1, 1997, p.35-44

⁶⁷ GOUVEA, Maria de Fátima S. História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional* v.3, n.1, p. 25-26, verão de 1998.

⁶⁸ Op. cit, 1996, p. 193

⁶⁹ Idem, p. 194. Ver ainda POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP, 1992.

pesquisa histórica acadêmica naquele momento era a falta de continuidade, porque os historiadores mestres muitas vezes não seguiam para o doutorado ou abandonavam a pesquisa anterior. Outro traço das dissertações avaliadas era que poucas anunciavam elemento novo ou estudavam casos estrangeiros, tornando o debate muito restrito a nossa realidade sem uma observação mais contundente dos desdobramentos das ditaduras em larga escala.

Nos anos 2000, a ampliação de recursos para a pós-graduação e a criação de novos programas, bem como o amadurecimento intelectual e profissional dos pesquisadores levou à criação de novos grupos e laboratórios de pesquisas, que também contribuíram para a ampliação dos canais de divulgação em eventos e meios eletrônicos. No que diz respeito às pesquisas sobre Brasil pós-1964, Lucília de Almeida Neves escreveu, em 2009, um artigo para o dossiê organizado pela Revista Tempo (PPGH UFF).⁷⁰ E em conferência realizada em 2011 na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), a autora falou sobre a difícil tarefa da elaboração deste artigo, apesar da grande repercussão que ele atingiu. Nele, a autora selecionou uma série de historiadores, cientistas políticos e sociólogos que considerou fundamentais para quem deseja estudar o golpe de 1964 e a ditadura (1964-1985). Segundo a interpretação de Neves, a historiografia de Brasil pós-1964 seria composta por várias linhas interpretativas, tornando difícil enquadrar o evento numa visão unificada. A partir dessa ideia, pensamos que o enquadramento em linhas de caráter específico para as análises de importantes pesquisadores sobre o golpe e a ditadura militar seja positivo somente se utilizado de modo didático no sentido de compor uma relação de obras consideradas clássicas para o estudo.

Ao analisar as produções consagradas pela historiografia, Lucília Neves estabelece categorias de organização para os autores em correntes interpretativas ao golpe. Apesar dos problemas e perigos desse tipo de categorização, o caráter informativo sobre as pesquisas históricas acerca de João Goulart e a historiografia clássica disponível para o estudo do regime é cumprido e se organiza em cinco grupos: estruturalistas, ênfase no caráter preventivo do golpe, visão conspiratória do golpe, visão conjuntural do golpe e novo ciclo produtivo.⁷¹

⁷⁰ NEVES, Lucília A. *O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Niterói: Revista Tempo. N.28, 2009. P. 125-145

⁷¹ *Estruturalistas*: os maiores representantes desta linha são Octavio Ianni, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira; *Ênfase no caráter preventivo*: os maiores representantes desta linha são Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo, Lucília Almeida Neves, Jacob Gorender; *Visão conspiratória*: os maiores representantes desta linha são Moniz Bandeira, René Dreiffus, Heloisa Starling e

Além da categorização, Neves defende a possibilidade de ampliação das pesquisas entre 2006 e 2011 como consequência de eventos em torno dos 40 anos do golpe e aumento das discussões nacionais sobre o assunto. Desse modo, compreendemos que, para a análise historiográfica, não se trata apenas de evidenciar um crescimento quantitativo dos trabalhos e sim sua variedade temática e qualidade dos programas.

Na publicação de Carlos Fico de 2004, ano em que vários eventos sobre os 40 anos do golpe de 1964 ocorreram no país, o autor afirmou que a partir daquela década, esperava-se grande número de trabalhos sobre o golpe, cujo olhar certamente estaria sob os embates de memória entre as principais correntes inseridas no processo.⁷² Para a análise de viés historiográfico centrada na UFRJ, constatou-se predomínio por temáticas ligadas a arte e cultura, imprensa, movimentos sociais e aparatos repressores. Dessa forma, as temáticas listadas estariam relacionadas a um processo de mudança na historiografia, cuja produção factual tem quebrado mitos e estereótipos relativos à ditadura, o que pode indicar certo despreendimento político dos autores face aquele passado. De acordo com o autor, a pós-graduação brasileira é composta por uma nova geração de historiadores engajada na desmistificação de certos discursos e na construção crítica daquele tempo que deve dialogar com as visões anteriores.⁷³

Com relação às pesquisas relacionadas ao Brasil pós-1964, cabe-nos ressaltar que, desde os anos 1980, com trabalhos como o de José Roberto Amaral Lapa, como o de Carlos Fico e Ronald Polito na década de 1990, evidenciava-se que a historiografia começava a se abrir cada vez mais a temas relacionados ao político e ao tempo presente.⁷⁴ Atualmente, a adesão dos pesquisadores à história do tempo presente já não é novidade. Pelos dados gerais obtidos no levantamento de toda produção acadêmica sobre o golpe e a ditadura, percebemos que nos últimos vinte anos é grande o número de trabalhos que analisam o processo pela via cultural, econômica e política. Os temas mais comuns são movimentos sociais urbanos, arte e

Otávio Dulci; *Visão conjuntural*: os maiores representantes desta linha são: Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis Filho; *Novo ciclo produtivo*: Os maiores representantes desta linha são Carlos Fico, Rodrigo Pato Sá Motta e Marcelo Ridenti. É necessário frisar que os autores mencionados aqui foram citados dentro de cada categoria no artigo NEVES, L. Op. cit.

⁷² FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: RBH, V. 24, N.47, 2004. p. 29-60. Além deste trabalho, ver também POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989)*: Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP. 1992.

⁷³ FICO, Op. cit. P. 41.

⁷⁴ POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989)*: Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP. 1992

cultura, relacionados à música, cinema e teatro, economia, assuntos relativos à esquerda, imprensa e censura, crônicas dos diversos governos, movimento estudantil e estudo do golpe. Além disso, percebemos que os depoimentos orais e os meios de comunicação são fontes muito utilizadas, sobretudo, pelos pesquisadores de instituições de interior, para estudos de caso e temas relacionados a expressões artísticas como resistência à ditadura.

Observamos que os trabalhos apresentados em simpósios temáticos de eventos nacionais e regionais ocorridos no Rio de Janeiro na ocasião do cinquentenário do golpe de 1964 apresentavam grande diversidade de temática. Dentre eles, se destacaram comunicações de historiadores oriundos de instituições do interior do país que, ao desenvolver estudos de caso sobre o cotidiano social, mundos do trabalho e outros temas relacionados ao contexto regional ou local, têm oferecido elementos até então desconhecidos e interessantes para a historiografia. Enquanto isso, os estudos sobre militares no referido período ficam restritos a poucas mesas ou eventos específicos sobre o assunto.

Independentemente da localização geográfica dos programas notamos que, ao haver núcleos ou grupos de pesquisa sobre militares, ditadura, história do Brasil Republicano ou história do tempo presente, maior é a ocorrência de teses e dissertações de temáticas variadas. Em Minas Gerais, por exemplo, local de grande concentração de instituições de ensino superior, verificou-se volume maior de pesquisas sobre o período ditatorial apenas na tradicional UFMG embora outras se destaquem no estado, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que reúne produção considerável sobre o cenário cultural e artístico brasileiro durante o regime militar. Enquanto na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde o Laboratório de História Política e Social (LAHPS) auxilia o desenvolvimento de pesquisas sobre os diversos períodos republicanos, também verificamos trabalhos diversificados sobre o período ditatorial. Ao passo que nas Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de São João Del Rei havia pouquíssimas pesquisas sobre o processo ditatorial no período levantado, uma vez que temas relacionados ao período colonial, imperial, teoria e historiografia são mais comuns.

Imaginávamos que houvesse poucas pesquisas relacionadas à composição social no período ditatorial, mas nos surpreendemos positivamente ao notar que muitos estudos nessa linha estão sendo empreendidos. Análises de longo prazo do golpe, compreendendo as relações políticas estabelecidas em outros momentos na República, poderiam nos ajudar a entender o porquê da solução autoritária empreendida através do discurso de restauração da

ordem ter sido, tantas vezes, consentido socialmente na história do Brasil.⁷⁵ Durante muito tempo se pesquisou as diferentes formas de ação do estado ditatorial, desde características variadas da administração estatal no que diz respeito à economia e política, até as diferentes formas de resistência ao complexo sistema repressivo da ditadura. Nesse ponto, além da relevância histórica desses trabalhos, havia ainda a clareza da contribuição social que ensejavam pelo tom de denúncia que muitos assumiam. Segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, para compreender o golpe e a ditadura mais longa que o país já vivenciou é necessário o aprofundamento do estudo da sociedade brasileira para avaliar o contexto político e social do país em cada uma das intervenções autoritárias e tentativas frustradas de golpe.

Em artigo polêmico e de grande repercussão acadêmica, publicado ainda no calor das discussões acerca dos 40 anos do golpe de 1964, Demian Bezerra de Melo criticou a ideia do “consentimento social”. O historiador considera essa análise irresponsável na medida em que coloca golpistas e sociedade no mesmo patamar. Para Melo, autores como Jorge Ferreira estariam omitindo o fato de que as esquerdas tinham um amplo projeto de reformas que não passava somente pela reforma agrária. Melo afirma que compartilha as ideias de Caio Navarro de Toledo acerca dos “revisonistas”, que não consideram que a esquerda possuía projetos reformistas mais amplos do que a reforma agrária e que tal projeto visava um estado democrático de viés reformista e não golpista.⁷⁶

Nesses embates de memória o historiador Carlos Fico acredita que as questões sensíveis ou “temas tabu” se apresentam enquanto desafio para a historiografia, a qual deve romper com antigos paradigmas e se abrir a objetos até então inexplorados ou pouco pesquisados.⁷⁷ Para ele, houve um processo de romantização da militância de esquerda que silenciou a memória de muitos que não suportaram a violência da repressão, entregando

⁷⁵ No livro recente de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, os autores desenvolvem essa ideia da existência de certo tipo de consentimento social em relação a intervenção militar em momentos de crise. VER: FERREIRA, Jorge & GOMES, Ângela de C. *1964: O golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu uma ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁷⁶ MELO, Demian B de. A miséria da historiografia. *Outubro*, n.14, 2006. Pp. 111-130. O autor foi o responsável pela organização de livro com mesmo título, onde diversos autores criticam os que consideram revisionistas. Estes seriam irresponsáveis ao minimizar determinadas posturas do estado ditatorial colocando sociedade e regime na mesma gaveta, não diferenciando quais parcelas da sociedade participaram do golpe e se beneficiaram da ditadura. VER: MELO, Demian Bezerra de (Org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁷⁷ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 143pp

companheiros e ações dos grupos a que pertenciam. Desse modo, existiria um imenso vazio na historiografia sobre a vida dessas pessoas, bem como sobre diversos grupos perseguidos pelo regime como os LGBTs, a relação do Estado com a parcela social marginal da cidade e do campo, o funcionalismo público, que teve muitos trabalhadores expurgados ou transferidos de suas funções por razões não muito claras, por manter relações diretas com grupos de esquerda ou pessoas consideradas subversivas.

Assim, nos debates de 2004, ano da efeméride aos 40 anos do golpe, muitos autores consideravam ser fundamental a abertura da historiografia a novos temas e possibilidades de análise a partir daquilo que já foi produzido. Era necessário observar os meandros de memórias que foram constantemente reafirmadas e que se tornaram parte do senso comum, o que de fato é um exercício interessante para a compreensão do pensamento social. No entanto, esse caminho se deu de forma natural, embora poucos discutam as questões sensíveis sinalizadas por Carlos Fico. Nesse sentido, o maior destaque do cinquentenário do golpe (2014) foram os trabalhos produzidos em instituições de interior, na medida em que trouxeram elementos até então desconhecidos e diversificados.⁷⁸

⁷⁸ No segundo capítulo destaco os eventos sobre os cinquenta anos do golpe de 1964.

CAPÍTULO 2

ESCREVENDO O BRASIL: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACADÊMICA

2.1 As efemérides do golpe de 1964: A pesquisa acadêmica nas últimas décadas (1994-2014)

A reflexão sobre a História enquanto disciplina e campo de pesquisa ocorreu de forma mais sistemática na década de 1970, tanto em função da reforma universitária em curso, quanto pelo crescente interesse por temas históricos no meio público dado o momento político nacional. De acordo com Carlos Fico e Ronald Polito, a reflexão historiográfica era muito importante devido ao caráter incipiente dos cursos de pós-graduação, a exemplo dos balanços de Francisco Iglésias (1971), Carlos Guilherme Mota (1977) e José Roberto Amaral Lapa (1976).⁷⁹ O trabalho de fôlego de Polito e Fico reuniu dados sobre a produção, circulação e consumo de pesquisas sobre História do Brasil nos anos oitenta. Embora tivessem a intenção de sistematizar os temas que os historiadores vinham escrevendo, os balanços de produção com o tabelamento puro e simples não pretendiam ser expressão do que se compreendia por historiografia. Ao empreender tais análises, buscavam divulgar, debater mecanismos metodológicos e possibilidades de ampliação dos estudos históricos. De tal modo, nosso trabalho segue nesta mesma direção, pois mais do que a produção do conhecimento histórico, a historiografia também se relaciona com a disseminação social dos trabalhos.

Outro trabalho não mencionado por Fico e Polito na obra, mas que certamente foi de grande relevância é o levantamento realizado pelo Setor de Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em fins dos anos setenta. De acordo com Raquel Glezer e Kátia M. Abud, o trabalho orientado pelo prof. Dr. Frédéric Mauro consistiu na reunião de pesquisas sobre História do Brasil desde 1935, através do mensário do Arquivo Nacional - documento também utilizado por Amaral Lapa em suas obras sobre historiografia – relatórios da FAPESP e CNPq, revistas especializadas, além de cartas a universidades e pesquisadores solicitando informações. O processo complexo e difícil de reunião de dados não teve o resultado esperado, já que muitas instituições não enviaram

⁷⁹ POLITO & FICO, Op. cit, p. 16-17.

resposta. As autoras divulgaram resultados preliminares na XXIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso Científico (SBPC) realizada na ANPUH Londrina-PR em 1971, cujo tema à discussão foi a “A Pesquisa Histórica no Brasil”.⁸⁰

Entre os dados divulgados está o de que pouco mais de 60% dos pesquisadores atuantes no país eram estrangeiros, especialmente norte-americanos e ingleses. Os trabalhos de História do Brasil seguiam na direção da História política e social no período republicano. Outra constatação foi que 12% das pesquisas eram genealogias particulares, realizadas por pessoas sem formação científica e sem qualquer critério científico. A ampliação dos núcleos de pesquisa foi anunciada como mudança positiva, a saber: Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, o Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais, o grupo de pesquisas da Faculdade de Filosofia da Federal do Paraná, que demandavam por algum órgão centralizador articulador destes centros.⁸¹

Neste mesmo evento (1971), Francisco Iglésias apresentou observações sobre o ensino superior e, diferente da reunião e sistematização de dados, o historiador apontou alguns problemas ao considerar que a História enquanto disciplina ainda era, em maioria, permeada pelo amadorismo, que se verificava nos números apresentados por Glezer e Abud. Sem a intenção de traçar métodos específicos e amparo teórico, o historiador defendeu que a história só abandonaria o amadorismo quando a pesquisa “estiver integrada no plano de alguma Escola, Universidade, Instituto, não só pelos recursos financeiros - a massa de material a ser tratado e as formas eficientes de processamento os requerem -, como pelo labor interdisciplinar”.⁸² Outra importante contribuição na fala do historiador está na sugestão pela divulgação mais eficiente das pesquisas, através da criação de um banco de dados de História do Brasil, indicando como meta a organização dos arquivos. Desse modo, Iglésias fazia um chamado aos colegas para o trabalho de tratamento da História enquanto disciplina, com métodos e procedimentos específicos para o que chamava de “profissionalização” do historiador.

⁸⁰ Sobre o evento de apresentação do texto de ABUD & GLEZER, segue a nota do periódico “Comunicação apresentada à Mesa-Redonda, promovida pelo Núcleo Regional do Paraná da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), sobre a "Pesquisa Histórica no Brasil", por ocasião da XXIII reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Curitiba, no dia 5 de julho de 1971 (*Nota da Redação*)”.

⁸¹ GLEZER, Raquel; ABUD, Kátia M. Pesquisa de História do Brasil (trabalhos em realização). *Revista de História: São Paulo*, v. 43 [n.88], 1971, pp. 369-371.

⁸² IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História: São Paulo*, v. 43 [n.88], 1971, out-dez., p. 408

No próximo século, possivelmente, o homem vai olhar para os anos anteriores à cibernética, às viagens espaciais, como algo tão distante que terá a impressão de que a História começa na segunda metade do século XX. Antes foi apenas o preparo: o que se fez, pelo pequeno vulto, perde a expressão, o que não significa deva ser relegado. E é o historiador que tem de mostrar o que foi essa trajetória, mais profundamente apreendida pela visão que tem quando domina as formas de análise que lhe são dadas hoje, enriquecedoras também da imagem de períodos distantes. Organizando bem o conhecimento do século XIX e sobretudo do atual, sem esquecer as suas bases, estaremos preparando o trabalho dos futuros estudiosos e tentando destruir o conceito vulgar que se tem do historiador. Ele é homem preocupado com as mudanças do homem no tempo, não alienado que se afoga na contemplação saudosista do passado: para realizar com êxito a tarefa que lhe cabe no estudo da realidade social, deve ter o domínio de quanto se faz em busca de aprimoramento metodológico.⁸³

Pensando a historiografia brasileira contemporânea Estevão Chaves de Rezende Martins a classifica em duas composições. O primeiro grupo representa abordagem mais genérica e estaria interessado na análise de questões particulares da história escrita no Brasil, enquanto o segundo seria representado em maioria, por “brasilianistas”, ou seja, aqueles que tinham o Brasil por objeto de estudo. O crescimento exponencial de especialistas brasileiros foi possível com a expansão gradativa dos programas de pós. E isso decorre do processo de profissionalização da História, através do procedimento teórico e metodológico, da institucionalização dos cursos de formação e programas de pós-graduação.⁸⁴

Ao reunir dados de pesquisa sobre História do Brasil pós-1964, buscamos responder as seguintes questões: a) As pesquisas de Brasil pós-1964 são em maioria relativas à História Política e ao processo ditatorial iniciado em 1964? b) Em que momento a ditadura passou a ser um tema explorado pela historiografia? c) Em que medida as efemérides do golpe de 1964 contribuem para a ampliação das pesquisas sobre o golpe e o processo ditatorial? Assim como afirmamos no capítulos anterior, não temos a pretensão de abarcar todo tipo de produção histórica mencionada nos dados do coleta Capes, ou seja, os demais títulos sobre os diversos períodos da história.

Durante o árduo processo de coleta dos dados surgiram outros questionamentos. Existe uma variedade de perguntas que poderiam ser feitas a partir dessas três questões, mas, como já afirmamos, buscamos compreender se os temas sobre ditadura são trabalhados em todas as regiões e de que forma os programas de interior o fazem e pra quem fazem. Assim, não temos

⁸³ IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*: São Paulo, v. 43 [n.88], 1971, out-dez. p. 414.

⁸⁴ MARTINS, Estevão Chaves de R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, p. 197-219, 2011. Pp. 208

a pretensão de responder a todas elas, mas oferecer, através dos elementos apontados, caminhos que possibilitem o debate.

Os resultados deste trabalho são a ampliação da proposta original que buscava avaliar as produções de alguns núcleos de pesquisa, inseridos em programas de pós-graduação de instituições do interior. Quando o levantamento foi iniciado ainda na graduação, eram onze instituições selecionadas, sob o critério de que, em programas com a existência de centros ou núcleos de pesquisa sobre História contemporânea do Brasil, História do Brasil Republicano, História política, haveria constante produção de trabalhos da temática perseguida. Percebemos de imediato que o fator imperativo para o processo reflexivo de temáticas sobre ditadura estava na orientação aos discentes, ou seja, na composição do quadro docente. Assim, não fazia diferença se o PPG era de interior ou não, de formação recente ou não, porque eram as tradições de pesquisa que poderiam limitar o desenvolvimento de teses sobre o período mais recente da história brasileira.⁸⁵ A exposição dos resultados obtidos durante o levantamento não tem utilidade apenas para os pesquisadores da área, mas em sentido amplo, os números gerais fornecem um panorama da área de História no Brasil e ressaltam seu papel de destaque na grande área Ciências Humanas.

Ao indicarmos fatores negativos ao desenvolvimento de pesquisas de períodos mais recentes na história do Brasil, imaginávamos que tal característica pudesse pertencer às instituições com tradição pesquisa sobre outros períodos. Contudo, apenas nove programas não apresentaram teses e dissertações sobre a temática, sendo quase todos estes fundados entre 2011 e 2012, por isso não haveria tempo hábil para as defesas no triênio que utilizamos para o levantamento (2010-2012). Nos chama a atenção a Universidade Federal da Grande Dourados - MS, que teve seu programa de mestrado em História criado em 1999 e o doutorado em 2011. Ainda que as linhas de pesquisa tenham relação com movimentos sociais, não existem defesas com temáticas dentro do contexto 1964-1985.

Em linhas gerais, as 921 teses e dissertações resultam de 54 programas de pós-graduação de todas as regiões do país, como se vê na tabela 2.1 de produção bibliográfica.⁸⁶

⁸⁵ Entendemos que os programas de formação recente/de interior são aqueles com menos de dez anos fundação e reconhecidos pela Capes.

⁸⁶ Os valores referente à coluna “Teses e Dissertações Brasil Pós-64 (1994-2012) representados na tabela são a reunião de dados dos Catálogos de Produção Acadêmica organizados por Maria Helena Rollim Capelato, Banco de Teses e Dissertações Capes e das próprias instituições, Plataforma Sucupira.

Tabela 2.1

	Sigla Instituição	Nome	Ano		Teses			Teses e Dissertações – Brasil Pós-64		
			M	D	Dissertações 2010-2012 [1]			Ano 1994-2012 [2]		
					Te	Di	D / T	Te	Di	Total
1	FGV/RJ	História, Política E Bens	2007	2007	13	19	1,46	0	6	6
2	FGV/RJ	História, Política E Bens	2003		0	41		-	3	3
3	FIOCRUZ	História Das Ciências	2001	2001	28	38	1,36	0	2	2
4	FUFPI	História	2004		0	47		-	8	8
5	FUFSE	História	2012		0	0		-	0	0
6	FURG	História	2012		0	0		-	0	0
7	PUC-GO	História	2007		0	47		-	6	6
8	PUC-RJ	História Social da Cultura	1987	1998	26	50	1,92	1	6	7
9	PUC/RS	História	1973	1987	36	69	1,92	8	21	29
10	PUC/SP	História	1972	1990	53	99	1,87	12	43	55
11	UDESC	História	2007	-1	0	42		-	9	9
12	UECE	História E Culturas	2006		0	31		-	4	4
13	UEFS	História	2007		0	32		-	5	5
14	UEL	História Social	2007		0	45		-	5	5
15	UEM	História	2004		0	50		-	16	16
16	UEPG	História	2012		0	0		-	0	0
17	UERJ	História	1995	2003	22	55	2,50	2	15	17
18	UERJ	História Social	2006		0	47		-	4	4
19	UFAL	História	2012		0	0		-	0	0
20	UFAM	História	2006		0	34		-	4	4
21	UFBA	História	1990	2002	15	56	3,73	4	23	27
22	UFC	História	2000	2010	0	43		0	13	13
23	UFCG	História	2007		0	69		-	0	0
24	UFES	História	2003	2011	0	41		0	18	18
25	UFF	História	1971	1985	113	14	1,28	37	45	82
26	UFG	História	1972	2003	27	75	2,78	2	32	34
27	UFGD	História	1999	2011	0	52		0	0	0
28	UFJF	História	2004	2011	0	52		0	11	11
29	UFMA	História	2011		0	1		-	0	0
30	UFMG	História	1990	2000	22	49	2,23	4	18	22
31	UFMT	História	1998	2011	0	50		-	16	16
32	UFOP	História	2007	2013	0	47		0	4	4
33	UFPA	História	2004	2011	0	35		0	11	11
34	UFPB/J.P.	História	2005		0	47		-	5	5
35	UFPE	História	1974	1991	21	55	2,62	8	41	49
36	UFPEL	História	2010		0	10		-	2	23
37	UFPR	História	1972	1982	23	69	3,00	10	21	31
38	UFRGS	História	1986	1995	35	62	1,77	10	25	35
39	UFRJ	História Comparada	2002	2009	7	63	9,00	0	7	7
40	UFRJ	História Social	1982	1992	38	61	1,61	13	31	44
41	UFRN	História	2005		0	39		-	3	3
42	UFRPE	História Social Da Cultura	2006		0	30		-	3	3
43	UFRRJ	História	2008	-1	0	28		-	2	2
44	UFSC	História	1975	1998	25	52	2,08	15	39	54
45	UFSJ	História	2008		0	31		-	3	3
46	UFSM	História	2011		0	5		-	2	2
47	UFU	História	1999	2006	24	54	2,25	1	26	27
48	UNB	História	1976	1994	23	47	2,04	3	22	25
49	UNEB	História Regional E Local	2007		0	50		-	2	2
50	UNESP/AS	História	1980	1989	21	50	2,38	8	15	23
51	UNESP/FR	História	1980	2001	22	55	2,50	1	17	18
52	UNICAMP	História	1976	1984	42	64	1,52	6	10	16
53	Unicentro	História	2012		0	0		-	0	0
54	UNIFESP	História	2012		0	0		-	0	0
55	Unimontes	História	2011		0	2		-	0	0
56	Unioeste	História, Poder E Práticas	2006		0	37		-	21	21
57	UNIRIO	História	2007		0	33		-	2	2
58	UNISINOS	História	1987	1999	15	33	2,20	1	10	11
59	UNIVERSO	História	2006		0	28		-	2	2
60	UPF	História	1999		0	54		-	20	20
61	USP	História Econômica	1971	1971	29	20	0,69	17	8	25
62	USP	História Social	1971	1971	99	16	1,71	31	25	56
63	USS	História	1994		0	19		-	15	15

Fonte: Capes/MEC, 2015. Produção bibliográfica segundo valores totais de teses e dissertações defendidas entre [1] 2010-2012 e de História do Brasil Pós-64 [2] 1994-2012. * Itens 2 (FGV) e 6 (FURG) são de mestrado profissional

Os dados da área de História demonstram que foi neste século que a pós-graduação de História se destacou em relação à grande área de Ciências Humanas. Somente na primeira década (2001-2010), vinte e oito (28) novos programas de mestrado foram criados e mais nove (9) de doutorado se estabeleceram em programas já existentes. Ao passo que, em 2013, pouco menos da metade dos programas de pós-graduação reconhecidos, ou seja, trinta e um (31) ofertavam vagas de mestrado e doutorado, de um total de 63 programas, o que é significativo se compararmos com os anos anteriores. Entre 1970-1999 havia vinte e cinco (25) programas de pós-graduação no Brasil, sendo ofertadas as modalidades mestrado e doutorado em 15 instituições, das quais quatro (4) eram privadas (PUC RJ; PUC SP; PUC RS; UNISINOS).⁸⁷

A tabela 1.5 anuncia número maior de instituições de ensino superior no interior do que em capitais, porém, a pós-graduação de História contava com cerca de 20 unidades no interior até 2013, sendo as demais localizadas em capitais. A título de exemplo temos o Rio de Janeiro como estado que concentra mais programas, doze (12) na capital e um (1) no interior (UFRRJ-Seropédica).⁸⁸

Tabela 2.2 – Evolução geral dos programas de pós-graduação por unidade federativa

Ano	Mestrado					Doutorado					Privadas		Totais parciais	
	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste e DF	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro Oeste e DF	M	D	M	D*
1970/ 1979	PUC-RS UFPR UFSC	PUC-SP UFF USP/Social USP/Econômica UNICAMP		UFPE	UNB UFG		USP/Social USP/Econômica				2	0	11	2
1980/ 1989	UFRGS	PUC-RJ UFRJ/Social UNESP/Assis UNESP/Franca				PUC-RS UFPR	UFF UNESP/Assis UNICAMP				1	2	5	6
1990/ 1999		UERJ/História UFMG UFU USS UPF		UFBA	UFGD UFMT	UFRGS UFSC UNISINOS	PUC-RJ PUC-SP UFRJ/ Social		UFPE UNB		2	2	8	7
2000/ 2009	UDESC UEL UEM UEPG UFMS UNIOESTE UNICENTRO	FGV acad FGV prof Fiocruz UERJ/Social UFES UFJF UFOP UFRJ/ Comparada	UFAM UFPA	UFC UFPI UECE UEFS UFCG UFPB UFRN UFRPE UNEB	PUC- GO		UERJ/História UFMG UFU UNESP/Franca FGV acad Fiocruz UFRJ/ Comparada		UFBA UFG		5	2	31	9

⁸⁷ Entre 1970-1999 contabilizamos 19 instituições públicas e 6 privadas, a saber: PUC-RJ, PUC-RS, PUC-SP, UPF, UNISINOS, USS.

⁸⁸ Ver a tabela 1.5 no cap. 1, p. 35.

			UFRRJ UFSJ UNIRIO UNIVERSO									
2010/ 2013	FURG UFPEL	prof	UNIFESP UNIMONTES	UFSE UFAL UFMA	UFES UFJF UFOP	UFPA	UFC	UFGD UFMT	0	0	7	7

Fonte: Dados CAPES/MEC. Baseado nos 63 PPGS reconhecidos pela Capes (Avaliação 2013). * Todos os novos cursos de doutorado também tem o mestrado reconhecido e atuante. **acad: acadêmico; prof: profissional

Até 1989, havia oito (8) cursos de doutorado em História, alguns não eram credenciados e somente UFF, USP-História Social, USP-História Econômica e UNICAMP receberam conceito A. Entre a década de 1970 e 1980 predominaram pesquisas de História do Brasil, cujo viés era da História Social e História Econômica, bem como a História Demográfica e da Cultura. Como mencionamos anteriormente, os trabalhos de História do Brasil produzidos entre os anos 1930 e fins dos anos 60, analisados pelo grupo de Kátia Abud e Raquel Glezer na USP em 1971 provinham na maioria de pesquisas de História política e social do período republicano. O quadro a seguir, reproduzido da obra de Amaral Lapa, nos dá uma boa dimensão do que era pesquisado na primeira década de atuação efetiva da pós-graduação.⁸⁹

Tabela 2.3- Distribuição de pesquisadores por especialidade

<i>Distribuição dos Pesquisadores por área de Especialização</i>		
<i>(Arquivo Nacional)</i>		
<i>Pesquisadores brasileiros 1970-1979</i>		
<i>Disciplinas</i>	<i>Pesquisas</i>	<i>Porcentagem</i>
História Política	883	19%
História Social	777	17%
História Econômica	767	16%
História Regional	542	12%
Biografia	466	10%
História Administrativa	378	8%
Genealogia	313	7%
Diversos	309	6%
Outros	244	5%
TOTAIS	4.579	100%

Fonte: *Mensário do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 11 (122), fev. 1980.*

De acordo com Polito e Fico, o enfoque regional era recorrente na década de 1980 e estava relacionado com o perfil dos programas, que tiveram suas linhas modificadas com os anos. Contudo, eles não perderam muito essa característica, embora muitas análises

⁸⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.2, n.4, 1983, p.156.

enquadrem especificidades regionais no contexto político e social brasileiro como todo, como no caso de alguns trabalhos levantados por nós. De fato, a USP foi modelo para as demais por ser o primeiro curso de mestrado e doutorado do país (1971), responsável pela especialização de muitos docentes. Enquanto a presença do grupo de “brasilianistas” na UFF (1971)⁹⁰ contribuiu para as transformações do programa, o aumento no quadro docente nos anos 1980 modificou as áreas de concentração e imprimiu um caráter mais “regional”, com pesquisas sobre o Rio de Janeiro.⁹¹

Apesar de não nos atermos às áreas de concentração das instituições que trabalhamos, acreditamos que tenha havido poucas mudanças nos últimos anos, embora as linhas de pesquisa possam se modificar mais facilmente. Para a Capes, a área de História tem a interdisciplinaridade como inerente às diversas áreas de concentração e linhas de pesquisa, seguindo a tendência do século XX, como a proximidade à Psicologia (História das Mentalidades), Sociologia (História Social), Economia (História Econômica), Antropologia (Microhistória, História do Cotidiano, História da Vida Privada), Ecologia (História do Meio Ambiente), entre outros. Por isso, a interdisciplinaridade é uma das regras ressaltadas e que pode contribuir para novas áreas do conhecimento segundo a agência.⁹²

As transformações no ensino superior acompanharam a modernização do país e as reformulações no processo tornaram o sistema uma organização complexa, pois “ao lado dos cursos tradicionais, destinados antes às elites, surgiram novas modalidades de ensino, com objetivos mais imediatos e com um acentuado caráter ainda experimental, que passam a incorporar novos contingentes populacionais”.⁹³ Dentro desse quadro de transformações gerais, devemos recordar que o número de matrículas na graduação em universidades privadas é superior que nas públicas desde as primeiras análises de especialistas.

Para Helena Sampaio, que analisa a educação superior desde os primórdios das escolas técnicas, o sistema público brasileiro enfrentava grandes dificuldades em atender a crescente demanda dos setores sociais em ascensão na década de 1990. As diferenças regionais

⁹⁰ Nos documentos Capes consta 1971 - data que iremos adotar - como ano de fundação do PPGH UFF, mas nos trabalhos de Amaral Lapa e Polito e Fico, há menção a sua criação em 1972.

⁹¹ POLITO & FICO, Op. cit, p. 34. Ver ainda nesta mesma obra, as listas de área de concentração que se modificaram em cada programa, desde a década de 1970 até fins da década de 1980.

⁹²FICO, C; WASSERMAN, C; MAGALHÃES, M. Documento de área, triênio 2010-2012. Brasília: CAPES/MEC. Brasil, 2013, p. 4-5.

⁹³ SAMPAIO, Helena. Op.cit, p. 19.

expressas pela concentração de instituições no estado de São Paulo até o final da década de 1980 foram explicadas pelo investimento privado e pela preponderância econômica do estado. De modo que, o sistema público não conseguia atender à demanda de setores sociais em ascensão, situação que se modifica nas décadas posteriores, embora a oferta de cursos de graduação no setor privado permanecesse maior que o público.

Se a pós-graduação também está relacionada à demanda, o número crescente de cursos de graduação em História gerou a necessidade de ampliar a oferta de programas. A historiadora Maria Cecília Westphalen da UFPR, que também fez uma comunicação sobre sua pesquisa no evento da SBCP em 1976, ressaltou que era necessário uma boa formação para que o aluno transpusesse a barreira da formação de professores para a educação básica.⁹⁴ Assim, a preocupação com a qualidade da formação acadêmica se manteve ativa e esteve no centro das discussões junto às agências de fomento, sobretudo junto às discussões sobre o processo avaliativo das agências de fomento.

Além da qualidade dos cursos de graduação, que garantiriam discentes mais preparados para desenvolver suas pesquisas na pós-graduação, outro problema a ser enfrentado pelo Estado era a superação das diferenças regionais. Conforme mencionamos no capítulo anterior, a questão regional é um dos pontos que nos motivaram a desenvolver este trabalho, já que estávamos interessados em dimensionar como a historiografia lida com temáticas do tempo presente em todas as regiões do país. Tanto Sampaio quanto Westphalen ressaltam que, embora a oferta de cursos fosse elevada, sua descentralização era necessária. Porém, sabemos que a superação das barreiras que garantiriam o acesso de mais alunos ao ensino superior e à pós-graduação é tarefa árdua e que requer planejamento para todas as áreas do ensino no país. Na tabela 2.4 é possível estabelecer-se uma comparação entre o número de pessoas que ingressam no ensino superior no estado de São Paulo e no restante do país na segunda metade da década de 1980.⁹⁵

⁹⁴ WESTPHALEN, M. C. *Pós-Graduação: Situação da pós-graduação*. XXVIII Reunião anual da Sociedade Brasileira de Ciência para o Progresso. Brasília, 1976.

⁹⁵ Tabela reproduzida. *Apud* SAMPAIO, Helena. p. 21

Tabela 2.4 – Diferenças geográficas no ensino superior brasileiro

	% no Estado de São Paulo	% em todos os outros Estados
Matrículas em Programas de Pós-Graduação	43.5	56.5
Instituições com nível de Doutorado	42.9	57.1
Matrículas em Instituições Privadas	42.5	57.5
Matrículas em Instituições Estaduais	38.2	61.8
Matrículas em áreas biológicas e Tecnológicas	33.2	68.6
% sobre o total de matrículas (1983)	31.4	68.6
Matrículas em universidades	19.9	80.1
Professores c/ tempo integral s/ Pós-graduação	17.5	82.5
Matrículas em Estabelecimento Federais	1.2	98.8

Fonte: SCHWARTZMAN, 1988; MEC/SEEC, 1985 – Distribuição geográfica no ensino superior brasileiro

E para os números gerais de matriculados e concluintes em 2014, trazemos a tabela 2.5.⁹⁶

Tabela 2.5

Dados Graduação Presencial e a Distância (2014). Número de Cursos, Matrículas, Concluintes, Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES

	Total Geral					Universidades					Faculdades				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Matrículas	7.828.013	5.309.414	1.466.635	1.029.767	22.197	4.167.059	2.772.242	942.996	430.084	21.737	2.235.197	1.653.275	286.743	294.980	199
Pública	1.961.002	1.192.196	604.623	142.289	21.894	1.678.706	1.087.662	538.141	31.467	21.436	123.240	40.305	19.956	62.780	199
Federal	1.180.068	764.979	334.688	63.118	17.283	1.046.467	722.054	291.053	16.534	16.826	1.639	1.216	225	.	198
Estadual	615.849	297.798	240.067	73.397	4.587	546.086	294.453	236.323	10.724	4.586	67.970	2.487	3.744	61.738	1
Municipal	165.085	129.419	29.868	5.774	24	86.153	71.155	10.765	4.209	24	53.631	36.602	15.987	1.042	.

⁹⁶ Os dados da sinopse INEP incluem além das universidades e faculdades, os demais centros universitários e institutos federais de educação, não foram inclusos na amostra que apresentamos, mas tem seus números na composição do índice geral de matriculados e concluintes.

Privada	5.867.011	4.117.218	862.012	887.478	303	2.488.353	1.684.580	404.855	398.617	301	2.111.957	1.612.970	266.787	232.200	.
Concluintes	1.027.092	603.904	217.059	206.129	-	538.149	322.048	129.246	86.855	-	303.609	187.553	58.116	57.940	-
Pública	241.765	140.876	83.520	17.369	-	209.414	129.593	74.384	5.437	-	17.088	5.946	4.106	7.036	-
Federal	128.084	83.480	37.759	6.845	-	116.167	80.771	33.167	2.229	-	254	226	28	.	-
Estadual	89.602	40.209	40.276	9.117	-	81.209	39.704	39.280	2.225	-	8.213	447	996	6.770	-
Municipal	24.079	17.187	5.485	1.407	-	12.038	9.118	1.937	983	-	8.621	5.273	3.082	266	.
Privada	785.327	463.028	133.539	188.760	-	328.735	192.455	54.862	81.418	-	286.521	181.607	54.010	50.904	.

Fonte: MEC/INEP

Notas: 1- IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica.

2 - Não aplicável: corresponde a Área Básica de Cursos na qual não está definido o grau acadêmico.

3- Ingressos Totais = Ingressos por Processos Seletivos - Seleção para Vagas Novas (Vestibular, Enem, Avaliação Seriada e Seleção Simplificada) + Ingressos por Seleção para Vagas de Programas Especiais + Ingressos por Seleção para vagas remanescentes + Ingressos Por Outras Formas

4 - Seleção Simplificada: Entrevista, Avaliação de Currículos e outros

5 - Outras Formas de Ingresso: Englobam processos distintos, não seletivos, que asseguram o ingresso de alunos no ensino superior, tais como Transferência Ex-Officio, Convênio PEC-G e Decisão Judicial

Com a proliferação de universidades nas diversas regiões do país, a década de 1990 apresentava ambiente universitário mais favorável ao desenvolvimento científico. Os debates a respeito da LDB (Lei nº 9.394/96) na academia, auxiliavam o historiador a refletir sobre a relação do profissional formado em História com o meio de atuação e questões de ordem político-administrativa, no que diz respeito a novos formatos que pudessem melhorar o modelo departamental antes exigido ou modificá-lo.⁹⁷

Essa nova Lei introduziu o processo regular e sistemático de avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, condicionando seus respectivos credenciamentos e recredenciamentos ao desempenho mensurado por

⁹⁷ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: Das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000, V. 1, p. 97.

essa avaliação. Em caso de serem apontadas deficiências, ela estabelece um prazo para saná-las; caso isso não ocorra, poderá haver descredenciamento das IES.⁹⁸

Desse modo, a lei contribuiu favoravelmente para o fortalecimento do ensino superior em todas as instâncias, ao garantir ampliação gradativa do corpo docente. E através da avaliação, começava a direcionar os programas mais bem avaliados, aqueles que também possuísem uma composição especializada docente, o que levou alguns mestres a assumir cargos em instituições apenas com o mestrado e prosseguir na carreira docente acadêmica enquanto se preparava no curso de doutorado que, assim como o mestrado, tinha uma duração mais prolongada do que nos dias atuais.

Para Carlos Benedito Martins, na década de 1990 as políticas públicas para a educação superior levaram a um processo de refino da avaliação que contava com visitas às IES, baseados nos critérios de excelência internacional de infraestrutura e produção. Embora esse processo avaliativo seja alvo de críticas pelo seu objetivismo, o fato é que a área de História soube se adequar às regras da Capes, mesmo que o procedimento não se interesse pela qualidade do produto difundido.⁹⁹

Na avaliação trienal de 2013, seis (6) programas receberam nota 6 e 7, o que representa desempenho compatível ao internacional e a demonstração de liderança para a comunidade científica nacional; treze (13) foram avaliadas com nota 5, que garante situação de relevância para a comunidade científica nacional; vinte e dois (22) receberam avaliação 4, concedida a muitos programas que possuem doutorado a poucos anos ou que estão em processo de crescimento; vinte e um (21) programas receberam nota 3 e um (1) programa obteve nota 2, num total de 63 programas avaliados. Conforme aponta o documento de área da comissão para o triênio (2010-2012), o período movimentou 1.281 docentes permanentes, sendo que, somente em 2011, esse fluxo teria sido de 1.146 professores (268 bolsistas de produtividade CNPq) e 201 colaboradores. Foram produzidas 3.507 teses e dissertações, das quais 779 eram teses de doutorado. Ainda que um número expressivo de dissertações seja vislumbrado, é necessário recordar que o mestrado deve ser defendido preferencialmente em

⁹⁸ SOARES, Maria Suzana Arosa (Org.). *A Educação Superior no Brasil*. Documento UNESCO. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC. Porto Alegre, Brasil, 2002, p. 37.

⁹⁹ _____. A formação do sistema nacional de pós-graduação. MARTINS, Carlos Benedito. IN: *A educação superior no Brasil*. Documento UNESCO. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC. Porto Alegre, Brasil, 2002, p. 98-100.

dois anos, o que explica o montante mais elevado, além de haver oferta de vagas em proporções maiores do que 2/3 em relação ao doutorado.

Os coordenadores de área da Capes, Carlos Fico, Cláudia Wasserman e Marcelo de Souza Magalhães, ao apresentarem os números, identificam como mudança oportuna o processo de acompanhamento da comunidade acadêmica dos resultados parciais de avaliação através dos seminários com a participação dos coordenadores de programas. Essa interação viabilizou discussões de ordem específica como critérios de avaliação, que, de acordo com o documento, “expressam os parâmetros de qualidade valorizados pela comunidade nacional de historiadores”.¹⁰⁰

Em evento de pós-graduandos ocorrido em 2014 na UFRJ, os coordenadores dos programas de História da UFF e UNIRIO Samantha Viz Quadrat, Flávio Limonic e a coordenadora do programa de História Social da UFRJ, Mônica Grin, debateram com alunos questões de ordem atual para a pós.¹⁰¹ Na ocasião, os professores falaram do desafio do historiador em alinhar suas pesquisas à produção em larga escala de textos que fossem de real relevância e contribuições significativas para a historiografia. De fato, existem inúmeras críticas ao “produtivismo” acadêmico que engessaria as Ciências Humanas no geral. Contudo, essa grande área segue como uma das que mais produz e que mais recebe financiamento para bolsas e eventos, tendo ainda números positivos no processo de internacionalização. Estevão Martins nos chama a atenção para os números:

A título de exemplo: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1951, havia financiado 48 bolsas. Em 2009 (últimos dados consolidados), foram 69.190, 579 das quais no exterior. A grande área de Ciências Humanas, em que está incluída a História, recebeu 7.614 bolsas no país, 64 no exterior (para todas as modalidades). A Fundação CAPES, em 2009, distribuiu 8.253 bolsas nessa área, 697 das quais no exterior.¹⁰²

Na análise de Fico e Polito sobre as publicações de 1980-1989 poucas teses e dissertações eram publicadas em formato de livro, porém, as obras de História estavam na lista das mais vendidas, o que não significa necessariamente que as “acadêmicas” estariam

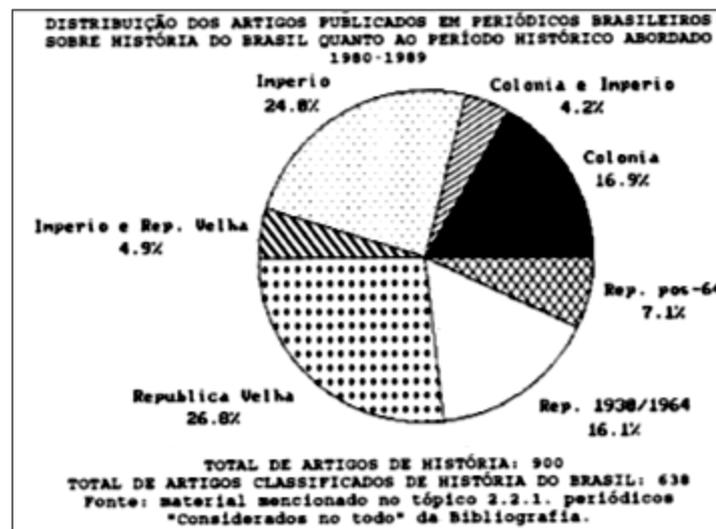
¹⁰⁰ FICO, C; WASSERMAN, C; MAGALHAES, M. *Documento de área: avaliação trienal (2010-2012[13])*. CAPES/MEC, Brasil, 2013, p. 3.

¹⁰¹ IX Jornada Discente de Estudos Históricos Manoel Salgado. Organizada pelo corpo discente do PPGHIS UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

¹⁰² MARTINS, Estevão C. R. Op. cit, 2011. p. 18

nesta relação¹⁰³. Na atualidade, percebemos um processo inverso de crescimento das publicações físicas. O avanço tecnológico e a possibilidade de acesso a periódicos de alta qualidade, bem como os critérios de avaliação que definem números mínimos de submissões anuais, fez com que as revistas se tornassem importantes espaços de divulgação científica para a área de História assim como já era para outras. O procedimento tornou possível intercâmbio maior de ideias nos anos 2000, o contato mais estreito entre os pesquisadores e contribuições num ritmo mais acelerado do que se poderia imaginar nas décadas anteriores. A tabela 2.7 nos dá a dimensão dos números de publicações no triênio (2010-2012) e nos permite promover comparação com os temas mais publicados nos periódicos entre 1980-1989, conforme expressa o gráfico reproduzido a seguir.¹⁰⁴

Gráfico 2.6



Fonte: POLITO, R; FICO, C. 1992.

Nos dados do gráfico reproduzido, somente em uma década, a pós-graduação publicou 900 artigos, sendo 638 deles de História do Brasil e apenas 7,1% de República pós-1964, o que correspondeu a 63 trabalhos. Se compararmos com o nosso levantamento de teses e dissertações, percebemos que os números dos anos 1980 não são baixos porque não era comuns os estudos históricos de eventos do tempo presente, normalmente terreno de cientistas sociais. Entre 1994-1998 foram 60 teses e dissertações, demonstrando que o interesse pelos

¹⁰³ FICO & POLITO, op. Cit, p. 148.

¹⁰⁴ Idem. Reproduzido de *A História do Brasil de 1980-1989*, figura 2. Mariana: UFOP, p. 69

temas da ditadura manteve boas perspectivas. E mesmo que não tenhamos os números de 1990-1993 e 1997, por dificuldades de obtenção nos meios disponíveis e pelo fato de estarmos interessados no ano de 1994 devido a efeméride dos 30 anos do golpe, isso não impede notar que havia interesse crescente por esses temas, ainda que restrito a alguns núcleos de pesquisa.¹⁰⁵

Em relação às publicações de textos e obras na última década, usamos o triênio de avaliação Capes (2010-2012) para demonstrar o espetacular crescimento em relação à década de 1980 (Gráfico 2.6). Em linhas gerais, a área de História produziu 6.552 artigos, textos publicados em anais, livros/capítulos e produção artística diversa em apenas três anos, assim como as 3.507 teses e dissertações. Neste mesmo período, foram trinta e oito (38) defesas cuja temática era Brasil pós-1964, sendo doze (12) teses de acordo com nossos dados, números abaixo do que esperávamos para o período. Como não existe um meio para a filtragem de palavras-chave dos artigos publicados em todos os periódicos avaliados, não sabemos quais são os períodos históricos mais abordados na atualidade.

Tabela 2.7 – Volumes de pesquisas publicadas em meios avaliados pela Capes

Artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos									Trabalhos completos em anais de evento técnico-científico	Livros e capítulos de livro				Produção Artística
A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	NC	Total	Texto integral	Capítulos de livro	Coletâneas	Verbetes	
736	626	842	767	975	769	1.111	250	476	9.263	960	5792	621	1.010	178
Total 6.552 Média de 11,55									Média 147,03	Média 15,23	Média 91,93	Média 9,8	Média 16,03	Média 2,8

Fonte: CAPES/MEC. Elaboração própria, 2016.

O Simpósio Nacional de História realizado em 2015, organizado na UFSC e UDESC, teve uma mesa de diálogos sobre as atividades das agências de fomento para a pós-graduação

¹⁰⁵ Na introdução e no primeiro capítulo comentamos sobre a dificuldade de acesso aos bancos de teses e dissertações das instituições. O próprio Banco de Teses da Capes que só disponibilizava dados a partir de 1998, esteve em reformulação por pelo menos dois anos e nos levou a buscar outras fontes. Para os anos anteriores, usamos prioritariamente os catálogos de teses de dissertações organizados por Maria Helena Rolim Capelatto, que não apresentaram os números de 1996 e 1997, nos deixando uma lacuna de difícil reparo.

e internacionalização da área.¹⁰⁶ O coordenador de História na Capes – prof. Carlos Fico - informou a adoção da avaliação quadrimestral para que os programas tivessem mais tempo para expor seus resultados. Acrescentou ainda que os PPGs no geral são de História do Brasil e que é necessário o estímulo de pesquisas sobre História não brasileira (geral) e que a internacionalização dos programas, com a oferta cada vez maior de bolsas sanduíche, bem como os programas de intercâmbios durante a graduação são incentivos positivos para a ampliação do interesse por este tipo de pesquisa.

Neste sentido, o representante do CNPq, Luís Carlos Soares, acrescentou que o sistema de pós-graduação brasileiro possui qualidade suficiente para o processo de internacionalização, mas que esse deveria rever os critérios avaliativos aos projetos enviados. Para ele, deve-se ponderar acerca das disparidades na avaliação em que prevaleça a hierarquia da titulação. Desse modo, as agências de fomento deveriam pensar a inserção internacional do pesquisador brasileiro no sentido de estimulá-lo a publicar em editoras estrangeiras, periódicos de prestígio internacional, a integrarem quadros docentes como visitante em instituições estrangeiras com a mediação do Estado em acordos internacionais para que o intercâmbio seja um processo de mão dupla, com atividades de participação em bancas, fomento estrangeiro e concorrência em editais de premiação internacional.¹⁰⁷

2.2 A produção historiográfica sobre a ditadura militar: temas de pesquisas, publicações e eventos

É cada vez mais vigorosa a historiografia brasileira tanto pelo volume de publicações quanto pela qualidade. Os números da tabela 2.7 além de apresentarem o montante de publicações, indicam um número considerável de revistas em plena atividade. Na última avaliação da Capes, a comissão enviou fichas a ser preenchidas pelos editores, com informações gerais dos periódicos, as quais cerca de 150 foram recolhidas dos 200 existentes.

¹⁰⁶ XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios. *Agências de fomento e internacionalização na área de História*. Diálogos Contemporâneos. Carlos Fico (UFRJ); Luís Carlos Soares (UFF/CNPq); Sergio Luiz Gargioni (Presidente da CONFAP - Conselho Nacional das Fundações Estaduais e de FAPESC); Silvia Maria Fávero Arend (UDESC), coordenação. ANPUH-BR. Florianópolis, Santa Catarina, jul. 2015.

¹⁰⁷ Estes aspectos também constam no documento de área da avaliação trienal Capes, 2010-2012; Op. cit, p. 36-37.

A partir do vislumbrado, a Capes emitiu notas entre A e C, sendo que algumas aparecem na planilha sem classificação (NC). Segundo a fundação, as publicações de melhor desempenho seguiriam a seguinte tendência

1. Periodicidade quadrimestral;
2. Publicação integral bilíngue;
3. Crescimento das revistas divulgadas online e das exclusivamente editadas online;
4. Surgimento de revistas especializadas, ligadas a mais de um PPG ou comunidade científica;
5. Publicação de cerca de 30% dos artigos em estratos A1 e B1;
6. Publicação de cerca de 70% dos artigos da área em aproximadamente 200 periódicos.

Pensando os meios de divulgação como fundamentais ao pesquisador, seja na publicação em periódicos, anais de eventos, comunicações e apresentações em simpósios, o espaço acadêmico para a discussão de seus trabalhos contribui significativamente para o amadurecimento de questões. Deste modo, a ANPUH se coloca como fundamental no processo de integração entre os pesquisadores, uma vez que as sessões regionais estão presentes em diversas regiões do país. A cada dois anos a associação nacional organiza simpósio que busca, além da divulgação científica, abrir espaço para discussões dos diferentes grupos de trabalho, a fim de debater pautas pertinentes do crescimento e desenvolvimento com qualidade das diversas áreas da História.

No tocante à produção historiográfica acadêmica baseada nas efemérides do golpe de 1964, selecionamos 921 teses e dissertações sobre as quais vamos discorrer acerca dos principais temas e áreas de concentração. Como não teríamos tempo hábil para ler os trabalhos, utilizamos os títulos e consultamos os resumos sempre que possível, para verificar se os mesmos poderiam ser enquadrados em pesquisa de Brasil pós-1964, como critério de ter relações diretas com o tema golpe/ditadura ou estabelecer relações indiretas com o mesmo, mas que o contexto político fosse fundamental para pensar o objeto pesquisado.

Definido esse escopo, devemos justificar uma ausência, a de pesquisas relacionadas ao Cone Sul (ditaduras na América Latina). Ao iniciarmos o levantamento, tínhamos a clara convicção de que os critérios para seleção deveriam ser abrangentes, mas com foco no contexto da ditadura brasileira. Esse caminho nos levou a desconsiderar trabalhos

interessantes sobre processos autoritários de outros países e que certamente poderiam contribuir para pensarmos em termos de história do tempo presente, memória e reparação, processos traumáticos no geral e justiça de transição. Os de perspectiva comparativa com o Brasil foram mantidos, mas certamente não representam a totalidade de pesquisas, já que tal questão só foi percebida quando não haveria mais tempo hábil para retomar aos relatórios do coleta Capes e rever dados colhidos, um procedimento de seleção manual lento e cansativo.

As pesquisas sobre ditaduras não brasileiras, sobretudo as da América-Latina, vem crescendo no Brasil nos últimos anos, sobretudo em programas que possuem linhas de pesquisa relacionada a territórios e fronteiras. Assim, a região Sul do país, além de produzir trabalhos consistentes de Brasil pós-1964, se destaca ao demonstrar diferentes possibilidades de trabalhar as relações entre as ditaduras no Cone Sul. Na UFSC houve a ocorrência de dois títulos com essa característica, ambos de mestrado, que contemplam mulheres presas políticas e as práticas de tortura entre 1970-1979 e outro que trabalhava as relações entre Igreja Católica e mulheres no Cone Sul entre 1970-1980, além de um terceiro trabalho defendido na UNESP/Assis que traz as relações entre militares e as estratégias de segurança entre Brasil e Argentina (1964-2007).¹⁰⁸ Apesar de só destacarmos três exemplos, classificamos muitos como: terrorismo de estado, sistema repressor, repressão, tortura e, por isso, pode haver mais pesquisas nessa linha.

Como são muitos e variados os objetos de pesquisa, decidimos enquadrá-los em áreas gerais, utilizando como referência um dos eixos que Estevão Chaves Rezende Martins apresenta (item a) e que nos ajudou a pensar outros para expor as temáticas selecionadas.¹⁰⁹

- a) **Sociedade e Cultura:** relações de poder; território, região e fronteiras; estado, poder, política e instituições; questões locais e regionais; arte engajada, literatura, teatro, cinema, música; cotidiano.
- b) **Sociedade e Movimentos Sociais:** mundos do trabalho, sindicatos urbanos, sindicatos rurais; organização social; mulheres, feminismos, gênero, negro, indígena; mobilizações civis pelo golpe, movimentos pela anistia, movimentos sociais diversos; guerrilha, organizações armadas; imprensa alternativa, imprensa;
- c) **Sociedade e Política:** antecedentes do golpe, governo João Goulart, golpe; ditadura; comunismo, anticomunismo, ideias; intelectuais; personalidades políticas, militares, civis; crônicas dos diversos governos;

¹⁰⁸ Na ordem UFSC: MELLO, S. C. 2010, mestre – orientador WOLFF, Cristina. S.; MARQUES, G.M.2011, mestre – orientador SOUZA, R. F.; UNESP-Assis: AGUILAR, S. L. C. 2009, doutor – orientador BUENO, C.

¹⁰⁹ MARTINS, E. C. R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, p. 197-219, 2011.

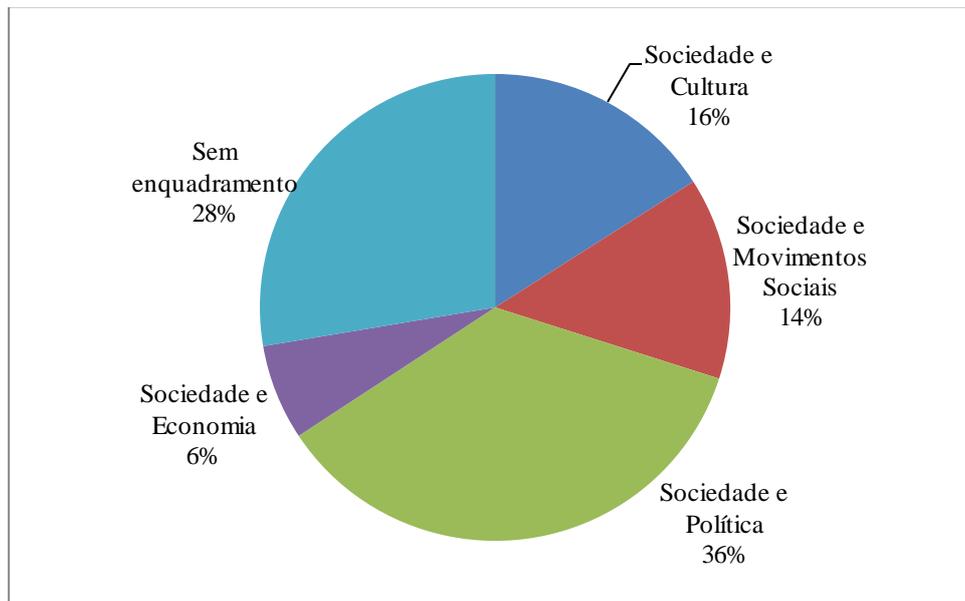
sistema repressor, censura, tortura, perseguições, expurgo, exílio; presos políticos, justiça militar; Igrejas; anistia, justiça de transição, abertura política, redemocratização; partidos políticos;

- d) **Sociedade e Economia:** empresários; IPES/IBAD, ESG; instituições e administração estatal, governança; modernização conservadora; ideologias; desenvolvimentismo; motivações econômicas para o golpe, relação civis-militares;

Ao desenvolver esta pesquisa, estávamos interessados, entre outras coisas, em apreender de que forma a sociedade vivenciou a ditadura em todas as regiões brasileiras e não apenas nas capitais ou centros de decisão política. Por isso, acreditávamos que as pesquisas de caráter local ou regional poderiam trazer elementos interessantes para reflexão historiográfica. No quadro a seguir, temos os números de trabalhos de acordo com os eixos indicados anteriormente. Das 921 teses e dissertações, 501 foram financiadas, 26 não receberam bolsa e o restante não tinha nenhuma informação sobre bolsas.

No processo de análise da planilha, classificamos por meio de palavras-chave e indicamos o eixo de pertencimento, mas nem todas as pesquisas são facilmente enquadráveis. Por exemplo, classificamos como local/regional 100 pesquisas. Como esse marcador é extenso, não caberia enquadrá-los em nenhum dos eixos propostos. Assim, os temas de enfoque regional/ local são trabalhos que tratam questões específicas, mas que não chegam a ser estudos de caso, cobrindo os seguintes objetos: Igreja Católica, imaginário anticomunista; imprensa alternativa, imprensa local; aparelho repressor; luta armada, esquerdas; golpe e direitas; partidos políticos, estudos de caso, biografias de personalidades políticas locais; movimentos sociais diversos e, sobretudo, mundos do trabalho (sindicatos, cotidiano social, organização territorial, questão agrária, conflitos pela terra). As questões relacionadas à memória foram levantadas em 82 trabalhos e, assim como no caso anterior, podem estar relacionadas a pelo menos três dos eixos que trabalhamos e, por isso, estariam no índice dos trabalhos sem enquadramento.

Gráfico 2.8 - Produção acadêmica de Brasil pós-1964 por grande eixo temático



Fonte: Elaboração própria, baseado em 921 defesas entre 1994-2012.

A variedade de objetos pesquisados nos levou a ter dificuldade de enquadramento em eixos gerais. É necessário esclarecer que não é nosso objetivo construir categorias isoladas. A proposta de organização foi meramente didática e uma forma mais simples de identificar os diferentes temas de pesquisa acerca de um processo histórico em tempo-espaço definido. Então, 28% dos trabalhos, ou seja, 255 deles não foram integrados em categorias. Entre os temas nesse montante estão: memória; questões de ordem local/regional; ideologias, igrejas, imaginário social; imprensa; censura, música, cinema; mercado editorial; militância; gênero e minorias; aparelho repressor, tortura, violação de direitos, desaparecidos e presos políticos; advogados e juristas na ditadura; golpe; repressão; terrorismo de Estado; cenário pré-golpe; governo João Goulart; luta armada; transição, abertura política.

Diante dos temas apresentados é possível avaliar que a História Política e Social predomina nas produções sobre a História do Brasil pós-1964, seguido pelos eixos relativos a Cultura e manifestações artísticas, movimentos sociais e economia. O baixo número de trabalhos sobre questões de ordem econômica no contexto ditatorial pode estar relacionado ao fato de economistas terem realizado trabalhos de referência ainda nas décadas de 1970 e 1980, o que não significa esgotamento e que a abordagem econômica não possa ser utilizada para análises de novos objetos. Entre os clássicos, Celso Furtado *Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico no Brasil*, 1965; Francisco de Oliveira *A economia brasileira*:

crítica à razão dualista, 1972; Paul Singer *O desenvolvimento e a crise*, 1968 e em parceria com Fernando Henrique Cardoso *A cidade e o campo*, 1972; Alfred Stepan *Os militares na política*, 1975; René Dreifuss *1964: A conquista do Estado*, 1981; Maria Helena Moreira Alves *Estado e oposição no Brasil*, 1984; Jacob Gorender *O combate nas trevas*, 1987; Thomas Skidmore *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-)*, 1988.

Enquanto fato marcante na história de uma comunidade, a efeméride costuma mobilizar a academia em torno de eventos, dossiês temáticos e demais “descomemorações”, termo este adotado como título para o calendário de eventos de 2014 sobre os “50 anos do golpe de 1964” no Rio de Janeiro. Este ponto nos leva ao terceiro questionamento que fizemos no item anterior, a respeito da contribuição das efemérides para a ampliação dos trabalhos acadêmicos. Em termos gerais, percebemos que o número total de publicações em anais de eventos, periódicos, publicação de livros e capítulos é superior quase 50% em relação às defesas de teses e dissertações. Tendo em vista que os dados levantados eram de discentes e docentes membros dos programas de pós-graduação, entendemos que as efemérides contribuem positivamente para o aumento das publicações porque nesses momentos são muitas as possibilidades de expor o trabalho de diversas formas.

Para o desenvolvimento de temas relacionados ao regime, outros fatores também devem ser ressaltados, como a existência de núcleos de pesquisa na área, docentes interessados em orientar projetos diversificados e acesso às fontes naquela região. Nesse sentido, destacaremos as últimas três efemérides do golpe (1994-2004-2014) a fim de perceber a evolução desses temas na historiografia. Os debates ensejados nas ocasiões serão trabalhados no terceiro capítulo.

1994

A obra mais significativa para a análise dos trinta anos do golpe de 1964 é, sem dúvida, *1964: Visões críticas do golpe. Democracias e reformas no populismo*, cuja primeira edição foi lançada em 1997.¹¹⁰ Essa afirmação não quer dizer que a obra seja um grande tratado para a historiografia contemporânea, mas que contribui com ela na medida em que sua publicação não imediata possibilitou que os autores, mesmo sem reeditar seus textos, pudessem refletir sobre os resultados daquele evento na UNICAMP, que contou ainda com a

¹¹⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. *1964 – Visões críticas do golpe. Democracias e reformas no populismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNICAMP. 2014

presença de atores, cineastas e músicos brasileiros. Contudo, mesmo que os temas sobre o período republicano estivesse crescendo entre os anos 1980 e 90, a obra organizada por Caio Navarro de Toledo expressa que o campo ainda era dos sociólogos, cientistas políticos, filósofos e de memórias de atores sociais. Assim, eram poucos historiadores interessados na história da ditadura militar e há relatos de que, nos eventos organizados no Rio de Janeiro, o baixo comparecimento do público acarretou o cancelamento de alguns.

Entre os temas abordados na referida obra estão a conjuntura econômica brasileira em 1964; as lutas sociais e conflitos ideológicos que barraram as reformas do governo Jango; trabalhadores e estudantes nas mobilizações pelas reformas de base dos anos 1960; estudo do golpe de 1964 comparado a outros países cujo golpe foi subsidiado pelo governo dos EUA e a relação entre sociedade e política no contexto do golpe; militares e o golpe; formação política e social brasileira; resquícios do autoritarismo na recém retomada democracia brasileira e a relação entre civis e militares nesse processo.¹¹¹

Devemos salientar que, em vez de nos atermos a data específica, vamos trabalhar também a fase posterior à efeméride em busca da variedade de produções. Sendo assim, entre 1994-2003, foram produzidos 241 pesquisas sobre Brasil pós-1964, cujos temas foram semelhantes aos citados anteriormente: trabalhador rural, sindicatos rurais, conflitos no campo, universidades, políticas educacionais, movimento estudantil, aparelho repressor, tortura, censura, trabalhador urbano, ideias, esquerdas, imprensa, memória, anistia, exílio.

2004

Os quarenta anos do golpe de 1964 suscitaram inúmeros eventos, publicações diversas e debates no meio acadêmico. Se a história da ditadura brasileira ainda enfrentava resistência na década de 1990, o novo século ajudou a quebrar essa barreira que colocava a temática no terreno das Ciências Sociais. No gráfico 2.6, Carlos Fico e Ronald Polito identificaram o montante da produção de artigos sobre Brasil pós-1964, ou seja, 7,1% de 900 (1980-1989). Ao refletir a efeméride de 2004, Carlos Fico avalia momentos diferentes de análise da ditadura brasileira. A historiografia recente teria sido motivada pelas mudanças de ordem

¹¹¹ Idem, Apresentação, p. 15-18.

teórica, cuja Nova História e os métodos da história oral ajudaram a pensar o cotidiano social e as subjetividades daquele contexto.¹¹²

Contudo, o grande impacto para essa geração de historiadores esteve na luta pela abertura e acesso a documentos sigilosos. A documentação do Departamento de Ordem Política Social (DOPS), Divisão de Segurança e Informação (DSI – Ministério da Justiça), Divisão de Censura de Diversões Públicas está sob a custódia do Arquivo Nacional e abriu portas para pesquisas futuras. Em torno da mobilização de pesquisadores em prol da abertura dos arquivos e acesso a eles, Samantha Quadrat ressalta que o historiador deve saber lidar com as expectativas e ser ético diante do que esse tipo de documento possibilita. Embora sua reflexão seja sobre os arquivos do Cone Sul como um todo, a historiadora chama a atenção para os arquivos sensíveis e os procedimentos de análise dos mesmos:

A pesquisa em arquivos sensíveis provocou reflexão sobre o próprio ofício do historiador do tempo presente e o que se espera das pesquisas, que muitas vezes acabam tendo uma tripla função: são trabalhos acadêmicos mas que podem servir de referência para processos dentro da justiça de transição (é cada vez mais comum o diálogo com juristas) e também para o atendimento de demandas subjetivas e objetivas dos atingidos pela repressão, uma espécie de reconhecimento de suas trajetórias ou de seus familiares.¹¹³

Ainda que não apresentemos as principais discussões em cada efeméride, é unânime que a de 2004 foi um marco para a historiografia da ditadura brasileira, em função do acesso gradativo aos arquivos e pelas novas perspectivas teóricas, mas também pelo cenário político e institucional do país, que permitiu a ampliação dos centros universitários e subsídios para as pesquisas. Assim, a primeira década dos anos 2000 demonstrava que a academia estava interessada em diversos aspectos do contexto ditatorial, que se expressava no caráter de denúncia dos trabalhos importantes sobre aparelho repressivo. A memória e as práticas culturais, trabalhadas por meio de depoimentos orais, impressos, literatura, músicas e textos teatrais demonstram o leque de fontes que os historiadores utilizam.

Nesta perspectiva, durante a repercussão dos debates e novidades apresentadas na ocasião dos 40 anos do golpe, os temas não sofreram grandes mudanças. Como indicamos, no período de repercussão dos 30 anos do golpe, foram 241 trabalhos (1994-2003) e nos 40 anos

¹¹² FICO, Carlos. Op. cit, 2004, p. 41-42

¹¹³ QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. IN: ARAÚJO, M. P; FICO, C; GRIN, M. (Orgs). *Violência da História: Memória, Trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012, p. 202.

do golpe (2004-2013), estes números saltaram para 680, ou seja, as pesquisas triplicaram em menos de uma década. De todo modo, tal elevação indica que os eventos, ainda que restritos a alguns centros de pesquisa, e as publicações que se utilizaram de novos acervos e fontes de pesquisa foram recebidos com entusiasmo pela comunidade acadêmica e abriram portas para outros pesquisadores.

O que mudou foi o enfoque no objeto pesquisado e, sobretudo, o trato das fontes. Assim como Fico apontou em 2004, as pesquisas de abordagem cultural tendiam a crescer, o que se confirmou nos dados como: CPC da UNE; música e movimentos culturais; diretores de teatro, peças teatrais, artistas; monumentos históricos; literatura e arte engajada; censura de diversões públicas; cinema, ideia de contra cultura e festivais são exemplos de temas com enfoque cultural, além daqueles que lidam com questões subjetivas como memória, trauma e silenciamentos; ideologias, anticomunismo, Igrejas.

Em termos gerais, as pesquisas com abordagem política ainda são maioria, mas se relacionam cada vez mais com o cotidiano social e as relações de trabalho, movimentos sociais diversos, como: estudos do golpe e governo João Goulart; militares; instituições privadas e sua relação com o golpe; crônicas dos diversos governos; esquerdas, militância; partidos políticos, luta armada; trajetórias individuais; aparatos de controle e repressão; anistia; relação entre as ditaduras no Cone Sul; influências dos EUA no golpe; intelectuais; feminismos, mulheres, minorias em geral; violações de direitos humanos; justiça de transição; redemocratização e movimentos sociais diversos. E ainda os de abordagem econômica para a interpretação do golpe e de setores que participaram do processo golpista e que foram cooptados para dentro do Estado em suas funções empresariais.

As questões relacionadas a “mundos do trabalho”, Igrejas, cotidiano, formação de cidades, assim com os classificados como estudos de caso (abordagens bem específicas a casos ou personagens locais) e regional/local, nos chamam a atenção por apresentar a dimensão da participação e mobilizações civis mesmo com a repressão. E esses estudos sobre a participação na luta pela terra em regiões de fronteira ou no interior do país, nas greves e nas reivindicações por melhorias da condição de trabalho ou sobre a composição social em determinada região indicam como era a relação daquela comunidade com o contexto vivido.

2014

Mais do que os quarenta anos do golpe, a efeméride sobre os cinquenta anos foi aguardada pela comunidade científica e obteve ampla divulgação, a exemplo dos editoriais de *O Globo* e de *O Estado de S. Paulo* publicados em 30 de março de 2014, mídia que reconhecidamente apoiou o golpe de 1964. A certeza do “passado que não passou” era cada vez mais latente, em face aos embates de memória em decorrência dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012 através da lei 12.528/11 com a finalidade de apurar casos de violações de direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Alvo de críticas e elogios, o fato é que a comunidade científica esperava que a comissão pudesse transpor os casos emblemáticos e apresentasse verdadeiras contribuições ao demonstrar perseguições e expurgos ao cidadão comuns.

Embora não haja apelo social em grande escala por esclarecimentos em relação aos crimes de Estado praticados durante a ditadura (1964-1985), a exemplo de outros países latinos que lutaram ativamente pela abertura de arquivos e punição dos algozes, sobretudo Argentina e Paraguai, o que temos visto é um esforço por esclarecimento de eventos emblemáticos e pela reparação por meio do reconhecimento dos erros cometidos e do pedido de perdão às vítimas ou a seus familiares. Apesar da dicotomia entre “valor patrimonial” e “reparação”, o sentido das Caravanas pela Verdade, Justiça e Reparação que ocorrem em todo país foi o de reconhecer os erros com o pedido de perdão oficial da Comissão de Anistia, representando o Estado brasileiro; assim como têm ocorrido nas Comissões de Verdade Nacional (CNV), estaduais, locais e de entidades como a Comissão da Verdade – OAB/RJ.¹¹⁴

O reconhecimento dos erros do Estado diante das atrocidades cometidas naquele período foi para a historiadora Dulce Pandolfi de extraordinária importância. Durante o evento na Biblioteca Nacional, em março de 2014, a professora, que foi presa e torturada em dependências oficiais do Exército brasileiro no bairro da Tijuca (Zona Norte do Rio de Janeiro), na década de 1970, afirmou que o mais importante para alguém que foi vítima do regime é o perdão do Estado, porque essa é uma clara expressão de reconhecimento dos

¹¹⁴ O valor patrimonial está estabelecido na lei nº 10559 de 2002 que diz sobre parâmetros para a concessão de anistia política e reparação econômica por perseguição política. Sobre isso ver: ROSITO, João B. A. *Anistia política, reparação econômica e justiça de transição: um estudo etnográfico das medidas brasileiras compensatórias por violações de direitos humano à época da ditadura militar*. In: II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), USP, 2010. <<http://idejust.files.wordpress.com/2010/04/ii-idejust-rosito.pdf>> Acesso: 16 de jul. de 2014.

crimes cometidos e a expressão de que eles não ficarão no esquecimento.¹¹⁵ Ao falar sobre a necessidade de dar voz às vítimas, Pandolfi considera a memória como parte fundamental para compreender o período. Apesar de a memória ser seletiva e conter esquecimentos, mais do que servir à história, sua função é resgatar desejos, aspirações, esperanças e o sentido de luta que levou tantos brasileiros a resistir em busca da democracia. A postura de defesa dos trabalhos da CNV pela historiadora vai além do reconhecimento do Estado acerca da tortura como uma política e reconhece na memória um precedente para que outras pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo regime possam se manifestar.

Além do debate e críticas em torno dos trabalhos da comissão, alguns colegas acreditam que ela não teria alcançado o apelo social que era esperado por tratar eventos emblemáticos sem atentar para o significado negativo que o regime possibilitou na vida de pessoas comuns, as quais não tinham sequer ligação com organizações de esquerda. De acordo com o historiador Carlos Fico, é necessário que a historiografia se distancie de visões romantizadas que buscam a culpabilidade e empobrecem a análise. Para ele, os trabalhos da CNV ganhariam mais adesão se buscassem, nas pessoas comuns, o elemento chave do regime, ou seja, a tentativa de controle da sociedade por meio dos órgãos de inteligência e informação.¹¹⁶

Nessa medida, voltamos nosso olhar para a efeméride dos 50 anos golpe de 1964 ocorrida em 2014, temática que, sem dúvida, nunca havia suscitado tantos eventos e publicações. É necessário frisar que as atividades em torno da efeméride não se limitaram ao meio acadêmico, mas a entidades de classe, sindicatos, algumas denominações religiosas, midiáticas e culturais, como exposições de arte e documentários, embora não fosse um movimento representativo no que diz respeito à adesão de todas as esferas da população.

Além dos eventos e publicações acadêmicas, que são nosso foco, ressaltamos que é comum a países conservarem espaços de memória onde atos de violência foram praticados. No Brasil, o Memorial da Resistência é um dos poucos locais de memória sobre a ditadura que foi transformado em museu. Aberto desde 2002, o local era a antiga sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) que recebeu presos políticos no

¹¹⁵ Dulce Pandolfi participou do Seminário 50 anos do Golpe de 1964 na Biblioteca Nacional em março de 2014, onde, dentre outras coisas, falou sobre seu depoimento na Comissão Nacional da Verdade e suas memórias de ex- presa política.

¹¹⁶ A ideia de Carlos Fico sobre a CNV e as reflexões sobre os 50 anos do golpe foram expostas numa aula magna do autor no PPGHIS UFRJ em março de 2014.

bairro da Luz, em São Paulo, durante a ditadura. O Memorial é coordenado pela museóloga Kátia Ferlini, que preparou um circuito da repressão paulista em 2014, assim como foi feito no encerramento de um evento no Rio de Janeiro.¹¹⁷ A recente publicação de *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*, organizado pelas professoras Maria Paula Araújo, Izabel Silva e Desirree Santos, sob financiamento do projeto Marcas da Memória, catalogou 27 lugares de memória reconhecidos em vários estados. Cabe ressaltar que, pelo alcance recente dessas manifestações de reconhecimento e tentativa de preservação de locais de memória de vítimas da repressão, “a identificação deles como patrimônio cultural torna-se de grande valor para a construção de memórias coletivas”.¹¹⁸

Ademais, ressaltamos que os temas sobre a ditadura não sofreram muitas alterações, embora as discussões em torno do conceito do golpe e ditadura, bem como sua periodização, fossem os principais elementos em debate, o qual trabalharemos no próximo capítulo. A série de eventos listados é apenas uma amostra de tantos outros que ocorreram no ano de 2014, mas que não foram divulgados nacionalmente. As intervenções artísticas e manifestações em prol da transformação de imóveis utilizados pelo Estado para ferir a liberdade e dignidade humana como centros de memória são exemplos de eventos não acadêmicos de mobilização ampla.

Tabela 2.9 - Relação de eventos sobre o cinquentenário do golpe de 1964

	Nome do Evento	Data	Local	Entidade	URL
1	I Encontro Nacional de História do Sertão - 50 Anos Do Golpe De 1964: História, Memória e Historiografia	10 a 14 de março	Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Campus do Sertão)	Acadêmica	http://ienhs.blogspot.com.br/2014/02/estao-abertas-as-inscricoes-para-o-1.html
2	50 anos do golpe civil-militar de 1964 – revisitando questões e debates	11 e 12 de março	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Acadêmica	http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/02/17/evento-debatera-os-50-anos-do-golpe-de-64

¹¹⁷ “Roteiro da ditadura no centro do Rio” – PUC-RJ, em 05/04/2014.

¹¹⁸ MALLER, Aline. Lugares de memória. In: ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (Orgs). *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013. Cap.9, p. 43-45.

3	50 Anos do Golpe de 1964	11 a 25 de março	SESC Consolação - São Paulo - SP	Nova Central Sindical dos Trabalhadores de São Paulo	http://www.ncstsp.org.br/agenda/seminario-1964-50-anos-depois/
4	Ciclo de Estudos 50 Anos do Golpe de 64. Impactos, (Des)Caminhos, Processos	13 de março a 24 de abril	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Acadêmica	http://www.unisinis.br/blogs/ihu/sem-categoria/50-anos-golpe-de-64-impactos-descaminhos-processos/
5	Seminário "1964-2014: Um Olhar Crítico, Para Não Esquecer"	18 a 20 de março	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Acadêmica	http://seminario19642014.wordpress.com/
6	Simpósio Internacional - O Golpe de 1964 e a onda autoritária na América Latina	24 a 27 de março	Universidade de São Paulo (Auditório da Biblioteca. Brasileira/USP)	Acadêmica	https://www.facebook.com/ondaautoritaria
7	Os 50 Anos do Golpe de 1964 na Biblioteca Nacional	27 a 28 de março	Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)	Biblioteca Nacional	http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1902
8	Golpe Militar - 50 Anos: Memória, História e Direitos Humanos	31 de março a 03 de abril	Universidade Estadual Paulista (UNESP - Marília)	Acadêmicas - Áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política	http://www.marilia.unesp.br/#!/eventos/
9	50 Anos do Golpe de 1964	31 de março a 05 de abril	CPDOC-FGV, UFF, UFRJ, UNIRIO, UFRRJ, UERJ e PUC-RIO	Acadêmica	http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1903
10	II Colóquio Internacional & I Simpósio em História Contemporânea: O Colapso das Ditaduras: Rupturas e Continuidades.	08 a 11 de abril	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	Acadêmica	http://www.nupehic.net/
11	VI Encontro Cultura e Memória: Golpe de 1964: Cultura e Memória	22 a 25 de abril	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Acadêmico	http://viculturaememoria.blogspot.com.br/
12	IV Congresso Sergipano de História: O Cinquentenário do Golpe de 64	21 a 24 de outubro	Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)	Acadêmico	http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1895
13	XII Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História, Verdade e Ética	11 a 14 de agosto	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS - São Leopoldo)	Acadêmico	http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1869
14	II Colóquio Internacional de Gênero,	11 a 14 de agosto	Universidade Federal de Santa Catarina	Acadêmico	http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1933

	Feminismos e Ditaduras no Cone Sul		(UFSC)			
15	XV Encontro Estadual de História - 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado	11 a 14 de agosto	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	*Evento simultâneo ao II Colóquio Internacional sobre Gênero no Cone Sul		http://www.anpuh-sc.org.br/
16	XVI Encontro Estadual de História: Poder, Memória e Resistência: Os 50 Anos do Golpe De 1964	25 a 29 de agosto	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB - Campina Grande)	Acadêmico		http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=43083
17	XIV Encontro Regional De História da ANPUH-PR- 1964-2014: 50 Anos do Golpe Militar no Brasil	07 a 10 de outubro	Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	Acadêmico		http://www.erh2014.pr.anpuh.org/
18	XII Encontro Regional da ANPUH-MS - Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo	13 a 16 de outubro	Universidade (UFMS - Campus de Aquidauana)	Acadêmico		http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1897
19	II Jornada de Filosofia Política: A Ditadura e a Universidade	15 a 17 de outubro	Universidade de Brasília	Acadêmico – Áreas de Filosofia e Artes		http://jornadafilosofiapoliticaaunb.wordpress.com/
20	IV Congresso Sergipano de História: O Cinquentenário do Golpe de 64	21 a 24 de outubro	Auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)	Acadêmico		http://www.anpuh.org/agenda/view?ID_AGENDA=1895

Fonte: ANPUH – Acesso em 14/07/2014

Relação de eventos sobre os 50 anos do golpe no estado do Rio de Janeiro – Comissão Estadual da Verdade (Acesso 2014)

<http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Calend%C3%A1rio-de-Descomemora%C3%A7%C3%A3o-do-Golpe-Civil-Militar_Vers%C3%A3o-incompleta-1.pdf>

Outros eventos (Acesso 2014)

Blog - 50 anos do golpe: Calendário geral de mobilizações nacionais e internacionais

<<http://programacao50anos.blogspot.com.br/>> Acesso 2016

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

<http://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2014/ciclo_golpe_militar/>

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Seminário 50 anos do golpe de 1964 em 31/03/14

<<http://www2.al.rs.gov.br/reservadeespacos/AgendadeEventos/tabid/3518/.aspx>>

Assembleia Legislativa de Santa Catarina: A Verdade é revolucionária aos 50 anos do golpe civil-militar em 31/03/2014

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/agenda?data_agenda%5Bvalue%5D%5Bdate%5D=31%2F03%2F2014&field_titulo_longo_value=&field_local_do_evento_value=>

Assembleia Legislativa de São Paulo: Sessão extraordinária sobre o golpe de 1964 - em 01/04/2014

<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/04/page/2/>

Eventos realizados por representantes do poder público federal (Acesso 2014)

Senado

O Senado construiu uma página especial em seu site com várias sessões sobre temas relacionados ao golpe de 1964, uma série de entrevistas com personalidades políticas que vivenciaram o processo, fontes sonoras de transmissões da rádio nacional e séries exibidas pela TV Senado.

<<http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/50anosdogolpe/>>

Câmara dos Deputados

O site da Câmara dos Deputados também destinou uma ala específica em seu site para assuntos relacionados aos 50 anos do golpe de 1964. Neste, apresentam a cronologia do evento, sinalizando o cenário político da época.

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/golpe-de-1964/golpe-militar>> - Publicado em: 27/03/2014

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-LIGADA/464814-CAMARA-LIGADA-DISCUTE-OS-50-ANOS-DO-GOLPE-MILITAR-NO-BRASIL.html>> - Publicado em: 04/04/2014

<<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=071.4.54.O&nuQuarto=110&nuOrador=3&nuInsercao=44&dtHorarioQuarto=17:38&sgFaseSessao=OD&Data=01/04/2014&txApelido=VICENTINHO,%20PT-SP>> - Publicado em: 01/04/2014

Discurso da Presidente Dilma Rousseff em 31 de março de 2014

Durante a inauguração de uma ponte no Rio Grande do Sul, a presidente Dilma Rousseff lembrou a efeméride dos 50 anos do golpe de 1964, ressaltando a importância da Lei de Acesso à Informação e da CNV como meios para evitar o esquecimento e possibilitar pesquisas para esclarecer os crimes praticados pelo Estado autoritário.

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-assinatura-do-contrato-para-construcao-da-ponte-sobre-o-rio-guaiba-brasilia-df>>

Principais mídias que dedicaram espaço a efeméride (Acesso 2014)

Jornais

O Estado de S. Paulo <<http://www.estadao.com.br/tudo-sobre/1964>>

O Globo <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>> - publicado em 2013

Apenas artigos de opinião em determinadas colunas e entrevistas, mas nenhuma página específica além da lançada em 30 de março de 2014. Ver:<<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/>>

A Folha de S. Paulo <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/50anosdogolpede1964/>>

Diários Associados (MG) <<http://www.em.com.br/especiais/golpe-militar-50-anos/capa-golpe-militar-50-anos/>>

Televisão

TV Brasil (EBC) <<http://tvbrasil.ebc.com.br/tags/50-anos-do-golpe>> que além desta página, exibiu na TV uma série de documentários de Sílvio Tendler, além de reportagens especiais sobre a ditadura e o golpe no jornal Repórter Brasil Tarde. Ver: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/50-anos-do-golpe-tv-brasil-estreia-duas-serie-ineditas>>

LIVROS

Tabela 2.10 – Obras publicadas aos 50 anos do golpe de 1964

Algumas publicações sobre os 50 anos do golpe de 1964 em 2014	
1.	CANTARINO, Geraldo. <i>A Ditadura que o inglês viu: Documentos sigilosos revelam a visão britânica do Brasil desde o golpe de 1964 até o processo de abertura política em 1979</i> . Rio de Janeiro: MAUAD X, 2014.
2.	CONY, Carlos Heitor. <i>O ato e o fato: O som e a fúria do que se viu no golpe de 1964</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2014
3.	D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Orgs). <i>Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe de 1964</i> . 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2014
4.	D'ARAÚJO, Maria Celina. <i>Redemocratização e mudança social no Brasil</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2014.
5.	FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. <i>1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.
6.	FICO, Carlos. <i>O golpe de 1964: Momentos decisivos</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2014.
7.	GASPARI, Elio. Trilogia <i>A ditadura encurralada; A ditadura derrotada; A ditadura escancarada</i> . Rio de Janeiro: Editora Intrínseca. Versões em E-book. 2014
8.	KUCINSKI, Bernardo. <i>K.: Relato de uma busca</i> . Editora Cosac Naify,2014.

9. MATTOS, André Luiz Rodrigues Rossi de. <i>Uma História da UNE (1945-1964)</i> . Campinas: Pontes editores, 2014.
10. MOTTA, Rodrigo Patto Sá; ABREU, Luciano Aronne de. <i>Autoritarismo e Cultura Política no Brasil</i> . Rio de Janeiro: FGV, 2014.
11. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. <i>As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2014
12. NAPOLITANO, Marco. <i>1964: história do Regime Militar brasileiro</i> . São Paulo: Editora Contexto, 2014.
13. PINHEIRO, Milton (org.). <i>Ditadura: O que resta da transição?</i> São Paulo: Ed. Boitempo. 2014.
14. REIS FILHO, Daniel A. <i>Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2014
15. REIS FILHO, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs) <i>A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2014
16. SADER, Emir; CALLINICOS, Alex; MAZZEO, Antonio Carlos (Orgs). Coletânea de ensaios. Revista Margem Esquerda. São Paulo: Boitempo, N. 22, 2014.
17. SERRA, José. <i>50 anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio</i> . São Paulo: Ed. Record, 2014.
18. SILVA, Hélio. <i>1964: Golpe ou contragolpe?</i> Porto Alegre: L&PM EDITORES, 2014
19. TAVARES, Flávio. <i>1964: O golpe</i> . Porto Alegre: L&PM EDITORES, 2014
20. VILLA, Marco Antonio. <i>Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita</i> . São Paulo: Ed. LeYa, 2014.

*O levantamento foi feito através do site da ISBN- Fundação Biblioteca Nacional. Acesso em 13 de julho de 2014 <<http://www.isbn.bn.br/website/>>; Algumas obras são reedições.

** A listagem completa de obras com a avaliação da Capes é melhor explorada no capítulo 3.

CAPÍTULO 3

OS DEBATES NA ATUALIDADE:

ENTRE OS EMBATES DE MEMÓRIA E OS CINQUENTA ANOS DO GOLPE DE 1964

Se, na década de 1990, os debates em torno do 30 anos do golpe pareciam não despertar interesse significativo, o cenário que se apresentou nas décadas posteriores foi outro.¹¹⁹ A relação de publicações e eventos apresentados no capítulo anterior aponta para a confirmação de que os temas da ditadura estão entre os mais pesquisados na historiografia que se dedica à história contemporânea brasileira.

O crescimento do interesse sobre temas republicanos nas décadas seguintes já havia sido prevista por José Roberto do Amaral Lapa em 1972, ao observar a diminuição de pesquisas sobre o período colonial e o interesse cada vez maior pelas primeiras décadas da República e pela história do movimento operário. De fato, o desenvolvimento da pós-graduação, conforme apresentamos no primeiro capítulo, teve grande contribuição no processo de “profissionalização” da pesquisa histórica. Assim, Angela de Castro Gomes, ao falar sobre as ambiguidades do autoritarismo no Brasil, atentou para outros momentos em que se buscou mapear a situação da historiografia, tendo o Estado Novo como proposta analítica.¹²⁰

O autoritarismo brasileiro estaria interligado ao Estado Novo e os historiadores pareciam pouco à vontade para trabalhar acontecimentos mais recentes do país. De modo que 1987 teria sido momento oportuno para discutir teoricamente o autoritarismo. Ao promover um “inventário historiográfico” em 1991, René Gertz percebeu que, até a década de 1980, a

¹¹⁹ Verificamos que alguns trabalhos publicados na ocasião dos 40 anos do golpe faziam menção à efeméride da década anterior, ressaltando que era raro o espaço acadêmico para debates sobre o tema.

¹²⁰ GOMES, Angela de C. Estado Novo: Ambiguidades e herança do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, D; QUADRAT, S. V. (Orgs). *A construção Social dos Regimes autoritários . Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, p. 37-70. Me refiro a referência que a autora faz às teses e dissertações sobre o Estado Novo, levantadas entre 1995 e 2004, além de menção à obra organizada por Dulce Pandolfi em 1997 e o inventário de Gertz (1991).

historiografia ainda não havia ultrapassado a Revolução de 1930 enquanto caso emblemático do período republicano. A conjuntura política dos anos 1970 e 80 causava dificuldade de análise da ditadura varguista, sem falar do teor progressivo daquele governo. As explicações de teor marxista, segundo Gertz, se detinham nas questões econômicas, sociais e estavam centradas em eventos e indivíduos.¹²¹ Essa perspectiva nos chama a atenção porque demonstra que a dificuldade em lidar com temas recentes da história não poderia ser exclusivamente uma questão teórica. Para Gomes, a resistência em se estudar o Estado Novo estaria na identificação do período com uma “ditadura fascista”, ao passo que os avanços sociais e econômicos também eram reconhecidos. O valor ambíguo desse processo é o mote da argumentação da autora. Então, se havia resistências em analisar o Estado Novo pela identificação ao fascismo, a ditadura brasileira parecia um tema ainda mais desafiador, como um processo em curso que ainda causava temor.

A revitalização da história política no Brasil em conformidade com as mudanças teóricas e metodológicas da historiografia internacional, contribuiu para novas propostas analíticas entre as décadas de 1980 e 1990 e a aproximação entre a história política e a história cultural possibilitou o surgimento de novos objetos. A perspectiva apontada por Angela Gomes e tendo como base os dados de eventos realizados em 1994, que apresentamos no capítulo anterior, reafirmam o caminho que a historiografia passava a perseguir. De modo que, são janela para pensarmos para além dos eventos marcantes em torno autoritarismo, mas as práticas sociais e suas relações com o Estado.¹²²

Na efeméride dos 40 anos do golpe, Carlos Fico avaliou o interesse acadêmico pelo tema como notável em eventos à época. A explicação estaria na quebra gradativa de velhos mitos e estereótipos “(...) graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como ‘desprendimento político’ que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de ‘reacionárias’”.¹²³ A mudança que se viu, acompanhada pelas transformações teóricas em curso e pelo acesso a documentos do regime, mesmo que de modo restrito, auxiliaram na ampliação do conhecimento de técnicas de tortura e da barbárie do

¹²¹ Idem, p. 44-46

¹²² O seminário organizado em 1997, ocasião dos 60 anos do Estado Novo e que originou a coletânea organizada por Dulce Pandolfi *Repensando o Estado Novo*, certamente contribuiu para reflexões em torno da pesquisa de temas do tempo presente e em certa medida, contribuiu nas reflexões acerca do golpismo de 1964.

¹²³ FICO, C. op. Cit, 2004, p. 30.

regime. A disponibilização de documentos dos departamentos de segurança fez-se presente na diversidade de novos objetos de estudo.

O estudo sobre o período ditatorial tornou cada vez maiores os embates de memória. Caio Navarro de Toledo publicou artigo em 2006 no qual analisou, entre outras coisas, algumas publicações do Exército e declarações de militares acerca da efeméride em 2004, evidenciando que a própria corporação militar não era unânime quanto à comemoração do “golpe” ou “revolução”. De acordo com Toledo, alguns historiadores estariam defendendo que as esquerdas pré-64 teriam pouco compromisso com a democracia, o que não passaria de falácias, pois ele entende que deveriam mapear quais parcelas da sociedade teriam apoiado o golpe.¹²⁴

Na publicação de 2014, Carlos Fico retoma alguns aspectos da obra de 2004 para reafirmar um aspecto que considera fundamental, ou seja, a necessidade de compreender que o golpe não pressupunha a ditadura.¹²⁵ A imagem de Castelo Branco identificada como figura moderada seria uma construção de padrões explicativos que visam tipificar momentos de linha dura. Contudo, essas tipologias não se sustentam por várias razões, mas de maneira pontual, o discurso de “revolução” para salvaguardar os interesses da nação cai por terra com o Ato Institucional. Além da cassação de mandatos, perseguição a revolucionários, o A-I suspendia direitos políticos e transferia militares para reserva, ou seja, Castelo Branco rompia com as garantias de eleições em 1965 ao aceitar a extensão de seu mandato até 1967.¹²⁶

As discussões em torno do conceito do golpe e a periodização do regime seriam mais eficazes se tentassem alcançar a dimensão que comportam. Elementos principais em debate na última efeméride, o conceito de golpe e de ditadura não podem se confundir no processo analítico. Algumas pesquisas parecem pressupor que a ditadura teve início no momento seguinte à deflagração do golpe em 31 de março ou 1 de abril de 1964. Tendo a concordar com o autor, quando afirma que pouco se estuda sobre o processo golpista no que diz respeito ao consentimento em relação à solução autoritária em detrimento da manutenção de um governo democrático. Para o historiador é sintomático que consideremos o evento de 1964 como marco da nossa história recente pelo teor de violência que ele desencadeou. Todavia,

¹²⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. *Crítica Marxista*, v.19, 2006, p. 28-49

¹²⁵ FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias do golpe e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

¹²⁶ FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

considera fundamental pensarmos de que forma a sociedade que apoiou a intervenção expressaria apoio ou aquiescência em relação ao golpe? ¹²⁷

Quando não distinguimos as duas coisas, vendo o golpe apenas como o evento inaugurador da ditadura, abrimos caminho para as leituras vitimizadoras, segundo as quais a sociedade – supostamente democrática- teria sido vítima de militares sádicos e desarvorados. Isso certamente não é correto. ¹²⁸

A percepção ao cinquentenário do golpe de 1964, no que diz respeito às pesquisas na área de História, é de que há um processo de continuidade em relação aos temas abordados na última década. O aumento vertiginoso de pesquisas sobre o tema, principalmente estudos a respeito de regiões afastadas do eixo Rio de Janeiro - São Paulo tem sido a grande novidade historiográfica. Pensar o golpe em regiões distantes da capital e perceber como foi o processo repressivo nesses locais é fundamental para a compreensão global da ditadura.

Nesse sentido, o desenvolvimento de programas de pós-graduação em instituições do interior do país durante a última reforma universitária, em 2003, nos ajuda a perceber uma mudança na pesquisa histórica nos últimos anos. O investimento em pesquisa e infraestrutura tornou possível a diversificação das linhas de pesquisa na área de História. Além disso, o financiamento de projetos garantiu melhorias na gestão e criação de novos laboratórios, assim como a aquisição de equipamentos e demais recursos necessários ao desenvolvimento científico.

Desse modo, ter um espaço de discussão extraclasse sobre teoria, historiografia, fontes e métodos de pesquisa ajudou a moldar um novo tipo de graduando, mais consciente do papel do historiador e de seus objetos de pesquisa. E esse discente preparado em “longo prazo”, imbuído por novos aportes teóricos e estimulado pela crítica das fontes vem utilizando métodos de pesquisas diferenciados para a análise de temas relativos ao regime militar em regiões afastadas dos centros de maior produção.

Se compararmos as produções atuais com as de duas décadas atrás, percebemos um aumento considerável nos temas sobre movimentos sociais urbanos, arte e da cultura como expressão política, economia, assuntos relacionados às esquerdas, imprensa, censura, crônicas dos diversos governos, movimento estudantil e estudo do golpe. Porém, é necessário ressaltar

¹²⁷ Op. cit, 2014, p. 118-121

¹²⁸ Idem, p. 120-121.

pontos de diferença entre as produções realizadas nesse período (1994-2014), uma vez que os indicadores já demonstravam uma predominância de estudos sobre o período republicano ainda na década de 1980, como apresentam Ronald Polito e Carlos Fico:

Com respeito aos estudos do período republicano, mantêm-se geralmente estáveis os níveis de interesse entre os períodos de 73/79 e 80/89, mesmo que se verifique, um crescimento de trabalhos sobre História do Brasil pós-64, segmento, contudo, com baixa representatividade numérica nos dois períodos. Ou seja, dos trabalhos sobre a época republicana, 42,8% referem-se a Primeira República (1889-1930), 23,2% ao período de 1930-1964, e 7,5% ao período pós-64, além dos que abordam fases múltiplas do período republicano.¹²⁹

Embora a análise demonstrasse a baixos índices de pesquisa sobre Brasil Pós-64, apenas 7,5%, o cenário posterior foi de crescimento gradativo de interesse por temas sobre o Brasil pós-1964. Os números da década de 1980 nos dão a dimensão de que temas relativos à ditadura ainda eram bem esparsos, sendo mais comuns em núcleos de pesquisa das regiões Sul e Sudeste, que também concentravam número maior de instituições de pós-graduação. Porém, a partir dos anos 2000 a situação se modifica, levando os temas relativos ao Brasil pós-1964 ao patamar de mais estudados no que tange ao período republicano.¹³⁰

Diversos pesquisadores falaram sobre a produção historiográfica durante suas conferências nos eventos relativos no cinquentenário do golpe. Rodrigo Patto Sá Motta, ao avaliar a última década de produção durante evento na Biblioteca Nacional, se defendeu daqueles que rotulam pesquisas como revisionistas afirmando que “há mais memória do que produção histórica”.¹³¹ Para ele, é necessário rigor acadêmico e visão crítica para que seja possível conceber análises mais amplas e de temas pouco explorados como militares, a participação social no golpe através da reflexão do sentido da “legitimidade do golpe” e outras que possam contribuir verdadeiramente para o conhecimento sobre o período.

Na obra *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária* Motta faz duas afirmações interessantes. A primeira de que o golpe de 1964 foi anticomunista e não antirreformista; a segunda complementa a primeira, pois considera que parte dos apoiadores do golpe era favorável às reformas desde que elas não

¹²⁹ POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP. 1992, p. 53-54.

¹³⁰ Sobre isso ver: NEVES, Lucília A. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. Niterói: *Revista Tempo*. N.28, 2009. Pp. 130.

¹³¹ Rodrigo P. S. Motta esteve presente no evento *Os Cinquenta Anos do Golpe na Biblioteca Nacional* realizado entre os dias 27 e 28 de março de 2014. Ver Tabela 2.9, capítulo 2.

estivessem ligadas a revolucionários.¹³² Das hipóteses norteadoras de seu trabalho, compreende “que o Estado autoritário implantado em 1964, embora incorporasse demandas para romper com o passado, sofreu a influência de tradições arraigadas e de elementos que podem ser considerados parte da cultura política brasileira”. Estes elementos se expressam pelas relações no interior da “modernização autoritário conservadora”.¹³³

Em certa medida, o trabalho de Sá Motta dialoga com outros historiadores que se empenham em compreender os meandros do golpe buscando as alternativas autoritárias através do fator “conciliação”. O jogo de acomodação e conciliação é interpretado como “parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país (...)”.¹³⁴

Ao lançar *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, junto a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis, além da obra anteriormente citada, ambas pela editora Zahar, Rodrigo Patto Sá Motta fala da importância de se investigar o aparelho ditatorial em suas diversas formas de atuação. Assim, as universidades merecem um olhar mais atento por terem sido diretamente afetadas pelo controle do Estado. Com a reforma universitária em 1968, inaugurou-se um grande período de modernização que, em contrapartida, levou-as a enfrentar grande repressão e expurgo de profissionais da educação e técnico-administrativos. Apesar do modo autoritário com que a reforma foi feita, muitos profissionais do setor teriam apoiado e participado ativamente da elaboração de um novo projeto universitário.

De fato, o historiador, ao se deparar com fontes que demonstram esse tipo de participação civil, deve estar atento ao contexto das decisões dos atores envolvidos, percebendo aquilo que Motta considera flexibilidade ambígua, manifesta tanto pelos agentes do Estado quanto pelos intelectuais num jogo de benefícios mútuos. Para Motta, os 50 anos do golpe de 1964 foram

O momento (...) propício para estudar aquele doloroso momento com o distanciamento crítico possível, evitando, ao mesmo tempo, a sedução das paixões que o tema desperta e a busca ingênua de neutralidade.
A intenção é mostrar o desenrolar ambíguo e por vezes contraditório do regime militar, cuja expressão máxima foi a modernização conservadora. A ambiguidade e a

¹³² MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 9

¹³³ Idem, p. 12.

¹³⁴ Ibidem, p. 14-15.

flexibilidade, que abrem caminho para a acomodação e a conciliação, são aspectos-chave da cultura política brasileira, encontráveis à direita e à esquerda, tanto na sociedade quanto no Estado. O regime militar foi influenciado também por esse quadro cultural, e essa realidade contribuiu para amortecer a violência política em determinados momentos, envolvendo certos agentes sociais em jogos de acomodação com o Estado autoritário. É importante destacar que a ambiguidade e a flexibilidade se manifestaram nos dois “lados”, tanto da parte dos líderes intelectuais quanto dos agentes estatais, em jogo de mão dupla, implicando benefícios mútuos também. Analisar esse processo levando em conta sua complexidade e seu caráter paradoxal é indispensável para a adequada compreensão do significado do regime militar, fugindo-se de imagens simplistas e, exatamente por isso, confortadoras. Mais ainda: é esforço significativo para a superação do legado autoritário e, quem sabe, da faceta negativa da tradição conciliatória nacional.¹³⁵

O historiador Daniel Aarão Reis parece dialogar com Motta no que tange a necessidade de a historiografia afastar-se das paixões que obscurecem a visão crítica do pesquisador, tendo defendido a necessidade do afastamento das memórias negativas no sentido de tê-las como guia de análise e, para isso, uma saída possível seria estudar o objeto no longo prazo. Para Reis, o que historiografia tem feito em sua maioria é buscar responder questões relativas ao caráter repressivo mesmo sem acesso aos arquivos sigilosos, porém, ainda há o que desenvolver. Perceber como eram as relações da sociedade com o Estado durante a ditadura seria enriquecedor.¹³⁶

Entre os debates polêmicos estão historiadores que se debruçam sobre as terminologias do golpe enquanto civil-militar, militar e empresarial-militar. Reis defende o termo “civil-militar” por acreditar que a denominação “golpe militar” não dá conta do processo, uma vez que anula os civis que apoiaram o golpe e que, segundo o autor, fizeram parte do governo.

Por outro lado, não se trata apenas de recuperar a participação ativa das lideranças civis no processo da ditadura, mas também entender aquilo que eu denomino ‘as complexas relações entre sociedade e ditadura no Brasil’. (...) Foram milhões de pessoas que participaram dessas marchas [Marcha da Família com Deus pela Liberdade] e essas marchas queriam a ditadura, quer dizer, queriam a derrubada do governo legal e constitucional.(...) Posteriormente, ao longo da ditadura nós tivemos momentos importantes do processo nos vários governos ditatoriais em que através de eleições e de outros episódios, foi possível constatar que importantes segmentos da sociedade brasileira apoiavam governos ditatoriais. (...) Ora, se você for analisar minuciosamente o período, você vai descobrir que pra muita gente esse período foi também período de ouro; muita gente progrediu, muita gente adquiriu propriedades,

¹³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução. In: *As Universidades e o Regime Militar: Cultura Política brasileira e a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014. p. 21.

¹³⁶ MOURA, Arthur; XAVIER, Felipe; CHAVES, Daniel. *A ditadura civil-militar* por Daniel Aarão Reis. Entrevista. Niterói: 202 Filmes – UFF, 01 de abril de 2013. Vídeo disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=vwVSRcjpGjY>>

muita gente adquiriu o seu primeiro carro, muita gente teve acesso a ensino de pós-graduação. A ditadura relançou o CNPQ e a CAPES que eram instituições que estavam relativamente atrofiadas. (...) Houve durante a ditadura formas de participação que requerem estudos para serem mais bem compreendidas. Penso que continua sendo um desafio estudar e compreender melhor o tempo da ditadura para compreender não só a participação ativa de elites civis durante todo o tempo, mas também as relações complexas da sociedade com a ditadura. Nem toda sociedade resistiu à ditadura, nem toda sociedade lutou contra a ditadura. Houve muita gente que apoiou, houve muita gente que apoiou e depois desistiu de apoiar, depois voltou a apoiar e isso precisa ser estudado para que a gente possa entender os fundamentos sociais da ditadura e do autoritarismo no Brasil.¹³⁷

Nesse trecho da entrevista concedida em 2013, Daniel A. Reis fala de aspectos que ainda são sensíveis à historiografia sobre o regime, ou seja, “complexas relações entre sociedade e ditadura”. Defendendo o termo civil-militar, amplamente ponderado na década de 1980 por René A. Dreiffus em *A Conquista do Estado*, Reis propõe que se amplie o olhar acerca da sociedade durante o regime. De acordo com Reis, é necessário identificar os momentos de participação social nas atividades oficiais do Estado, deixando implícita a ideia de que houve, em certos momentos, concessão social diante o Estado autoritário. Todavia, não se pode determinar o pensamento social a partir de escolhas e ações de determinados grupos em um dado momento e local, o que demonstra a complexidade dessa relação.

Neste sentido, o argumento de historiadores como Carlos Fico, Daniel A. Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta e Samantha Viz Quadrat, corroboram com a ideia de que só conseguiremos interpretar aquele período se nos desprendermos de certos paradigmas que nos impedem de perceber a sociedade envolta tanto no golpe quanto na ditadura, seja sua participação dentro ou fora do Estado. Sobre esse ponto, Carlos Fico concorda que o golpe foi civil-militar, pelo comprovado apoio social à alternativa autoritária, mas não acredita que tenha existido uma ditadura civil-militar entre 1964-1985.

Para Fico, a ideia de chamar a ditadura como civil-militar parece equivocada porque os civis que deram o golpe foram paulatinamente afastados pelos militares. Além disso, as pessoas que haviam apoiado o golpe prevendo eleições presidenciais diretas em 1965 foram surpreendidas pelo Ato Institucional nº 2 que cassou o mandato de vários políticos, perseguiu, exilou e puniu pessoas, levando muitos dos que apoiaram inicialmente a se colocarem contra os militares. Em síntese, o fato de o presidente ser eleito indiretamente e ter seu poder posto acima dos demais, já representa um Estado de exceção mesmo que intelectuais e outras

¹³⁷ Idem. Trecho transcrito de entrevista Daniel Aarão Reis concedida a 202 Filmes –UFF. Grifos meus.

parcelas sociais tenham sido cooptadas por ele, de modo que a ditadura foi, em sua visão, essencialmente militar.

Em relação à periodização - outra polêmica do cinquentenário - Daniel Aarão Reis defende uma classificação mais curta, considerando que a ditadura foi civil-militar e perdurou de 1964-1979. Segundo Reis, a Lei de Anistia marcou o fim da ditadura e o início de um “Estado de direito autoritário” até a promulgação da Constituição de 1988.¹³⁸ Já Renato Lemos, que também gerou polêmica ao propor uma nova denominação ao evento golpista, visualiza o golpe como empresarial-militar, pois naquele momento, a elite empresarial, temerosa quanto aos rumos do governo de Jango, teria concordado com a solução autoritária bem antes de 1964 e permanecido apoiando os militares durante a ditadura.¹³⁹ Para ele, a polarização daquele período não permitiria que se rompesse com o governo legal sem os militares e, em contrapartida, eles não poderiam se manter no governo sem o respaldo da elite empresarial, a qual obteve ganhos financeiros e viu o desenvolvimento estrutural necessário para a manutenção de um estado capitalista moderno.

Apesar das críticas a essa periodização e as discussões relacionadas à denominação do golpe como “militar”, “civil-militar” ou “empresarial-militar”, esses debates foram de longe os que mais repercutiram no meio acadêmico.¹⁴⁰ Em um desses encontros, um pesquisador considerou o assunto como meros “nominalismos” que partem da ideia equivocada de que ao conferir nomenclatura poderíamos compreender os acontecimentos. De certo modo, a academia esperava que o cinquentenário pudesse ser tão ou mais marcante quanto os 40 anos do golpe, já que os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e as vertentes estaduais expuseram testemunhos corajosos de muitos brasileiros e as diferentes faces da violência do Estado. Talvez a novidade estivesse no volume de pesquisas acadêmicas sobre diferentes

¹³⁸ Essa ideia foi apresentada por Daniel Aarão Reis durante o Seminário Internacional 50 anos do Golpe. Evento realizado no dia 04 de abril de 2014 na UERJ. Ver tabela 2.9, capítulo 2.

¹³⁹ Renato do Couto Lemos apresentou suas ideias durante as aulas 7 e 8 da disciplina 1964: 50 anos do golpe; em abril de 2014, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Aguardávamos alguma sistematização delas em artigos ou publicações na ocasião, mas desconhecemos a elaboração destes trabalhos, embora outros autores tenham se debruçado na questão; ver: SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. *Militares e Política*, n. 9, jul-dez 2011, pp. 52-63. Parte das ideias de Renato Lemos pode ser acessada em <<http://www.youtube.com/watch?v=s8GztOZaw7k>>

¹⁴⁰ Ver mais sobre a tônica do debate historiográfico em: LEMOS, Renato Luís C. Neto e. *A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica*. Carta enviada ao jornal *O Globo* como comentário ao artigo do prof. Daniel Aarão Reis “A ditadura civil-militar”, publicado no caderno Prosa & Verso de 31 de março de 2012. Rio de Janeiro: O Globo, 2012.

aspectos do período ditatorial, embora poucas se aventurem na compreensão do processo autoritário gestado antes de 1964.

Em torno da repercussão acadêmica da efeméride, houve uma confirmação da tendência de estudos sobre o regime a partir de um viés cultural, principalmente pesquisas sobre teatro, música, revistas e jornais como meio de resistência à ditadura. Ademais, estudos de caso de militantes, movimentos estudantis, sindicais, entidades religiosas, partidos de esquerda, e, em menor número, estudos sobre os militares, estão entre os principais objetos de estudo. Nesse sentido, a historiografia tem recebido contribuições interessantes com pesquisas sobre o processo ditatorial em diferentes regiões do Brasil, o que é muito positivo. Para Carlos Fico, existe muita documentação inexplorada, o que leva à obscuridade em relação a diversos objetos. De acordo com o autor, não pesquisamos 70% das fontes oficiais e, por isso, a “abordagem regional” é de suma importância, já que nos leva a conhecer como o golpe foi vivido nesses locais.¹⁴¹ Tendo em vista que o Brasil concentra, atualmente, parcela maior de instituições de ensino superior público fora de regiões metropolitanas e capitais, os estudos “regionais” estão se destacando, pois utilizam acervos sob a guarda de arquivos estaduais, usam depoimentos orais, imprensa, arquivos pessoais ou de entidades civis, entre outras que estão em parte, disponíveis no Arquivo Nacional.

Por fim, diversos jornais de grande circulação como o *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e a *TV Brasil* (canal da EBC) realizaram reportagens, exibiram documentários ou lançaram edições especiais sobre os 50 anos do golpe de 1964 em suas páginas na internet.¹⁴² Nesse sentido, fazer da efeméride parte da programação jornalística nos leva a perceber quanto do processo ditatorial ainda deixa marcas na sociedade. Mesmo com a instauração da CNV e da divulgação de depoimentos polêmicos entre 2013 e 2014, o alcance social para os trabalhos da comissão, bem como eventos e mobilizações por espaços de memória durante os 50 anos do golpe de 1964 não surpreendeu.

No meio político, vários representantes do poder público lembraram a efeméride em discursos oficiais tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados e assembleias estaduais.¹⁴³ Entre eles, o discurso de Dilma Rousseff, ex-presidente política e atual presidente do

¹⁴¹ LEAL, Bruno. *1964: 50 anos do Golpe* por Carlos Fico. Entrevista exibida online no programa Café História em 15/01/2014 <<http://www.youtube.com/watch?v=Dm6J7kc3DBc>>

¹⁴² Essas informações estão nas tabelas 2.9 e 2.10, capítulo 2.

¹⁴³ Ver *Relação de eventos sobre os 50 anos do golpe no estado do Rio de Janeiro*, Capítulo 2.

Brasil, repercutiu em todos os meios. Através dele, várias questões relacionadas à memória foram apresentadas, demonstram a visão negativa do processo ditatorial e a ideia da verdade ser representada pela memória da vítima, fator fundamental para a construção da história do país.

Cinquenta anos atrás, na noite de hoje, o Brasil deixou de ser um país de instituições ativas, independentes e democráticas. Por 21 anos, mais de duas décadas, nossas instituições, nossa liberdade, nossos sonhos foram calados. (...) Aliás, como eu disse quando instalamos a Comissão da Verdade, a palavra “verdade” na tradição ocidental nossa, que é grega, é exatamente o oposto do esquecimento e é algo tão forte que não dá guarida para o ressentimento, o ódio, nem tampouco para o perdão. Ela é só e, sobretudo, o contrário do esquecimento, é memória e é história. É nossa capacidade de contar tudo o que aconteceu.(...) A grande Hannah Arendt escreveu um dia que toda dor humana pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história. A dor que nós sofremos, as cicatrizes visíveis e invisíveis que ficaram nesses anos, elas podem ser suportadas e superadas porque hoje temos uma democracia sólida e podemos contar nossa história.(...) E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. E acrescento: quem dá voz à história somos cada um de nós, que no nosso cotidiano afirma, protege, respeita e amplia a democracia no nosso país.¹⁴⁴

Apesar da dificuldade de expor todos os eventos e publicações, nosso esforço se deu, sobretudo, em divulgar as discussões mais recentes que circundaram o cinquentenário do golpe de 1964.¹⁴⁵ De fato, nota-se um interesse crescente por temas relacionados à ditadura militar. Entretanto, não se deve desconsiderar as memórias de ex-militantes e/ou presos políticos, nem suas biografias, assim como também não se pode ignorar o pensamento de militares da reserva que defendem a ideia de revolução de 1964. Nesse sentido, todas as dimensões possíveis devem ser igualmente examinadas.

É necessário que a historiografia consiga se abrir para novos temas, para novas possibilidades de análise a partir daquilo que já foi produzido, ou seja, observar o que está por trás de memórias que foram constantemente reafirmadas e que se tornaram parte do senso comum, também é um exercício interessante para a compreensão do pensamento social. Além disso, fazer perguntas diferentes às fontes oficiais disponíveis também pode levar a outras respostas. Nesse sentido, o maior destaque dessa efeméride foram os trabalhos produzidos em instituições de menor destaque historiográfico, na medida em que trouxeram elementos até então desconhecidos.

¹⁴⁴ Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante assinatura do contrato para construção da ponte sobre o rio Guaíba - Brasília/DF. Palácio do Planalto, 31 de março de 2014.

¹⁴⁵ Levantamos algumas publicações através da Biblioteca Nacional e no site de editoras. Ver listagem no capítulo 2.

Contudo, ainda existem poucas pesquisas sobre o golpe de 1964 em si, uma vez que a maioria delas o entende como evento episódico que origina o regime, sem dar a devida atenção ao processo golpista. Além disso, as lacunas quanto à caracterização da composição social das décadas de 1960 e 1970 estão sendo preenchidas gradativamente com pesquisas relacionadas ao trabalhador rural e urbano no período, por exemplo, percebendo quem eram essas pessoas, qual a qualidade de vida delas, onde moravam e se a ditadura gerou benefícios para as classes subalternas.

Análises de longo prazo compreendendo as relações políticas estabelecidas em outros momentos na República poderiam nos ajudar a entender o porquê da solução autoritária empreendida através do discurso de restauração da ordem e que foi, tantas vezes, consentida socialmente na história do Brasil. Sobre as questões sensíveis levantas principalmente pelo historiador Carlos Fico, o desafio para a historiografia é conseguir romper com antigos paradigmas e se abrir a temas até então inexplorados. Enfim, se “há mais memória do que história”, como afirmou Rodrigo Patto Sá Motta, devemos descobrir caminhos que permitam utilizá-las sem um fim delineado, mas de modo crítico e consciente dos silenciamentos suscitados por ela.

3.1 As publicações no cinquentenário do golpe de 1964

Além dos eventos acadêmicos e não acadêmicos, de manifestações culturais e mobilizações pela “descomemoração” dos cinquenta anos do golpe de 1964, destacamos a reedição de obras e publicações diversas por especialistas e autores de memórias dos tempos sombrios da ditadura.¹⁴⁶ Na relação de livros avaliados pela Capes, cujas publicações ocorreram entre 2013 e 2014, consta 4.345 títulos produzido por diversos programas de pós-graduação em História.

A respeito das publicações de História do Brasil contemporâneo, fizemos a filtragem através de palavras-chave específicas e gerais, a saber: golpe, ditadura, regime, autoritarismo, Brasil; em que selecionamos 60 títulos com relação direta aos 50 anos do golpe. Essas publicações foram editadas em 26 programas de pós-graduação, com destaque para UFF (11),

¹⁴⁶ O calendário de “descomemoração” do golpe foi organizado pela PUC-RJ e divulgado amplamente entre os acadêmicos no Rio de Janeiro em 2014. Os detalhes dos eventos estão no capítulo 2, item 2.2, 2014.

UFRJ História Social (6), UFRJ Ensino de História (6), UNIOESTE (4), UFRGS (3), UERJ História (3) e FGV (3). Estes dados foram expostos com a finalidade de destacar o *locus* da produção, mas não representam com exatidão o todo produzido por docentes nos anos avaliados. A planilha “Livros Capes” foi gentilmente cedida em meados 2015 pela coordenação da área de História e demonstra em alguns casos, o nome da obra repetido em várias linhas. Então, supomos que aquela obra “X” foi organizada por docentes permanentes de programas diferentes ou seria coletânea em que diversos pesquisadores tivessem contribuído.¹⁴⁷ As produções técnicas somam 133 capítulos de livro, obras completas, anais de eventos, apresentação, prefácio e organização de coletânea, sobre o processo golpista e ditatorial no Brasil em diversas óticas.

Entre as publicações destacamos trabalhos reeditados ou produzidos em face dos 50 anos do golpe, que ressaltam o autoritarismo no Brasil e o regime ditatorial iniciado com o ato golpista de 64, o governo Jango, ditaduras na América Latina, memória e transição política, intelectuais, esquerdas, imprensa, universidades, territórios e a organização social, questões de gênero e feminismo, movimentos sociais diversos (sindicais, estudantis, agrário, outros), segurança nacional e especificidades do aparato de controle, atores políticos e agentes da repressão, entre outros.¹⁴⁸

Os encontros nacionais organizados bianualmente pela Associação Nacional de História (ANPUH) congregam pesquisadores de todo o país em reuniões setoriais, conferências, mesas redondas, comunicações coordenadas e livres, além de promover atividades culturais nas edições mais recentes. Enquanto espaço de divulgação, mantêm os cadernos de programação de eventos que, para nós, é fundamental para demarcar momentos diferentes da historiografia brasileira pós-1964. Assim, elegemos apenas três cadernos dos encontros de 1995, 2005 e 2015, representando duas décadas de produção, a fim de apreendermos os tipos de pesquisa em curso.

Não temos a pretensão de fazer um balanço da produção desses eventos, mas selecionamos alguns trabalhos de Brasil contemporâneo que tiveram grande representatividade em 1995, seguindo as tendências historiográficas apontadas para os anos

¹⁴⁷ Pela repercussão no meio, conseguimos facilmente identificar alguns casos e nos demais, a própria tabela indicava ser uma Apresentação de obra ou prefácio, que também foram inclusos nos 133 títulos que selecionamos.

¹⁴⁸ Na tabela 2.10 no capítulo 2 é possível verificar alguns lançamentos em 2014.

1990 por Fico e Polito.¹⁴⁹ Nosso interesse ao selecionar trabalhos relacionados à ditadura e seu contexto, foi ilustrar o que vinha sendo pesquisado no espaço acadêmico. É necessário ressaltar que o evento segue uma linha temática geral, discutida mais especificamente nas conferências e em algumas mesas redondas.

No caderno de 1995 é possível notar a prevalência de pesquisas sobre História do Brasil até o governo Vargas, reflexões em menor grau sobre o governo JK, o período ditatorial, estudo de questões atuais à época - como o impeachment de Collor¹⁵⁰ - e questões políticas locais até o momento do evento.¹⁵¹ Havia ainda uma baixa incidência de comunicações sobre o tema se comparada aos anos posteriores, embora a relação de conferências sobre temas correlatos expressasse que o interesse pela história recente do Brasil crescia.

Tabela 3.1

Mesas redondas:
Identities contemporâneas: música e mudança de comportamento nos anos 1960 (MR 0006) <i>Expositor: Luis Carlos Soares (UFF), Debatedora: Rachei Soihet (UFF), Debatedor: Francisco Carlos T da Silva (UFRJ)</i>
A identidade dos partidos dos trabalhadores: partidos e trabalhadores no Brasil [PCB, PSB, PTB] (MR 0007) <i>Expositora: Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV), Debatedora: Margarida Vieira (UFMG), Debatedora: Ângela de Castro Gomes (UFF)</i>
História, Democracia e Direito (MR 0011) <i>Expositora: Virgínia Fontes (UFF), Debatedora: Sílvia Lara (UNICAMP), Debatedora: Márcia Maria Mendes Motta (UFF)</i>
Identidade e diferenciação: o Gênero enquanto questão (MR012) <i>Expositora: Rachel Soihet (UFF), Debatedora: Joana Maria Pedro (UFSC), Debatedora: Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)</i>
Perspectivas teórico-metodológicas da produção acadêmica em História Política (MR019) <i>Expositora: Maria de Lourdes Mônaco Janotti (USP), Debatedora: Maria Helena Rolim Capelato (USP), Debatedora: Vavy Pacheco Borges (UNICAMP)</i>

¹⁴⁹ Op. cit

¹⁵⁰ NAPOLITANO, Marcos. *Mídia, mobilização e memória: o movimento pelo 'impeachment'*. (UFPR) Comunicação Livre, XVIII Simpósio Nacional de História. Recife (UFPE), 1995.

¹⁵¹ A mesa em destaque apresenta trabalhos relacionados ao golpe e a redemocratização. Comunicações Livres ocorridas na UFPE, 1995. Mesa Temática: *Regionalismo e identidade política*. SILVA, Virginia Maria Tavares da. Modernização nas relações políticas: elites cearenses e governo central (1985-1994), (UFCE) - Coordenadora da Sessão. COELHO, Waldeck Pinheiro. Paraíba 1994: processo eleitoral, (UFPB). CITTADINO, Monique. O processo político-partidário na Paraíba (1945-1964), (UFPB).

Problemas e Paradigmas dos Estudos da história Contemporânea: Os acervos e a documentação (MR 0025) <i>Expositora: Zilda Márcia Gricoli Iokoi (USP), Debatedora: Maria Aparecida Aquino (USP), Debatedor: Marcos Napolitano de Eugênio (UFPR)</i>
A historiografia contemporânea e a identidade do historiador (MR0026) <i>Expositor: François Dosse (IUFRRJ), Debatedor: Elias Thomé Saliba (USP), Debatedor: Francisco José Calazans Falcon (UFRJ)</i>
Os estudantes e a política: 1962-1992 (MR 0027) <i>Expositor: João Roberto Martins Filho (UFSC-São Carlos), Debatedor: Marcelo Ridenti (UNESP), Debatedor: Marco Aurélio Guedes (UFPE)</i>
Cursos de curta duração:
C13. Partidos e movimentos de esquerda no Brasil: estudos de caso. <i>Coordenadora: Dulce Chaves Pandolfi (FGV) Local: CFCH 105</i>

Fonte: ANPUH – Caderno de Programação. XVIII Simpósio Nacional de História. Recife, 1995.

Anteriormente denominadas “comunicações coordenadas”, os simpósios temáticos surgem como espaço para pós-graduação, enquanto a iniciação científica mantém os painéis como meio da divulgação da pesquisa, cujo formato foi apresentado pela primeira vez no Simpósio Nacional realizado em Londrina (UEL) em 2005. Nessa edição, cujo tema foi “Guerra e Paz”, foram propostos 83 simpósios temáticos variados e diversas apresentações de painéis (558); consta ainda o total de 468 trabalhos apresentados.¹⁵² Entre os temas de simpósios, dois debateram especificamente a ditadura militar, mas caberiam pesquisas sobre o Brasil e outros países da América em outra dezena de propostas no que diz respeito à cultura e manifestações artísticas, violência e autoritarismos, biografias, instituições políticas e jurídicas no Brasil, intelectuais da república, História do tempo presente, mundos do trabalho urbano e rural, militares na política, autoritarismo republicano, fronteiras e identidades na América Latina.¹⁵³

O volume de inscrições e a diversidade de reuniões, encontros de grupos de pesquisa, minicursos, simpósios e apresentação de painéis, expressa a excelência da organização do evento e de seu resultado. Apesar das áreas temáticas gerais, os simpósios foram estabelecidos a partir de ementas específicas propostas a partir de cada área temática geral, possibilitando debates fecundos em simpósios mais delimitados. Sendo assim, os temas contemporâneos tiveram grande destaque em face da matéria escolhida pela associação, que concentrou ainda

¹⁵² Os anais e a programação completa dos eventos podem ser conferidos no endereço eletrônico da Anpuh-Nacional. Salientamos ainda que estes números foram apurados com base na programação publicada. <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S23.R.pdf>>

¹⁵³ Conferir Anexo ao Capítulo 3 – Relação de Simpósios Temáticos, XXIII Simpósio Nacional de História. *História: Guerra e Paz*. Londrina, PR, 2005.

volume maior de propostas relativas a História mundial, não brasileira, embora a maior parte dos painéis e comunicações discutissem História do Brasil.

Nos simpósios “Os impactos da Ditadura Militar (ST27)” e “Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro (ST38)” os principais objetos de estudo foram o golpe de 1964 e a ditadura.¹⁵⁴ Os 22 trabalhos inscritos no ST27 discutiram sobre militância, resistência, partidos políticos (PCB) e o projeto reformista da década de 1960, imprensa, esquerdas, memória, anistia, ditadura e Igreja Católica, movimento estudantil, universidades, propaganda política do regime, música e cultura popular, territórios (indígenas). Enquanto o ST38, além de alguns dos citados no anterior, divulgou 34 pesquisas acerca dos processos autoritários transcorridos no Brasil, formação do partido ARENA, práticas do poder local, censura de diversões públicas, julgamento de crimes políticos no STF e na Justiça Militar, anticomunismo, terrorismo de estado e aparatos de controle.

Na análise desses dois momentos, notamos que, entre 1995-2005, houve ampliação significativa de pesquisas que não devem ser avaliadas somente por tipos temáticos e números, as quais se apresentam mais refinadas no que diz respeito a variedade de fontes empregadas, reflexões acerca dos embates de memória e justiça de transição por exemplo. A luta pela recuperação de documentos produzidos no contexto ditatorial - tanto pela resistência quanto pela repressão estatal - compõe a memória coletiva e demonstra o empenho pela disponibilização de documentos visando pesquisa. Esse é um dos elementos para interpretar o avanço das reflexões sobre ditaduras. No início da década de 1990, os acervos das delegacias de ordem política e social das antigas secretarias de segurança pública (DOPS) começaram a ser liberados gradativamente pelos estados, ações de grande importância para a comunidade acadêmica.

3.2 Os embates de memória e as questões sensíveis em debate

¹⁵⁴ FILHO, Antônio Rago; VIEIRA, Vera Lúcia (Coord.) Simpósio Temático Os impactos da ditadura militar. Área temática: História, Política e Poder. Caderno Programas e Resumos - XXIII Simpósio Nacional de História. *História: Guerra e Paz*. Londrina, PR, 2005, p. 39. FICO, Carlos; AQUINO, Maria Aparecida (Coord.) Simpósio Temático Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. Área temática: História, Política e Poder. Caderno Programa e Resumos - XXIII Simpósio Nacional de História. *História: Guerra e Paz*. Londrina, PR, 2005, p. 50.

O reconhecimento de um povo e a construção de sua identidade se dá pela significação de sua memória.¹⁵⁵ Essa percepção também diz respeito a eventos marcantes, ou porque não destacar, eventos sensíveis cujos fatos do passado não muito longínquo ainda causam sensações diversas. A História do Tempo Presente no que diz respeito ao tratamento das fontes, nas palavras de Pieter Lagrou é “mais convencional que aquela de períodos anteriores, nos quais a falta de fontes conduz à inventividade e à inovação metodológica”.¹⁵⁶ De tal modo que a originalidade e desafio do pesquisador do tempo presente estão na abordagem particular às fontes, uma vez que ele enquanto observador também é testemunha do processo.

O acesso aos arquivos e a disponibilização de documentos inacessíveis por determinação legal, dado caráter traumático dos eventos que o cerca, e o fato de haver vítimas e algozes ainda vivos, são questões que o historiador do tempo presente deve lidar. Assim, a preservação da memória é dever ético daquilo que se deve registrar para que não haja esquecimento. Desse modo, quando há busca pela verdade histórica amparada no registro da “memória”, tendo em vista as ditaduras e eventos causadores de violações de direitos, isso pode ser problemático se determinados fatos forem silenciados em prol de interesses discursivos específicos.

A disputa pela abertura está contaminada pelo tema do revanchismo, acusação feita por setores vinculados ou simpatizantes do antigo *establishment* autoritário aos setores que exigem conhecer a verdade sobre aqueles fatos do passado recente. É o medo de que apareçam os nomes dos responsáveis pela aplicação da tortura, nomes de delatores, o uso de métodos criminosos, a confirmação de apropriação de bens, posturas ignóbeis, etc.¹⁵⁷

O excerto de Enrique Padrós revela uma das faces em disputa pela memória da ditadura militar brasileira e que circunda, ainda, o tema da justiça de transição. Assim, o paradigma da emancipação definido por Lagrou, relacionado ao ofício do historiador do tempo presente, não deve ser perdido de vista. Para ele, o presente mantém relação imbricada ao passado, em que “O passado não está se perdendo, ele invade e infla o presente. (...) Ao historiador, então, [cabe] arrancar, relativizar ou aniquilar a autoridade absoluta de

¹⁵⁵ STAMPA, Inez; NETTO, Rodrigo de Sá. (Orgs). Apresentação. Arquivos da Repressão e da Resistência. Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p.11-12.

¹⁵⁶ LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JR, Gilson. *História do Tempo Presente*. Bauru: EDUSC, 2007, p. 35.

¹⁵⁷ PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-Graduação em história da UDESC. Florianópolis, v.1, n.1.jan/jun. 2009, p.41-42.

argumentos históricos, de discursos nostálgicos”.¹⁵⁸ Ainda que o Estado tenha promulgado a Lei de Acesso à Informação a fim de ampliar o acesso a documentos indisponíveis à consulta desde o fim da ditadura, existem instituições como o Arquivo Nacional a defender que tal abertura deva ser feita com critérios bem estabelecidos e cautela, na medida em que lidam com situações degradantes das vítimas.¹⁵⁹

Ao refletir sobre os documentos sensíveis e questões traumáticas em diferentes artigos e obras, Carlos Fico chama atenção para processos recentes no que diz respeito às políticas públicas para acesso a documentos sigilosos, secretos e ultrassecretos do regime. O historiador acredita que a transição inconclusa causou sentimento de frustração e fez da justiça transicional, meio de obtenção da reparação às vítimas, por meio de processos que comprovem a violação de direitos humanos, sendo iniciado tardiamente no Brasil.¹⁶⁰ A problemática de acesso a documentos sigilosos, além do extravio misterioso de arquivos públicos, nos dá a dimensão do quanto ainda há por estudar, embora a bibliografia sobre o regime seja vasta. O processo traumático ao qual pessoas comuns foram submetidas e que mudou o rumo de famílias inteiras, parece não receber a devida atenção do Estado e sociedade, refletindo o aparente desinteresse social pelos resultados apresentados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresentado em 2014.

Os procedimentos adotados nas diferentes determinações legais com vias de acesso aos arquivos da repressão e a cautela com que o Estado lida com a questão gerou, por vezes, desconfiança da comunidade científica interessada em analisar o material. Ainda sim, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou a Lei 9.140/1995 determinando a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.¹⁶¹ O Decreto 2.134/1997 dispunha acerca da categoria documento público sigiloso e acesso, significando avanço para a comunidade científica. A demanda de familiares de vítimas daquele período gerou reconhecimento da morte de mais de cem (100) pessoas e a criação de comissão para investigação de outros casos. Desse modo, as vítimas ou seus familiares deveriam passar pelo doloroso processo de reunião de provas para solicitar a reparação material na Comissão de

¹⁵⁸ LAGROU, Pieter. Op cit, p. 42.

¹⁵⁹ Sobre o acesso a esses documentos como garantia de que essas vítimas conquistem a reparação através de comissões de reparação, ver: STAMPA, Inez; NETTO, Rodrigo de Sá. Op cit, p. 125-126.

¹⁶⁰ FICO, Carlos. História do tempo presente, questões traumáticas e documentos sensíveis – o caso brasileiro. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, 2012. Vol. 28, n.47, p. 45-59.

¹⁶¹ Ver também ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p. 193-200. Jul-dez, 2008.

Anistia, criada no fim de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 2001, que também representa documentação importante no que diz respeito ao discurso da vítima e a reunião de suas memórias no processo de “acusação” do Estado na violação de direitos humanos. Mas ao fim do seu mandato em 2002, o Decreto 4.553 a vigorar no governo Luiz Inácio Lula da Silva no ano seguinte, revogava o anterior discutido amplamente com o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) e determinava que

Os documentos reservados tinham prazo de cinco anos e passaram para dez; os confidenciais subiram de dez para vinte anos; os secretos, de vinte para trinta anos, e os ultrassecretos (prazo inicial de cinquenta anos) podiam permanecer sigilosos para sempre. Além disso, as regras para desclassificação tornaram-se confusas. As comissões de acesso foram eliminadas, o Executivo passou a ser o único poder competente para a atribuição de sigilo e o número de autoridades com tal poder aumentou. Muito questionado quanto à sua constitucionalidade, o decreto ultrapassava a Lei 8.159/1991 ao estabelecer o prazo de cinquenta anos para os documentos ultrassecretos (já que o período máximo de classificação estabelecido pela lei era de trinta anos). § Inicialmente, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva aceitou a revogação do Decreto 2.134, em aparente arranjo com seu antecessor, o que motivou suspeitas diversas. Em outubro de 2003, entretanto, surgiram notícias na imprensa informando que o governo concordaria com a revogação do Decreto 4.553, o que se efetivou através de legislação afinal publicada em dezembro de 2004, quando foi criada a “Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas”, uma instância interministerial. Essa iniciativa foi transformada pelo Congresso Nacional na Lei 11.111, em maio de 2005.¹⁶²

Para elucidar o tema sensível, o trecho acima de Carlos Fico chama a atenção para alguns eventos transcorridos entre as décadas de 1990 e anos 2000 que elucidariam o trabalho do historiador na luta por acesso a documentos e o incômodo da sociedade diante a violência da repressão ditatorial. Segundo o autor, um dos indícios desse desconforto estaria na busca pelos restos mortais dos guerrilheiros da “Guerrilha do Araguaia” a partir de 2001, a veiculação na imprensa de imagens de presos políticos em dependências oficiais no ano de 2004 e a destruição de arquivos sob a guarda da Base Aérea na Bahia em 2005. Toda essa movimentação na imprensa levou à determinação da guarda pelo Arquivo Nacional de parte do acervo. Cabe lembrarmos ainda da comissão legislativa montada na cidade de São Paulo, para investigar o aparecimento de ossadas em vala comum no Cemitério Dom Bosco no bairro de Perus em 1990. O trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito Perus - Desaparecidos Políticos, foi publicado em 2012 através do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. O material é elemento importante para estudos sobre o local, e, sobretudo, para os familiares das vítimas.

¹⁶² FICO, Carlos, 2012. Op cit, p. 56-57

Em terceiro lugar porque ajuda a colocar, no lugar devido, o debate sobre a necessidade do esclarecimento das perseguições, assassinatos e desaparecimentos levados a cabo pelo regime ditatorial que teve início com o golpe de 1964. Esclarecimento dos fatos, para evitá-los no futuro, para deixar claro à sociedade que os algozes, que (se vivem em paz com suas consciências) não podem deixar de prestar contas à nação, pelos sofrimentos que causaram aos milhares de brasileiros e pelos descaminhos político, social, econômico e cultural que impuseram ao Brasil. Uma reafirmação contra a falácia de que o Estado usou métodos violentos para reagir à violência de grupos políticos que consideravam seus inimigos, sejam comunistas, democratas-cristãos, socialistas, guerrilheiros ou resistentes outros. Quem deu início à violência, assim como Benito Mussolini, Adolf Hitler e Juan Francisco Franco, foram eles, com o golpe de 1964 e às centenas de prisões e torturas, a exemplo do que foi feito com o dirigente comunista Gregório Bezerra, arrastado pelas ruas de Recife-PE em abril de 64. Reagimos aqui à nossa maneira, como à sua maneira o fizeram os partisans, na Itália; os combatentes das resistências francesa e grega na luta antifascista; dos argelinos contra a dominação colonial francesa, quando o aparelho de Estado deixa de ser o guardião da democracia, da segurança e do bem-estar de toda a população para privilegiar os interesses de um grupo, auto escolhido ou escolhidos ao arrepio da vontade popular e em nome desta subjugar a maioria do povo. Ao Estado, como o concebemos, em qualquer circunstância, não é dado o direito de prisões ao arrepio da lei, a torturar, sequestrar e matar, crimes imprescritíveis e que lei nenhuma pode tolerar.¹⁶³

O processo de requerimento dos acervos sigilosos pela comunidade científica que o autor analisou nos dá a dimensão do quanto os temas relativos à justiça de transição geram desconforto. Embora o Decreto 4.553 tenha sido acolhido como retrocesso e sinalizado possíveis arranjos políticos a fim de ampliar o sigilo aos documentos do regime, o Decreto 5.584/2005 ampliou a possibilidade de acesso aos documentos do regime, construindo assim um grandioso acervo sob a guarda do Arquivo Nacional. O fato criou novos debates em torno da pungência que os documentos poderiam representar, uma vez que trazia nomes próprios e poderia causar constrangimentos.

Ao expor percepções acerca dos embates de memória através de fatos observados no transcorrer da Comissão Nacional da Verdade criada em 2012, o historiador Mateus Henrique Pereira usou exemplos da internet para compreendê-la como mecanismo atual de “transmissão das memórias” em que a mídia contribui para o debate ao dar visibilidade.¹⁶⁴ Tendo o verbete “regime militar brasileiro” na Wikipedia como elemento, o artigo de Pereira é contribuição interessante e oportuna, pois ao utilizar percepções de agentes sociais sobre o processo político nos dá a dimensão da sensibilidade do tema e a fragilidade da democracia brasileira.

¹⁶³ CARDOSO, Ítalo; BERNARDES, Laura. *Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira*. Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. São Paulo: Instituto Macuco. Versão digital. 2012, p. 12.

¹⁶⁴ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte, v. 31, n.57, p. 863-902, set-dez 2015.

Para demonstrar a candência destes conflitos de memória, o autor chama atenção para o problema da apropriação de ideias do sistema Wiki, que apresenta um meio frágil de avaliação do conteúdo, porque permite a qualquer pessoa ofertar contribuição. Em certa medida, considera que esse sistema de busca cria simulacros de verdade a fim de legitimar distorções de memória.

Na Metapédia, por exemplo, não existe o verbete Golpe Militar e sim “contrarrevolução”, onde se lê: O **Contragolpe de 1964** (como é chamado pelos militares) ou **Golpe militar de 1964** foi uma ação bem sucedida efectuada pelo exército que supostamente tinha a finalidade de afastar o perigo do comunismo no Brasil. No entanto, a CIA e os Estados Unidos da América estavam por trás deste acontecimento, já que segundo eles, terroristas de esquerda queriam tomar o controle do país e o transformar em uma espécie de Cuba com influência soviética. Os militares agiram para evitar uma possível invasão militar estadunidense no Brasil e reprimiram os comunistas durante o período em que o Regime Militar esteve ao poder, entre 1964 e 1984.¹⁶⁵

Através da visão deturpada utilizada no verbete, que desconsidera qualquer literatura sobre o processo ditatorial, o discurso negacionista no que diz respeito à interpretação conceitual do golpe e à repressão ditatorial também foi estratégia adotada pelos setores militares durante os trabalhos da CNV. As demonstrações de apoio ao autoritarismo, mesmo passados mais de cinquenta anos do golpe de 1964, são graves demonstrações da fragilidade da democracia brasileira e reflexo de uma sociedade que conhece a ponta de iceberg no que tange a violência da ditadura brasileira.

Desse modo, tais manifestações de congratulações aos golpistas, como a ocorrida na Câmara dos Deputados em 2014, quando um deputado federal carioca estendeu faixa parabenizando os militares pelo 31 de março, entendendo positividade um processo político sangrento da história do país, são o que Paul Ricoeur caracterizou como “manipulação da memória com vias ao esquecimento”.¹⁶⁶ A “nova direita” brasileira seria, então, uma composição ampla de grupos civis e militares que tem a internet como principal veículo para disseminar ideias autoritárias e a defesa da intervenção militar. A impunidade aos algozes torna o discurso deste grupo mais eficiente e expõe a própria descaracterização da CNV e o baixo alcance social em face dos resultados apresentados.

¹⁶⁵ Idem, p. 871. Grifos do autor. N.A. “(Disponível em: http://pt.metapedia.org/m/index.php?title=Contragolpe_de_1964&oldid=18988; Acesso em: 15 abr. 2014)”

¹⁶⁶ Apud PEREIRA, M. p. 879.

De fato, tendemos a concordar com Ricoeur em sua avaliação de que “na dimensão social, só se pode perdoar onde se pode punir”.¹⁶⁷ Enquanto a extensão da violência da ditadura permanecer ocultada pelo sigilo dos arquivos da ditadura, a sensação de impunidade permanecerá induzindo o esquecimento. O processo conciliatório cunhado pelo regime tornou a transição democrática repleta do “entulho autoritário”, como bem define Daniel Aarão Reis. Enquanto não conseguirmos transpor as barreiras que impõem silêncio por parte das Forças Armadas, não nos será facultado o conhecimento em profundidade dos crimes da ditadura.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Idem, p. 885.

¹⁶⁸ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CONCLUSÃO

O mapeamento da produção historiográfica brasileira empreendida entre 1994-2014 foi pano de fundo para uma série de questões que se buscava esclarecer. A primeira delas diz respeito às efemérides do golpe de Estado de 1964 terem contribuído de algum modo para o aumento do interesse por pesquisas sobre este evento e a ditadura. De fato, essa percepção se sustenta se tomarmos não apenas as teses e dissertações, mas também os eventos não acadêmicos e movimentações da imprensa de cobertura das efemérides, o que de fato ocorreu ativamente em 2004 e em 2014.

As 921 teses e dissertações arroladas apenas nos dão um panorama da pesquisa de História do Brasil pós-1964 e confirmam previsões anteriores de que no período analisado, os temas sobre Brasil republicano ganhariam cada vez mais destaque. Nesse aspecto, não poderíamos inferir que a ditadura instaurada entre 1964-1985 é o processo político mais estudado do período republicano porque não avaliamos todo o conjunto. Mas, se comparado aos dados apresentados por Angela de Castro Gomes em levantamento apresentado na coletânea de grande repercussão - organizada por Samantha Quadrat e Denise Rollemberg -, o volume de produção entre 1995-2004 é bem menor do que se imaginava. Ainda sim, as teses e dissertações apresentadas por Gomes, resultantes de parte do período que analisamos nesta dissertação, permite afirmar que o processo autoritário varguista é objeto de estudo menos comum do que o posterior.

Uma segunda questão que perpassou todo o trabalho, embora estivesse por vezes subentendida na argumentação, diz respeito aos programas de pós-graduação do interior. Esse aspecto afinal foi o que motivou a elaboração dessa pesquisa. Enquanto estudante de graduação em uma instituição com essa característica, havia um incômodo em perceber que a bibliografia utilizada era composta pela historiografia clássica sobre o assunto e por historiadores com pesquisas de destaque no cenário acadêmico, ou seja, as disciplinas são organizadas em consonância com os debates acadêmicos. Contudo, Juiz de Fora tem sua história marcada pelo golpe; foi local de partida dos tanques do Exército que deflagraram o golpe de 1 de abril de 1964 e que, até o presente momento, mantém o equipamento militar exposto em praça pública. Por isso, a análise local do processo golpista não deveria deixar de ser elucidada nos cursos.

Embora não exista um núcleo específico para estudos do tempo presente e ditaduras na Universidade Federal de Juiz de Fora, em seis anos, foram doze dissertações defendidas no programa de pós-graduação de História, mas nenhuma aborda especificamente o golpe. Nesse sentido, quando discorremos sobre os programas denominando-os de “interior”, buscamos alcançar fundamentalmente, a dimensão de constituição intelectual desses programas. E por conseguinte, os eventos acadêmicos estrategicamente organizados em datas fundantes, utilizam temas relativos a uma espécie de “ano objeto”, que por nós foi tratado por efeméride e identificado ao evento golpista de 1964.

Além disso, as indicações sobre pesquisas de eventos decorrentes do golpe ou sobre o processo ditatorial em termos específicos, nas regiões afastadas do centro de poder ditatorial eram escassos e por isso, decidi empreender uma análise da historiografia acadêmica. Por essa razão, comecei a querer entender a literatura complementar que usamos na academia e que, para mim, poderia indicar os tipos de pesquisa em desenvolvimento no país. Enfim, buscava entender como foi o processo ditatorial em regiões mais afastadas desse núcleo de poder autoritário (composto pelas regiões Sul e Sudeste por ser centro político e econômico) e como era a relação entre Estado e sociedade.

Ao analisar as pesquisas brasileiras do tema em questão, buscávamos compreender se havia regiões que se sobrepujavam às demais no que diz respeito ao volume de trabalhos e a repercussão deles. Contudo, ao observar os dados do INEP e GEOCAPES de números gerais sobre a pós-graduação percebemos que esse questionamento não procedia, pois nas últimas décadas, houve crescimento impactante de universidades e unidades acadêmicas nas regiões de interior. A pós-graduação certamente acompanhou a graduação, ainda que numa velocidade distinta. Os dados do INEP apontam que das 195 universidades públicas e privadas, 111 são públicas e 63 estão localizadas no interior e 48 na capital de acordo com a tabela 1.5.¹⁶⁹

Na pós-graduação em História a maioria dos programas estão em capitais, embora, como afirmamos anteriormente, isso não caracterize predominância de certos programas em detrimento de outros. O fator preponderante para que mais defesas ocorram em programas de formação recente é a existência de orientadores e/ou núcleos de pesquisa interessados em auxiliar no desenvolvimento de trabalho que contemplem o período contemporâneo brasileiro.

¹⁶⁹ Ver Capítulo 1, p. 37.

As políticas do Estado de incentivo à pesquisa e extensão na educação superior elevou significativamente o mapa da educação no país. Conforme apresentamos no primeiro capítulo, a grande área Ciências Humanas é uma das mais contempladas com bolsas para discentes, o que nos leva a inferir que a História também esteja entre as mais contempladas.

Ao relacionar o processo de expansão da pós-graduação com as pesquisas de Brasil pós-1964, nosso interesse ao expor dados gerais foi comprovar que a questão regional não tem a influência no volume de defesas como poderia existir nas décadas anteriores. Isso porque o processo de interiorização dos programas, concessão de bolsas e a ampliação docente mudou o quadro de migração do pós-graduando, que muitas vezes era levado a empreender suas pesquisas fora da região de origem por não haver programas qualificados ou docentes interessados na orientação de determinados temas de pesquisa.

Com base nos dados coletados expusemos algumas questões. A primeira delas: As pesquisas de Brasil pós-1964 são em maioria relativas à História Política e ao processo ditatorial iniciado em 1964? No gráfico 2.8 do segundo capítulo, 36% das 921 teses e dissertações eram análises de Sociedade e Política, com temas como: antecedentes do golpe, governo João Goulart, golpe; ditadura; comunismo, anticomunismo, ideias; intelectuais; personalidades políticas, militares, civis; crônicas dos diversos governos; sistema repressor, censura, tortura, perseguições, expurgo, exílio; presos políticos, justiça militar; Igrejas; anistia, justiça de transição, abertura política, redemocratização; partidos políticos. Esse dado desfaz a ideia de que as análises sobre o período são estudos primordialmente de viés político, embora o resultado ainda seja superior aos demais.¹⁷⁰

Nas questões que seguiram: “b) Em que momento a ditadura passou a ser um tema explorado pela historiografia? e c) Em que medida as efemérides do golpe de 1964 contribuem para a ampliação das pesquisas sobre o golpe e o processo ditatorial?” Percebemos que as efemérides são marcos de referência a eventos cujas causas expressam rupturas drásticas, como no caso de golpes de estado, o termo é identificado a memórias negativas e sensíveis no interior de uma comunidade.

As efemérides são marco importante, pois permite que haja maior aglutinação de esforços em prol de eventos acadêmicos, publicações, mostras de arte e expressões culturais com fins educativos e de denúncia das práticas repressivas, coberturas jornalísticas. O

¹⁷⁰ O gráfico 2.8 está no capítulo 2, p. 73.

momento amplia o espaço para recordar e construir memórias de um período que não se deve esquecer para que evite quaisquer equívocos de retorno das práticas autoritárias no futuro.

Em relação às teses e dissertações não se detectou elevação de defesas no ano da efeméride. A nossa argumentação parte do princípio de que essas datas contribuem para a divulgação das pesquisas acadêmicas e inspiram outros trabalhos. Todavia, tomar tais marcos como meio analítico da historiografia especializada trouxe aspectos interessantes a esse trabalho, na medida em que identificou mudanças gradativas na academia, acompanhando as mudanças teóricas, tratamento às fontes e diferentes objetos de pesquisa.

Por conseguinte, a pesquisa histórica sobre a ditadura e o golpe se destaca na história do Brasil recente. Ainda que tenha existido muita resistência acadêmica em trabalhar questões do tempo presente, somente após o fim da ditadura brasileira de 1964-1985 os trabalhos da área de História sobre o evento golpista e seus desdobramentos foram empreendidos com mais vigor. A análise estrutural, conjuntural e das memórias de atores envolvidos no processo foi fundamental para se conhecer o período.

Entre 1980-1989 as publicações em artigos científicos brasileiros sobre Brasil pós-1964 era de 7,1% do total em incidência, 16,1% era sobre “república de 1938-1964” e 26,8% de “República Velha”. Certamente havia trabalhos de questões relacionadas à ditadura nos dados sobre Brasil pós-1964 e que, com a transição democrática, abriram novas possibilidades de pesquisa pelo fato simples de não haver punições contra quem escrevesse sobre a ditadura.

Portanto, estudos mais acurados sobre o processo ditatorial brasileiro se deram de fato com o fim da repressão e das perseguições e o início dos debates em torno das legislações de acesso aos arquivos da repressão. Enquanto processo traumático que os regimes autoritários desencadeiam, a relação do historiador com seu objeto é problemática tanto do ponto de vista da operação historiográfica quanto em relação do tema com as memórias que eles desencadeiam.

E, nesse sentido, é sintomático que a justiça de transição seja um objeto recente de estudo, pouco mais de uma década, por abordar questões ainda curso, dado o processo de reparação e os resultados da Comissão Nacional da Verdade no Brasil (2012-2014). Ademais, cabe apontar que lidar com questões sensíveis ou temas incômodos não é tarefa fácil por uma série de fatores relacionado ao acesso as documentos sigilosos e pela natureza da transição

brasileira. Deste modo, a colocação de Maria Paula Araújo sobre a CNV é precisa e supõe caminhos aos quais o historiador certamente deverá percorrer.

A Comissão da Verdade no Brasil, portanto, ao questionar o passado, estará também questionando o presente. Melhor dizendo: trazendo esse passado para inquirir o presente, para questionar o pacto político pós ditadura e, desta forma, questionar os próprios fundamentos desta transição.¹⁷¹

¹⁷¹ ARAÚJO, Maria Paula. Comissões de Verdade: um debate ético e político na contemporaneidade. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Orgs). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012, p. 157.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatórios do Coleta Capes: Datacapes*. Área de História. Brasília: CAPES/MEC. (1998-2012)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Avaliação de livros 2013-2014*. Área de História: CAPES/MEC, 2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse estatística do ensino superior: graduação ano 1999*. Brasília: O Instituto, 2000.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse estatística do ensino superior: graduação 2014*. Brasília: O Instituto, 2016.

Banco de Teses e Dissertações Capes:

<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>

Plataforma Sucupira:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/listaTrabalhoConclusao.jsf>>

Simpósio Nacional de História (ANPUH):

Caderno de Resumos – XVIII Simpósio Nacional de História. *História e Identidades*. UFPE. Recife, PE, 1995.

Caderno Programa e Resumos - XXIII Simpósio Nacional de História. *História: Guerra e Paz*. UEL. Londrina, PR, 2005.

Caderno de Programação – XXVIII Simpósio Nacional de História. *Lugares dos historiadores: Velhos e novos desafios*. UFSC, UDESC. Florianópolis, SC, 2015.

Documentos:

CAPES.MEC. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNG 2011-2020*. Brasília: CAPES/MEC, 2010, v. II.

FICO, Carlos; WASSERMAN, Cláudia; MAGALÃES, Marcelo de S. (coordenadores). *Documento de Área 2013: Avaliação trienal*. Diretoria de avaliação. Brasília: CAPES/MEC, 2013.

_____. *Relatório de avaliação 2010-2012, trienal 2013*. Área História. Brasília: CAPES/MEC, 2013.

SAMPAIO, Helena. *Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)*. Documento de área. São Paulo: NUPES/USP, 1991.

Obras de referência:

CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). *Produção Histórica no Brasil 1985-1994*: Catálogos de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História. São Paulo: Xamã, 1995, 3 volumes.

CARDOSO, Ítalo; BERNARDES, Laura. *Desaparecidos Políticos um capítulo não encerrado da História Brasileira*. Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia. São Paulo: Instituto Macuco, 2012.

FERREIRA, Marieta de M; MOREIRA, Regina da Luz (Org.). *Capes, 50 anos*. Depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2005

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SOARES, Maria Suzana Arrosa (Org.). *A Educação Superior no Brasil*. Documento UNESCO. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe – IESALC. Porto Alegre, Brasil, 2002

WESTPHALEN, M. C. *Pós-Graduação: Situação da pós-graduação*. XXVIII Reunião anual da Sociedade Brasileira de Ciência para o Progresso. Brasília, 1976

Bibliográficas:

BALBACHEVSKY, Elisabeth. A Pós-Graduação no Brasil: caminhos de uma política bem-sucedida. IN: *Os desafios da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R.; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia A. A escola uspiana de História. *Revista de Estudos Avançados*, v. 9, n. 22, 1994, pp. 349-259.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CURY, Roberto J. Quadragésimo ano do parecer CFE n.977/65. *Revista Brasileira de Educação*. N.30, 2005

DOMINGOS, Manuel. A trajetória do CNPq. Rio de Janeiro: *ACERVO*. V.17, n.9, pp 19-40, jul. 2004

FALCON, Francisco J. C. A identidade do historiador. In: *Ciência & história*. SOARES, L. C.(Org). Niterói: Arrabaldes/UFF, 1996.

_____. Reflexões sobre o Programa de Pós-Graduação em História Social – Trinta Anos. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 13, n, 25, 2012, pp.6-24.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

FERREIRA, Marieta de M (Org.). *Capes, 50 anos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2005.

_____. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., p.611-636, 2011.

_____. *A história como ofício: a construção de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de C. *1964: O golpe que derrubou o presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu uma ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Orgs). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias do golpe e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan-jul, 2012, pp. 43-59.

_____. *O golpe de 1964: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GONTIJO, Rebeca. Tal História, qual Memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. Dossiê História, Historiografia e Historiadores. *Revista Projeto História*, n. 41, dez. 2010, pp. 491-526.

GOUVÊA, Fernando César F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). Brasília: *RBPG*, v. 9, n. 17, julho de 2012, p. 373 – 397.

GOUVEA, Maria de Fátima S. História Política no campo da História Cultural. *Revista de História Regional*, v.3, n.1, verão de 1998, p. 25-26.

GLEZER, Raquel; ABUD, Kátia M. Pesquisa de História do Brasil (trabalhos em realização). *Revista de História: São Paulo*, v. 43 [n.88], 1971, pp. 369-371.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História: São Paulo*, v. 43, n.88, out-dez, 1971.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no Período Republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A da. *República em migalhas: história regional e local. ANPUH - Marco Zero*: São Paulo, p. 81-101, 1990.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia Brasileira Contemporânea: a história em questão*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. Tendências atuais da historiografia brasileira. *Revista Brasileira de História: São Paulo*, v.2, n.4, 1983.

_____. *História e Historiografia no Brasil pós 64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Orgs). *História: Novas Abordagens*. 4 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976

LE GOFF, Jacques. Los retornos em la historiografia da França atual. *PROHISTORIA*, Ano I, n. 1,1997, p.35-44.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A Velha História: Teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Em busca de um conceito de historiografia: Elementos para uma discussão. *VARIA História*, n. 27, pp. 27-47, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de R. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, p. 197-219, 2011.

MELO, Demian Bezerra de (Org). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOTTA, Rodrigo P. S; RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel. A. (Orgs). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: Cultura Política brasileira e a modernização autoritária*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.

_____. Incômoda Memória: Os arquivos da ASI universitária. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, pp 43-66, 2008.

NEVES, Lucília A.O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*, n.28, pp. 125-145, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. *Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em história da UDESC*. Florianópolis, v.1, n.1.jan/jun, 2009.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte, v. 31, n.57, p. 863-902, set-dez 2015.

POLITO, Ronald; FICO, Carlos. *A História no Brasil (1980-1989): Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: UFOP. 1992

PÔRTO JR, Gilson (Org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

REMOND, René. Por que a História Política? Conferência - CPDOC. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *A construção Social dos Regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSITO, João B. A. *Anistia política, reparação econômica e justiça de transição: um estudo etnográfico das medidas brasileiras compensatórias por violações de direitos humano à época da ditadura militar*. In: II Reunião do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST), USP, 2010.

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. *Acervo*. Rio de Janeiro, v.21, n. 2, p. 193-200, jul-dez, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. A Pós-Graduação brasileira no ano de 2020 - Nota sobre a transição necessária da Pós-Graduação. IN: *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNG 2011-2020*. Brasília: CAPES/MEC, 2010, v. II.

SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. *Militares e Política*, n. 9, jul-dez, pp. 52-63, 2011.

STAMPA, Inez; NETTO, Rodrigo de Sá. (Orgs). *Arquivos da Repressão e da Resistência*. Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SILVA, Francisco Carlos T; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Orgs.) *Escritos sobre história e educação: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001.

SILVA, Angela Moreira R. da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: A atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2011. Tese de doutorado.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. *Crítica Marxista*, v.19, p. 28-49, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *1964. Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

VILLA, Marco A. *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Ed. LeYa, 2014.

ANEXO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC

Produção bibliográfica distribuída segundo a estratificação Qualis, Teses e Dissertações defendidas e número de Docentes permanentes, triênio 2010-12, e Nota final da Avaliação 2013

Área de avaliação: História

Sigla	Nome	Modalidade	Ano de início [1]		Nota Final da Avaliação Trienal 2013	Docentes permanentes 2010-12 [2]	Teses e Dissertações 2010-12 [3]			Artigos completos publicados em periódicos técnico-científicos										Anais de eventos	Publicações				Produção Artística
			M	D			Te	Di	Di/Te	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	NC	Texto Integral		Cap. de livro	Coletâneas	Verbetes /outros		
1	FGV/RJ	HIST. POLÍTICA E BENS CULTURAIS	Acad	2007	2007	4	26	13	19	1,46	26	8	13	24	20	8	19	8	7	86	7	100	7	29	17
2	FGV/RJ	HIST. POLÍTICA E BENS CULTURAIS	Prof	2003		5	25	0	41		22	7	10	18	13	9	15	5	4	50	7	91	7	30	16
3	FIOCRUZ	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	Acad	2001	2001	5	19	28	38	1,36	41	20	23	14	25	11	4	0	1	187	8	69	10	37	0
4	FUFPI	HISTÓRIA	Acad	2004		3	14	0	47		1	0	7	2	16	7	25	7	1	208	10	65	16	11	7
5	FUFSE	História	Acad	2012		3	12	0	0		0	2	2	1	3	5	1	0	3	25	9	18	7	3	0
6	FURG	HISTÓRIA	Prof	2012		3	13	0	0		0	0	0	2	10	0	1	0	0	10	0	10	0	14	1
7	PUC/GO	HISTÓRIA	Acad	2007		3	11	0	47		0	1	15	7	8	16	12	1	1	41	8	56	4	14	14
8	PUC/RJ	HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA	Acad	1987	1998	4	16	26	50	1,92	7	7	8	8	17	8	11	2	10	133	31	76	8	2	11
9	PUC/RS	HISTÓRIA	Acad	1973	1987	5	15	36	69	1,92	8	24	35	19	26	9	17	6	13	306	19	208	3	71	0
10	PUC/SP	HISTÓRIA	Acad	1972	1990	4	19	53	99	1,87	1	16	12	6	25	14	12	14	10	81	25	81	4	15	18
11	UDESC	HISTÓRIA	Acad	2007	-1	4	14	0	42		9	9	18	6	16	19	29	6	24	235	8	61	1	23	1
12	UECE	HISTÓRIA E CULTURAS	Acad	2006		3	12	0	31		0	2	4	0	1	2	1	1	0	25	1	16	2	8	3
13	UEFS	HISTÓRIA	Acad	2007		3	15	0	32		2	2	1	2	2	4	5	1	0	49	11	34	4	2	0
14	UEL	HISTÓRIA SOCIAL	Acad	2007		3	24	0	45		6	13	13	7	15	3	9	2	6	220	11	80	25	10	7
15	UEM	HISTÓRIA	Acad	2004		4	18	0	50		6	21	19	13	13	26	13	0	10	206	14	83	6	14	1
16	UEPG	História	Acad	2012		3	16	0	0		2	3	5	1	3	0	1	0	0	14	3	11	0	2	1
17	UERJ	HISTÓRIA	Acad	1995	2003	5	23	22	55	2,50	10	4	12	13	19	22	30	7	34	206	28	139	20	36	2
18	UERJ	HISTÓRIA SOCIAL	Acad	2006		4	13	0	47		2	7	6	6	3	5	7	3	2	194	12	68	10	5	0
19	UFAL	História	Acad	2012		3	13	0	0		0	1	1	1	2	3	1	0	0	15	1	6	2	0	0
20	UFAM	HISTÓRIA	Acad	2006		3	15	0	34		1	3	3	4	5	17	5	1	3	18	3	32	1	6	2
21	UFBA	HISTÓRIA	Acad	1990	2002	4	26	15	56	3,73	22	11	14	14	11	7	31	4	3	116	20	137	15	14	4
22	UFC	HISTÓRIA	Acad	2000	2010	4	17	0	43		5	4	3	8	5	5	2	1	166	10	93	6	12	0	
23	UFPC	HISTÓRIA	Acad	2007		3	20	0	69		4	0	7	11	12	6	18	3	4	137	11	100	1	23	0
24	UFES	HISTÓRIA	Acad	2003	2011	5	17	0	41		14	5	17	13	36	17	17	7	11	164	9	114	35	3	0
25	UFF	HISTÓRIA	Acad	1971	1985	7	54	113	145	1,28	48	28	41	43	48	34	63	9	34	534	77	431	59	14	8
26	UFG	HISTÓRIA	Acad	1972	2003	5	28	27	75	2,78	17	25	29	17	32	30	16	10	29	298	15	110	8	43	12
27	UFGD	HISTÓRIA	Acad	1999	2011	4	19	0	52		3	6	10	14	27	8	15	1	4	169	6	102	7	21	0
28	UFMA	HISTÓRIA	Acad	2004	2011	5	14	0	52		10	6	7	3	11	14	20	4	5	294	0	57	1	16	0
29	UFMA	HISTÓRIA	Acad	2011		3	13	0	1		3	5	11	3	5	5	5	1	4	43	15	37	8	3	0
30	UFMG	HISTÓRIA	Acad	1990	2000	6	24	22	49	2,23	29	21	23	15	35	15	18	4	5	210	23	144	17	11	6
31	UFMT	HISTÓRIA	Acad	1998	2011	4	18	0	50		7	14	18	6	8	3	6	0	6	57	27	67	1	12	0
32	UFOP	HISTÓRIA	Acad	2007	2013	4	16	0	47		21	6	10	13	5	11	7	1	1	105	12	63	17	19	1
33	UFPA	HISTÓRIA	Acad	2004	2011	5	16	0	35		10	12	4	11	15	6	12	4	17	81	25	56	6	10	1
34	UFPA/P.	HISTÓRIA	Acad	2005		3	23	0	47		2	0	7	4	4	1	5	1	0	140	5	59	1	13	0
35	UFPE	HISTÓRIA	Acad	1974	1991	4	21	21	55	2,62	5	3	7	14	12	3	29	6	10	181	26	152	17	40	0
36	UPPEL	História	Acad	2010		3	19	0	10		10	4	16	15	5	5	25	1	1	214	1	101	0	21	0
37	UFPR	HISTÓRIA	Acad	1972	1982	5	25	23	69	3,00	15	18	34	27	40	23	35	13	15	217	26	127	10	7	0
38	UFRGS	HISTÓRIA	Acad	1986	1995	6	24	35	62	1,77	19	13	14	19	9	8	12	3	5	53	2	132	3	39	2
39	UFRJ	HISTÓRIA COMPARADA	Acad	2002	2009	4	25	7	63	9,00	17	18	23	24	40	32	31	2	9	160	28	83	13	46	8
40	UFRJ	HISTÓRIA SOCIAL	Acad	1982	1992	6	27	38	61	1,61	30	13	21	14	22	20	22	0	3	189	20	118	20	10	0
41	UFRN	HISTÓRIA	Acad	2005		3	22	0	39		4	2	6	3	3	1	10	0	1	29	2	70	0	18	0
42	UFRRPE	HIST SOCIAL DA CULTURA REGIONAL	Acad	2006		3	14	0	30		6	2	5	7	9	3	8	1	15	92	11	34	7	4	1
43	UFRRJ	HISTÓRIA	Acad	2008	-1	4	25	0	28		32	18	17	15	23	25	10	2	8	71	15	77	8	21	0
44	UFSC	HISTÓRIA	Acad	1975	1998	5	24	25	52	2,08	23	10	46	26	25	17	36	3	9	280	10	171	25	36	2
45	UFSJ	HISTÓRIA	Acad	2008		3	14	0	31		3	2	3	4	7	1	4	0	5	91	3	26	1	0	0
46	UFSP	HISTÓRIA	Acad	2011		4	14	0	5		5	4	10	18	9	3	5	1	0	126	1	45	1	9	0
47	UFU	HISTÓRIA	Acad	1999	2006	4	27	24	54	2,25	5	34	29	11	32	13	45	8	10	240	8	154	6	52	4
48	UNB	HISTÓRIA	Acad	1976	1994	4	28	23	47	2,04	8	25	13	13	17	18	31	17	6	141	33	162	20	2	0
49	UNEB	HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL	Acad	2007		3	15	0	50		3	2	3	4	7	3	13	1	2	120	7	57	9	2	4
50	UNESP/ASS	HISTÓRIA	Acad	1980	1989	5	26	21	50	2,38	13	22	15	31	26	10	35	4	5	260	36	155	16	4	0
51	UNESP/FR	HISTÓRIA	Acad	1980	2001	5	19	22	55	2,50	26	10	16	16	10	20	33	7	12	156	29	81	14	11	7
52	UNICAMP	HISTÓRIA	Acad	1976	1984	7	28	42	64	1,52	40	22	23	49	64	49	60	21	49	434	40	281	24	34	4
53	UNICENTRO	História	Acad	2012		3	14	0	0		1	0	3	2	1	0	6	0	0	15	2	6	1	0	0
54	UNIFESP	História	Acad	2012		3	20	0	0		5	4	1	3	1	1	0	0	3	8	3	17	0	4	4
55	UNIMONTES	HISTÓRIA	Acad	2011		3	13	0	2		0	5	5	5	7	3	9	1	0	84	4	41	5	2	0
56	UNIOESTE	HIST. PODER E PRÁTICAS SOCIAIS	Acad	2006		4	14	0	37		2	14	9	7	5	26	8	3	6	224	6	57	5	6	3
57	UNIRIO	HISTÓRIA	Acad	2007		4	30	0	33		14	12	10	15	7	3	4	2	2	125	13	58	14	4	0
58	UNISINOS	HISTÓRIA	Acad	1987	1999	5	13	15	33	2,20	14	9	22	25	20	15	32	7	4	187	30	149	15	23	1
59	UNIVERSO	HISTÓRIA	Acad	2006		4	12	0	28		9	2	4	2	12	5	16	3	2	46	14	65	5	12	0
60	UPF	HISTÓRIA	Acad	1999		4	14	0	54		4	4	22	3	2	38	17	3	1	141	15	82	2	18	2
61	USP	HISTÓRIA ECONÔMICA	Acad	1971	1971	4	28	29	20	0,69	17	21	17	26	13	28	27	15	8	168	36	111	8	11	0
62	USP	HISTÓRIA SOCIAL	Acad	1971	1971	6	74	99	169	1,71	63	35	35	40	49	31	76	10	31	371	63	268	47	27	3
63	USS	HISTÓRIA	Acad	1994		2	14	0	19		4	5	5	0	2	15	16	1	1	17	5	38	6	1	0

Fonte: MEC/CAPES. Relatório Coleta Capes, avaliação trienal (2010-2012).